

DANIELA ROSENDO

**ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO:
Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**

**Florianópolis
2012**

DANIELA ROSENDO

**ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO:
Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, como
requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Filosofia.**

Orientador: Prof. Dr. Darlei Dall'Agnol

**Florianópolis
2012**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosendo, Daniela

Ética sensível ao cuidado [dissertação] : Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren / Daniela Rosendo ; orientador, Darlei Dall'Agnol - Florianópolis, SC, 2012.

155 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Inclui referências

1. Filosofia. 2. Filosofia ecofeminista. 3. Feminismo. 4. Ética ambiental. I. Dall'Agnol, Darlei. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Às minhas avós, Dorothea
Telschow e Alba da Conceição
Farias Rosendo (*in memoriam*),
pelas lições de amor e cuidado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à professora Sônia T. Felipe que na seleção para o mestrado aceitou exercer a orientação da pesquisa e manteve sua dedicação mesmo após a aposentadoria. Contar com sua orientação e amizade foi fundamental para que eu conseguisse desenvolver a pesquisa. Ao professor Darlei Dall’Agnol expressei também meu profundo agradecimento por aceitar a orientação, que se estendeu para além da questão formal. Suas considerações foram sempre muito pertinentes e me proporcionaram reflexões e aprendizado. Foi um imenso privilégio ter a orientação desses dois grandes mestres. Aos demais professores que lecionaram as disciplinas do mestrado, sou igualmente grata pelos ensinamentos: Denilson Luís Werle, Selvino José Assmann, Valerio Rohden (*in memoriam*), Aylton Barbieri Durão, Darlei Dall’Agnol e às professoras Mara Lago e Miriam Pillar Grossi, na disciplina de estudos de gênero, realizada no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Maria de Lourdes Alves Borges e Delamar José Volpato Dutra, ao lado do orientador professor Darlei Dall’Agnol, agradeço pelas contribuições, as quais foram importantes para a finalização da pesquisa. Ao atual coordenador, professor Alessandro Pinzani, e à secretária do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Sra. Ângela Gasparini, devo os agradecimentos pelo apoio institucional.

Agradeço aos integrantes do grupo de pesquisa coordenado pela professora Sônia T. Felipe, “Feminismo Ecoanimalista: contribuições para superação da violência e discriminação”, Luis Alejandro Lasso Gutiérrez, Luciano Carlos Cunha, Neide Schulte, Rafael Mendonça, Rosane Maria Mota, Samantha Buglione e Tânia A. Kuhnen, pela dedicação à pesquisa que originou o projeto dessa dissertação. Suas reflexões e contribuições foram muito valiosas.

Agradeço à minha mãe, Neia, e meu pai, Tito, pelo amor incondicional que expressam, pelo esforço em aceitar e compreender as diferenças que marcam cada uma de nossas existências. Ao meu irmão, Daniel Rosendo, e minha cunhada, Flávia dal Santo, agradeço pelo apoio, carinho e por todos os incentivos. Aos meus familiares, agradeço por compreenderem

minhas ausências e, em especial à Maria da Graça Rosendo Kasten e à Maria Luiza Medeiros Rosendo, sou grata por terem acreditado e apoiado minhas escolhas. À Sra. Dorita Ricardo, pelo auxílio e dedicação à família.

Sem a parceria de alguns amigos e amigas, a jornada teria sido pesada demais. Sou profundamente grata a todos e todas que estiveram presentes, de corpo ou mente, foram compreensivos e muito me incentivaram: Neide Schulte, Rafael Mendonça, Diva Gomes de Oliveira, Mariana Rassweiler Bruno, Ana Lúcia Cava Galvão, Ana Paula de Mello, Luciana Pinheiro, Gabriela Holz, Sergio Almeida, Alexsandra Cordeiro, Ana Karolina Kuhn, Luisa Pereira, Sonia Mombelli, Alain Argouse, Maria Goretti Gutstein, Satyam Vimal, e aos amigos que tive o prazer de conhecer na Universidade, Tânia A. Kühnen, Wesley Felipe de Oliveira, André Coelho e demais colegas do mestrado.

Às companheiras do Comitê Latino Americano e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher – CLADEM sou grata por compartilhar o ideal de um mundo mais justo. Em muitos momentos, a defesa desse ideal me deu forças para acreditar que o esforço valeria à pena. Em especial, agradeço às demais coordenadoras do Cladem Brasil, Ingrid Leão e Tamara Amoroso Gonçalves, pela compreensão das minhas limitações e pela demonstração de amizade, tão cara nos momentos de angústias ou de alegrias. Aos integrantes do Instituto de Pesquisas Interdisciplinares para a Paz, agradeço pela parceria e companheirismo em prol da defesa dos animais.

À Faculdade Guilherme Guimbala, que me acolheu, ao corpo discente e docente da faculdade. Especialmente à professora gestora Carla Hofmann, obrigada pela confiança, pelo aprendizado e compreensão. Às secretárias do curso de direito, Sueli Vidal e Viviane França, por estarem sempre presentes e solícitas. À graduanda e estagiária Rachel Castro, agradeço pela dedicação ao Juizado Especial Cível. À professora Maria de Lourdes Bello Zimath também sou grata pela confiança e amizade.

À Andrea Kasten Schnaider agradeço imensamente pela leitura e revisão cuidadosa do texto. Os erros que ainda estiverem presentes são de minha inteira responsabilidade.

À todos que de alguma forma estiveram presentes e contribuíram para que eu pudesse alcançar meus sonhos, minha sincera gratidão.

“... iniciaremos um novo tempo em que filosofia seja uma prática do intelecto, uma prática da linguagem, da ‘racionalidade com sensibilidade’ que nos leve a um mundo de relações melhores. Um mundo com mais lucidez.”

Marcia Tiburi

RESUMO

A dissertação apresenta a filosofia ecofeminista de Karen J. Warren, a qual critica os sistemas de dominação das mulheres e da natureza, caracterizados por estruturas conceituais opressoras e, especialmente, pela lógica da dominação. Warren defende que o feminismo seja reformulado em termos de um ecofeminismo, segundo o qual todos os sistemas de dominação sejam questionados. Assim, propõe a ética sensível ao cuidado, na qual tanto princípios de justiça quanto o cuidado são eticamente considerados. O objetivo da pesquisa é analisar o alcance e os limites da filosofia ecofeminista proposta por Warren, por meio da análise crítica interna e externa de sua teoria, e se ela se constitui como uma ética genuinamente ambiental e feminista. Sua proposta é factível para a superação da discriminação, mas pode ser vista como relativista e parcial. Contudo, conclui-se que uma ética baseada em princípios não é suficiente para o fim da exploração, justamente porque diferentes sistemas de exploração estão interconectados e somente a partir do reconhecimento dessa relação é possível combatê-los.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Ética ambiental. Princípios. Justiça. Ética do cuidado.

ABSTRACT

The dissertation presents Karen J. Warren's ecofeminist philosophy, which criticizes the systems of domination of women and nature, characterized by oppressive conceptual frameworks and especially the logic of domination. Warren defends that feminism must be recasted in terms of an ecofeminism, according to which all systems of domination are questioned. Thus, Warren proposes the care-sensitive ethics, according to which both principles of justice and care are ethically considered. The objective is to analyze the extend and limits of Warren's ecofeminist philosophy, by analyzing internal and external criticisms of her theory, and also if it is a genuinely environmental and feminist ethics. Warren has a feasible proposal for overcoming discrimination, but it can be seen as a relativist and partial theory. However, it is possible to conclude that an ethics based only on principles is not sufficient for ending exploitation, precisely because different operating systems are interconnected and it is only possible to fight them after recognizing them.

Key-words: Ecofeminism. Environmental ethics. Principles. Justice. Ethics of care.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

1 FEMINISMO, GÊNERO E ECOFEMINISMO	25
1.1 INTERCONEXÕES MULHERES E NATUREZA	28
1.2 FILOSOFIA ECOFEMINISTA	37
1.2.1 Estruturas conceituais opressoras.....	39
1.2.1.1 Lógica da dominação.....	42
1.2.2 A reformulação do feminismo na filosofia ecofeminista.....	50
1.3 CONSIDERABILIDADE MORAL	54
1.3.1 Éticas ambientais.....	55
1.3.1.1 Crítica ecofeminista à teoria de direito.....	59
1.4 A FILOSOFIA ECOFEMINISTA E SUA RELAÇÃO COM A ECOLOGIA	62
1.5 CARACTERÍSTICAS DA ÉTICA ECOFEMINISTA	65
1.5.1 <i>Quilting</i>	68

CAPÍTULO 2

2 FILOSOFIA ECOFEMINISTA WARRERIANA: A ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO	71
2.1 A ÉTICA DO CUIDADO E A INFLUÊNCIA DE CAROL GILLIGAN	73
2.2 ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO	77
2.3 VEGETARIANISMO MORAL	85
2.3.1 Vegetarianismo moral contextual.....	87
2.4 A ESPIRITUALIDADE NA TEORIA DE WARREN	91
2.5 JUSTIÇA	94

CAPÍTULO 3

3 CRÍTICA E RECEPÇÃO DA TEORIA DE KAREN J. WARREN	97
3.1 CONEXÕES PRÁTICAS E CONCEITUAL	97
3.2 LÓGICA DA DOMINAÇÃO	102
3.3 CONEXÃO EMPÍRICA E VIOLÊNCIA	104
3.4 DUALISMO DE VALOR	108
3.5 CRÍTICA DO FEMINISMO LIBERAL DE KAREN GREEN	111
3.6 CRÍTICA AO ESSENCIALISMO	113
3.7 CRÍTICA À ÉTICA DO CUIDADO	116
3.7.1 A ética do cuidado e a ética da virtude.....	121
3.8 CRÍTICA AO HUMANISMO	124
3.9 RECEPÇÃO DO CONCEITO DE FEMINISMO TRANSFORMATIVO	126

CAPÍTULO 4

4 ALCANCE E LIMITES DA FILOSOFIA ECOFEMINISTA DE KAREN J. WARREN	129
4.1 FILOSOFIA POLÍTICA AMBIENTAL	129
4.1.1 O biorregionalismo de Gary Snyder.....	132
4.1.2 Critérios de considerabilidade moral para uma ética ambiental genuína.....	133
4.1.3 Alcance e limites do biorregionalismo.....	135
4.2 RELATIVISMO CULTURAL	137
4.3 PRINCÍPIOS DE CUIDADO	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	151

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a filosofia ecofeminista de Karen J. Warren, cuja proposta central é a ética sensível ao cuidado. O ecofeminismo é uma posição que leva em consideração a perspectiva feminista e as teorias ambientais, com o objetivo de conjugar ambas e superar o sistema de opressão caracterizado pela relação de subordinação às quais as mulheres e a natureza são submetidas pelos homens.

A partir da ótica feminista, Warren avalia as éticas ambientais mais conhecidas, como as de Peter Singer e Tom Regan, e argumenta que tais propostas não são suficientes para superar a dominação que os humanos exercem sobre os não-humanos. Para Warren, existe uma lógica de dominação que vincula conceitualmente todas as formas de opressão, seja em relação às mulheres, ao gênero, à natureza, à raça etc. Assim, enquanto o feminismo visa abolir o machismo, o ecofeminismo vislumbra a abolição de todas as formas de discriminação, ou seja, do machismo, do heterossexismo, do racismo, do especismo etc.

No campo teórico existem diferentes propostas ecofeministas, assim como nas propostas de filósofos homens existem diferentes estratégias de argumentação em favor da considerabilidade moral de não-humanos. Ecofeministas usualmente criticam éticas utilitaristas ou éticas baseadas em direitos, pois alegam que elas refletem um viés machista. Nesse contexto, os princípios que orientam uma ética baseada na racionalidade são mais importantes do que outros valores tradicionalmente associados às mulheres, como o cuidado. É importante ressaltar que o critério de inclusão no círculo de considerabilidade moral nessas éticas não é a racionalidade. Contudo, é justamente a partir da racionalidade que os humanos estabelecem princípios (seja pela via de direitos, da igual consideração de interesses etc.) segundo os quais humanos têm o dever de respeitar os não-humanos.

Warren defende que é necessária uma reformulação do feminismo para que ele vise também à libertação dos não-humanos. Além da libertação das mulheres, é preciso libertar todos que sejam subjugados pelos sistemas de dominação. Por

outro lado, as éticas ambientais também devem considerar moralmente os humanos que estão em situação de vulnerabilidade e que também sofrem as consequências da exploração da natureza. Para Warren, esse reconhecimento só é possível em uma ética que reconheça outros valores, além dos princípios racionais, das regras e dos direitos. O cuidado e a amizade, nesse sentido, devem ser eticamente considerados.

Diferentemente de outras propostas ecofeministas, Warren não rejeita completamente essa perspectiva da justiça em termos de regras ou princípios morais. Para a autora as práticas do cuidado, uma das características da ética sensível ao cuidado, permitem a escolha dos princípios (aqui já incluído o cuidado) mais adequados para cada situação. Dessa forma, a proposta de Warren é fortemente permeada pela contextualidade, ou seja, os contextos nos quais se formula a ética devem ser considerados.

Warren não formula uma nova ética ambiental, mas escolhe a ética da terra, de Aldo Leopold, como uma das bases ecológicas da filosofia ecofeminista. Para a autora, é a ética da terra que confere o caráter ecológico ao ecofeminismo, junto com a teoria da hierarquia que, para Warren, é a principal teoria sobre a ecologia dos ecossistemas. Ademais, Warren afirma que a ética sensível ao cuidado não é uma ética do cuidado nos termos em que tradicionalmente ela é formulada. Embora Warren concorde com as críticas que eticistas do cuidado formulam em relação a uma ética da justiça, a ética sensível ao cuidado reconhece também a concepção baseada em regras e princípios. No entanto, Warren afirma que a moralidade é composta também por outros valores, comumente afastados da ética, mas que precisam ser incorporados, como o cuidado.

É necessário, pois, analisar se a ética sensível ao cuidado, de Warren, é factível para a superação da discriminação sofrida pelas mulheres e pela natureza e se ela se constitui como uma ética ambiental genuína. A partir dessa formulação em termos de problema, têm-se como hipótese da pesquisa que a teoria de Warren tem uma estratégia de argumentação coerente para promover a superação de diferentes formas de discriminação, além de uma contribuição importante para a reflexão sobre a ética ambiental e animal. Entretanto, é uma ética relativista e que possui alguns limites que a impede de ser uma ética ambiental genuína.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é analisar o alcance e os limites da filosofia ecofeminista proposta por Karen J. Warren. Os objetivos específicos, por sua vez, são: a) proceder à análise crítica interna da teoria proposta por Warren, analisando os conceitos empregues pela autora, sua estratégia de argumentação, suas propostas, suas filiações teóricas e sua concepção; b) proceder à análise crítica externa da teoria de Warren, a partir de seus críticos; c) analisar se sua proposta se constitui como uma ética genuinamente ambiental e feminista.

Assim, o trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O Capítulo 1, intitulado “Feminismo, Gênero e Ecofeminismo”, introduz o trabalho e o situa nos campos do gênero e do feminismo, definindo conceitos e demonstrando as interconexões entre as mulheres e a natureza, que dão origem às propostas ecofeministas. São expostas críticas formuladas a algumas estratégias de argumentação em favor da considerabilidade moral da natureza, que é a base para qualquer ética ambiental. As implicações práticas, ou seja, os termos nos quais a natureza deve ser considerada, podem variar de acordo com cada proposta, mas o cerne é que para ser “ambiental” é necessário que a natureza seja moralmente considerada. Dessa forma, as éticas ambientais reconhecem a considerabilidade moral da natureza, mas persistem em concepções que mantêm intactas outras formas de discriminação. Assim, ecofeministas propõem uma reformulação tanto do feminismo quanto da ética ambiental.

No Capítulo 2, “Filosofia ecofeminista warreriana: a ética sensível ao cuidado”, apresenta-se a ética ecofeminista de Warren. Para tanto, faz-se uma exposição sobre a ética do cuidado, a fim de possibilitar a compreensão do contexto teórico no qual se baseia a ética sensível ao cuidado, ainda que a autora a diferencie da “ética do cuidado”. Nesse sentido, o vegetarianismo moral é apontado por Warren como uma das implicações de sua proposta. Warren questiona também o modelo de justiça predominante no ocidente e propõe que a espiritualidade ecofeminista supere a discriminação à qual as mulheres e a natureza são submetidas, por meio do empoderamento.

No Capítulo 3, “Crítica e recepção da teoria de Karen J. Warren”, são expostas críticas que outros autores formulam sobre conceitos ou propostas de Warren. Por outro lado, conceitos e propostas de Warren são também recebidos por

outros autores. Esse movimento de análise da crítica e da recepção da teoria de Warren propicia também a análise do alcance e dos limites de sua proposta, objeto do Capítulo 4, cujo título é “Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Karen J. Warren”.

Muitos filósofos têm contribuído para a construção do ecofeminismo ao longo das últimas décadas. Warren é um dos expoentes de tal teoria, tendo publicações desde a década de 1980. Ela possui uma proposta ética ecofeminista bem desenvolvida, que permite uma profunda análise filosófica e que justifica a presente pesquisa.

Ademais, o tema é relevante para os estudos da ética prática, especialmente para a ética ambiental, tendo em vista a grande produção teórica estrangeira. Não há trabalhos publicados em língua portuguesa, o que demonstra a imperiosidade de se desenvolver pesquisas sobre as teorias éticas ambientais que passem pela perspectiva de gênero, tendo em vista a vinculação entre as formas pelas quais a natureza e as mulheres são discriminadas.

CAPÍTULO 1

1 FEMINISMO, GÊNERO E ECOFEMINISMO

O feminismo, para Karen J. Warren, é um movimento pelo fim da opressão sexista¹, com o intuito de eliminar quaisquer fatores que contribuam para a dominação contínua e sistemática das mulheres pelos homens. Embora não haja consenso entre as feministas sobre a forma pela qual tal subordinação possa ser erradicada, o reconhecimento de sua existência e necessidade de sua abolição é consensual.²

O feminismo iniciou como um movimento para abolir o sexismo, mas Warren explica que as feministas acadêmicas passaram a relacionar a libertação das mulheres com múltiplas opressões, para além da opressão sexista, tais quais o racismo, classismo, heterossexismo, geracionismo, etnocentrismo etc.³

A questão feminista, entende ela, é qualquer questão que possibilite a compreensão da subjugação da mulher, variando conforme o contexto e as condições históricas e materiais da vida das mulheres.

Segundo Warren, o feminismo ecológico iniciou como movimento político na década de 1970, quando a feminista

¹ Conforme conceitua Sônia T. Felipe, o sexismo é uma “[p]rática de discriminação do valor de seres humanos, elevando ou rebaixando seu estatuto moral, em função do aparelho reprodutor do qual são dotados ao nascer. Pode ter um caráter feminista ou machista, e ser praticado por homens ou por mulheres.” FELIPE, Sônia T. Fundamentação ética dos direitos animais: O legado de Humphry Primatt. *Revista Brasileira de Direito Animal*. jan. 2006, v. 1, n. 1, p. 210.

² Warren cita as feministas Elizabeth Dodson Gray, Susan Griffin, Mary Daly, Carolyn Merchant, Joan Griscom, Ynestra King e Ariel Salleh. “[E]nquanto muitas feministas concordam que a ecologia é uma questão feminista, elas discordam sobre a natureza e desejo (*desirability*) de um ‘feminismo ecológico’, ou *eco-feminismo*.” WARREN, Karen. *Feminism and Ecology: Making Connections*. *Environmental Ethics*. Spring 1987, v.9, n. 1, p. 4.

³ WARREN, Karen. *Taking Empirical Data Seriously: An Ecofeminist Philosophical Perspective*. In: WARREN, Karen (ed.) *Ecofeminism: Women, Culture, Nature*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1997, p. 4.

francesa Françoise d'Eaubonne cunhou o termo *ecological feminism*, em 1974, para chamar a atenção do potencial das mulheres na promoção de uma revolução ecológica.⁴ O termo ecofeminismo abrange diversas posições, nem todas compatíveis entre si, e surge a partir de diferentes correntes do feminismo, seja liberal, marxista, socialista etc.⁵

Em seu artigo, *The Power and Promise of Ecological Feminism*⁶, publicado originalmente em 1990, Warren afirma que “o feminismo ecológico é a posição segundo a qual existem importantes conexões – histórica, experimental, simbólica, teórica – entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza”.⁷ Nesse artigo, a autora não explica, nem dá exemplos de tais conexões, mas ela as retoma na obra *Ecofeminist Philosophy*, conforme será visto adiante.

Warren é enfática ao afirmar que algo é englobado no tema feminista quando sua compreensão auxilia o entendimento da opressão, subordinação e dominação das mulheres.⁸

As ecofeministas⁹ utilizam o gênero¹⁰ como uma

⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters*. Rowman & Littlefield Publishers, 2000, p. 21.

⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 21. No artigo *Feminism and Ecology: Making Connections*, Warren formula críticas às principais correntes do feminismo (liberal, marxista, radical e socialista) e propõe, ao final, um feminismo alternativo, que englobe a perspectiva ecológica.

⁶ Esse artigo de Warren é amplamente referenciando nos escritos ecofeministas, de diferentes autores e autoras, conforme será visto no Capítulo 3 do presente trabalho. Em 2000, o artigo foi publicado, com revisão, no capítulo 3 de sua obra *Ecofeminist Philosophy*, que, por sua vez, foi revisado e publicado, em 2005, na obra *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*, sob o título *The Power and The Promise of Ecofeminism, Revisited*.

⁷ WARREN, Karen. *The Power and Promise of Ecological Feminism*. In: *Earth Ethics: Introductory Readings on Animal Rights and Environmental Ethics*: 2000, p. 213.

⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 1.

⁹ Warren afirma que, historicamente, o ecofeminismo surgiu a partir de ações políticas, de iniciativa das mulheres, e se expressou por meio das artes, da literatura e da linguagem, da ciência e tecnologia, filosofia e religião, e de organizações não governamentais (ONG's). Sendo filósofa, Warren enfatiza que seu interesse é no ecofeminismo

categoria de análise a partir da qual se questionam os sistemas de dominação de diferentes grupos. As mulheres se colocam na posição de “mulheres em suas discussões de sistemas interconectados de dominação injustificada”.¹¹

A opressão em face do gênero não é mais importante do que outras formas de opressão, mas o foco na opressão das mulheres revela que importantes características dos sistemas de dominação estão interconectadas.¹² Em primeiro lugar, Warren afirma que, dentre as chamadas pessoas do terceiro mundo, prejudicadas pela destruição ambiental, ou seja, as pessoas de cor (*people of color*),¹³ os pobres, as crianças, os idosos etc., frequentemente as mulheres sofrem mais riscos do que os homens. Em segundo lugar, os papéis de gênero femininos se justapõem (*overlap*) com a questão ambiental de uma forma que

como uma posição filosófica. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. xiii. Ariel Salleh afirma que o termo ecofeminismo é uma combinação lógica, que integra e transcende a preocupação feminista e ambiental. SALLEH, Ariel. The Ecofeminism/Deep Ecology Debate: A Reply to Patriarchal Reason. *Environmental Ethics*. Fall 1992, v. 14, n. 3, p. 202. Mary Jo Deegan e Christopher W. Podeschi afirmam que o ecofeminismo “ênfatiza a interconexão entre vida, natureza e ambiente com a visão de mundo das mulheres e a capacidade reprodutiva”, além de “examinar a relação entre a opressão social das mulheres e a exploração da natureza como duas faces do controle machista.” DEEGAN, Mary Jo; PODESCHI, Christopher W. The Ecofeminist Pragmatism of Charlotte Perkins Gilman. *Environmental Ethics*. Spring 2001, v. 23, n. 1, p. 19.

¹⁰ “Na sua utilização mais recente, o termo ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo ‘gênero’ enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.” SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 72

¹¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 2.

¹² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 2.

¹³ Warren usa o termo *people of color*, comum na linguagem norteamericana para se referir aos afro-descendentes. No Brasil, o termo tem conotação pejorativa e discriminatória. No entanto, para manter a fidelidade à tradução, será utilizado o termo pessoas de cor.

os papéis masculinos não o fazem. Em terceiro, algumas ideologias ocidentais sobre a concepção e dominação da natureza têm um viés de gênero masculino.¹⁴

A partir dessas três afirmações, Warren relata as interconexões entre mulheres e natureza que ela identifica na literatura ecofeminista, que demonstram a ligação entre a discriminação em face de ambas, para, em seguida, justificar a posição ecofeminista, que visa abolir tal discriminação.

1.1 INTERCONEXÕES MULHERES E NATUREZA

Warren afirma que há interconexões entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza, cujo conceito compreende animais não-humanos, plantas e ecossistemas.¹⁵

A autora denomina os grupos injustificadamente dominados de “Outros” (*Others*). Eles podem ser “Outros humanos” (*human Others*), dentre os quais se encontram as mulheres, as pessoas de cor (*people of color*), as crianças, os pobres etc., e “Outros terrestres” (*earth Others*), que compreendem os animais, as florestas e a terra, por exemplo.¹⁶

O termo “interconexões” é fundamental para a compreensão de toda a proposta teórica de Warren, pois, conforme exposto anteriormente, é a partir do conceito de conexões que a autora firma sua teoria.

Embora a autora não o tenha definido, pode-se inferir que, com o termo interconexão, Warren quer demonstrar que, de diferentes formas, mulheres e natureza são injustificadamente discriminadas e, portanto, a construção de uma teoria que visa abolir essa discriminação é justificada. Ademais, parece uma tentativa de a autora justificar, de diferentes formas, que é necessário considerar moralmente a natureza, da mesma forma que as feministas argumentam que se deve considerar as mulheres e reconhecer as múltiplas formas de discriminação (classe, gênero, orientação sexual, etnia etc.).

Warren identifica dez tipos de interconexões:

- a) histórica (tipicamente causal): dados históricos e explicações causais são usados para gerar teorias

¹⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 2.

¹⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 1.

¹⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 1.

sobre as fontes de dominação das mulheres e da natureza. A presença da dominação machista¹⁷ sobre as mulheres e a natureza leva algumas ecofeministas a sugerirem que o androcentrismo (pensamento centrado no homem) é a causa da destruição ambiental.¹⁸ No entanto, as ecofeministas divergem sobre o fundamento dessas conexões histórico-causais. Três correntes se destacam: a de Riane Eisler, que defende que os padrões de dominação começaram com a invasão das sociedades indoeuropeias por tribos nômades da Eurásia, entre o sexto e terceiro milênio antes da nossa era; a de Carolyn Merchant, segundo a qual as interconexões surgiram a partir das mudanças culturais e científicas ocorridas nos séculos XVI e XVII, com a conseqüente “morte da natureza”; e a de Val Plumwood, para quem a dominação injustificada da natureza tem suas raízes históricas na filosofia clássica grega e na tradição do racionalismo. Plumwood argumenta que o dualismo de valor humano/natureza presente no racionalismo deu origem a outros dualismos prejudiciais, por exemplo, masculino/feminino, razão/emoção, espírito/corpo, os quais, além de antropocêntricos, são androcêntricos;¹⁹

- b) conceitual: para Warren, as conexões conceituais são o centro da filosofia ecofeminista. Plumwood localiza a base conceitual das estruturas de dominação nos dualismos de valor hierarquicamente organizados, focados na razão e na racionalidade, em contraposição à esfera do corpo, da natureza e do físico.²⁰ Warren relaciona essa tese de Plumwood com sua tese sobre a estrutura conceitual opressora e

¹⁷ “[...] ‘machismo’ é a dominação sistemática das mulheres pelos homens por meio de *instituições* (nelas incluídas políticas, práticas, funções, posições, papéis), *comportamentos* e *formas de pensar* (estruturas conceituais), que conferem maior valor, privilégio e poder aos homens (ou ao que tem sido historicamente identificado como masculino). WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 64.

¹⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 22.

¹⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 22-23.

²⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 24.

machista.²¹ Entretanto, algumas feministas discordam de Plumwood e vêem as conexões conceituais nas diferenças de sexo-gênero, particularmente na formação da personalidade e consciência diferenciada, conforme o faz Ariel Salleh,²²

- c) empírica: muitas ecofeministas²³ utilizam dados empíricos para demonstrar a ligação entre as mulheres, pessoas de cor (*people of color*), subclasses (*underclass*) e crianças, com a destruição ambiental. Exemplos dessa conexão são a maior exposição desses grupos à radiação, aos pesticidas, às toxinas, dentre outros poluentes; as consequências que as mulheres sofrem em relação às políticas de desenvolvimento do Primeiro Mundo (*First World*); a ligação entre a experimentação animal, a caça e o consumo de animais na alimentação, com os conceitos e práticas machistas. Esses dados empíricos registram as interconexões reais, sentidas e vividas;²⁴
- d) socioeconômica: a interconexão socioeconômica também é empírica, mas recebe atenção especial de Vandana Shiva. Ela afirma que o desenvolvimento ocidental é na verdade um “subdesenvolvimento” (*maldevelopment*), um desenvolvimento destituído do feminino, que vê todo trabalho que não gera lucro e capital como improdutivo. Maria Mies, a partir de uma perspectiva feminista marxista, concorda com Shiva. Ela expõe que tanto o corpo e o trabalho das mulheres quanto a natureza são colonizados pelo machismo capitalista. Mary Mellor, por sua vez, utiliza uma

²¹ A tese da estrutura conceitual opressora será explicada no item 1.2.1.

²² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 24-25.

²³ Nessa passagem, Warren não menciona quais ecofeministas fazem a conexão empírica. Entretanto, Carol Adams é uma das autoras que ela cita em sua obra e que trata da relação conceitual entre o consumo de animais e o machismo, por exemplo. Em sua obra, Warren cita também Vandana Shiva, uma das líderes do movimento Chipko, que preocupou-se com as consequências do desflorestamento, tanto para o ambiente, quanto para as mulheres.

²⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 25.

abordagem histórica materialista ao argumentar que as condições de exploração e dominação afetam as mulheres e a natureza de maneira diferente de como os homens e a cultura sofrem tal influência;²⁵

- e) linguística: a partir da proposta de filósofos, como Ludwig Wittgenstein, para os quais a linguagem reflete o conceito da pessoa e do mundo, ecofeministas argumentam que a linguagem representa um papel muito importante na manutenção e no reforço de visões sexistas, racistas e *naturistas*²⁶ das mulheres, das pessoas de cor (*people of color*) e da natureza.²⁷ Warren argumenta que as mulheres são comumente descritas com termos animais pejorativos. “Animalizar as mulheres em uma cultura machista na qual os animais são vistos como inferiores aos humanos reforça e autoriza o *status* inferior das mulheres.”²⁸ O contrário também ocorre: a natureza é “feminilizada”. Warren exemplifica: a Mãe Natureza (ao invés do Pai Natureza ou Pai Natural) é estuprada, dominada, controlada, conquistada; o solo fértil (ao invés de potente) é lavrado. Carol Adams trabalha essa perspectiva ao afirmar que a linguagem que torna feminina a natureza e naturaliza as mulheres descreve, reflete e perpetua a dominação machista injustificada.²⁹ Warren contrapõe-se nessa discussão, destacando dois pontos: 1) seria errado afirmar que só as mulheres são prejudicadas pelo uso da animalização verbalizada, pois ela também é usada para se referir aos homens, além de nem sempre ser depreciativa. No entanto, a questão é que em

²⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 25-26.

²⁶ Warren entende o *naturismo* como a dominação injustificada da natureza. Esse conceito será melhor explicado adiante. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 1.

²⁷ Warren explica que as ecofeministas se baseiam nos estudos do filósofo Ludwig Wittgenstein, para o qual a linguagem que uma pessoa usa reflete o conceito de si e do mundo. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 27.

²⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 27.

²⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 27.

contextos machistas, a grande maioria dos termos é utilizada para inferiorizar as mulheres e a natureza, ao passo que os homens são identificados como superiores; e 2) a animalização verbalizada deprecia, inferioriza e reforça a exploração dos animais não-humanos;³⁰

- f) simbólica e literária: a discussão de imagens das mulheres e da natureza origina questões sobre os padrões simbólicos que conectam ambas, questão explorada por algumas ecofeministas na literatura e na cultura popular. Warren exemplifica com as duas visões de natureza de Merchant: a grega antiga, na qual a natureza é representada como feminina, benevolente e mãe; e a moderna, na qual é representada como mera máquina, inerte, morta,³¹
- g) espiritual e religiosa: embora as ecofeministas espiritualistas divirjam em algumas questões, elas concordam que espiritualidades e símbolos feministas, baseados na Terra (Gaia e Deusas) são essenciais para o ecofeminismo;³²
- h) epistemológica: ecofeministas interessadas na epistemologia questionam algumas características da visão ocidental sobre o conhecimento, por exemplo, que ele é objetivo, que o conhecedor é um observador objetivo, imparcial, independente e racional, e que a natureza é objeto passivo desse conhecimento. Frequentemente, tais ecofeministas se filiam à Sandra Harding, para a qual a localização social do conhecedor é crucial para o entendimento e apreciação das reivindicações epistemológicas;³³
- i) política: os aspectos políticos das críticas ecofeministas da ética e do conhecimento são explicitados pela cientista política Noël Sturgeon, segundo a qual o ecofeminismo é um movimento social envolvido tanto na implantação quanto na teorização dos conceitos de

³⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 28.

³¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 28-29.

³² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 31.

³³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 33.

- natureza, mulheres, raça, entre outros,³⁴ e
- j) ética: o objetivo da ética ambiental ecofeminista é, no mínimo, desenvolver teorias e práticas relativas aos seres humanos e ao ambiente natural que não tenham viés masculino e que forneçam um guia de ação para o presente pré-feminista. Chris Cuomo sugere uma ética do *flourishing*, que envolve teoria e prática política. Ynestra King defende uma ética ecofeminista, que visa à reaproximação entre o feminismo cultural ou espiritual e o socialista. Semelhante à Warren, King propõe a abolição dos dualismos de valor.³⁵

Desse modo, Warren entende que a compreensão de tais conexões é crucial, tanto para o feminismo, quanto para a ética ambiental. Embora nem todas essas posições sejam propriamente filosóficas, Warren afirma que cada uma suscita questões filosóficas interessantes.³⁶

Ao longo de sua exposição, ela enfatiza a conexão conceitual, pois a partir dela desenvolve outros pontos de sua teoria, como a existência de estruturas conceituais opressoras e a lógica da dominação,³⁷ mas todas corroboram a necessidade de se refletir e comprometer moralmente com a abolição do machismo e do naturismo, pois eles se coadunam por diferentes meios.

Warren conceitua o machismo como o sistema de dominação sistemática das mulheres pelos homens por meio de instituições, comportamentos e modos de pensamento, que ela chama de estruturas conceituais, que concedem mais valor, privilégio e poder aos homens do que às mulheres.³⁸

O naturismo também é um conceito importante na sua teoria, que se refere à dominação injustificada da natureza.³⁹ É o termo que a autora usa para se referir à forma de discriminação dos humanos sobre os Outros terrestres, ou seja, os não-humanos. Como será visto adiante, outros autores utilizam o

³⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 36.

³⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 37-38.

³⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 21

³⁷ Cf. itens 1.2.1 e 1.2.1.1.

³⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 64.

³⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 1.

termo “especismo” para denominar essa discriminação, mas Warren o cita somente ao se referir à ética de Peter Singer.

Seguindo a estratégia da conexão empírica, a autora aponta diversos motivos pelos quais as mulheres são mais afetadas do que os homens nas questões relacionadas ao meio ambiente. Warren afirma que há interconexões empíricas⁴⁰ entre as mulheres e a natureza, que ela demonstra por meio de alguns exemplos. Segundo ela, ecofeministas defendem que qualquer feminismo, ambientalismo ou ética ambiental que negue essas conexões é manifestadamente inadequado.⁴¹

O movimento Chipko, ocorrido na Índia em 1974, por exemplo, foi formado por mulheres que evitaram o desflorestamento de grandes áreas e preservaram uma extensa bacia hidrográfica. Warren argumenta que para além da conservação das árvores, existem importantes interconexões no movimento Chipko: 1) no hemisfério sul, as mulheres são tipicamente mais dependentes das florestas e de seus produtos, do que os homens; 2) existem costumes, tabus e restrições legais enfrentadas pelas mulheres, como o acesso ao crédito e à terra; e 3) as mulheres também são mais prejudicadas nas questões comerciais relacionadas à floresta.⁴²

A escassez de água, por sua vez, afeta especialmente mulheres e crianças. São as mulheres que precisam percorrer a pé longas distâncias para buscar água. Secas e inundações têm implicações de classe e gênero, pois são as pessoas mais pobres que sofrem mais com tais questões e esses grupos são significativamente formados por mulheres e crianças. “As mulheres fazem mais da metade do trabalho no mundo, mas recebem somente 10% da renda mundial e são proprietárias de somente 1% das propriedades no mundo.”⁴³

As mulheres são responsáveis pelo cultivo de pelo menos metade dos alimentos no mundo. Warren se baseia em Mayra Buvinic e Sally Yudelman, para afirmar que entre um terço e metade dos trabalhadores rurais do Terceiro Mundo (*Third*

⁴⁰ Uma versão preliminar desses dados empíricos foi publicada por Warren no artigo *Taking Empirical Data Seriously: An Ecofeminist Philosophical Perspective*.

⁴¹ WARREN, Karen. *Taking Empirical Data Seriously*, p. 3.

⁴² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 4-5.

⁴³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 8.

World) são mulheres.⁴⁴ Embora esses dados demonstrem a feminização da agricultura no mundo, o trabalho das mulheres é invisibilizado. Warren cita Chris Cuomo para afirmar que as fazendas são lugares de opressão humana, onde são contratados estrangeiros, usualmente afetados por doenças relacionadas ao uso de pesticidas, presentes em altos níveis no leite materno.⁴⁵ O uso de biomassa para cozinhar, normalmente em áreas pouco ventiladas, afeta mais as mulheres, geralmente as responsáveis por essas atividades, sendo expostas a altos níveis de poluição que afetam a saúde.⁴⁶

Sobre tais conexões empíricas, Warren conclui que embora todos os humanos sejam afetados pela degradação ambiental, as mulheres, as pessoas de cor (*people of color*), as crianças e os pobres, em todo o mundo, sofrem esses danos ambientais desproporcionalmente. Nesse sentido, a natureza ainda é uma questão para as feministas.⁴⁷

Assim, partindo do pressuposto de que questões ambientais podem também ser feministas quando de alguma forma afetam as mulheres,⁴⁸ Warren vê a necessidade de pensar uma filosofia ecofeminista que se comprometa em abolir a discriminação contra Outros humanos e Outros terrestres.

Carol Adams, por sua vez, afirma que o movimento de defesa animal está inserido em um contexto mais amplo que desafia todas as formas de opressão social.⁴⁹ Adams atribui isso ao que chama de “política da alteridade” (*Politics of Otherness*). As diferenças no poder, que permitem alguns sujeitos tratarem outros sujeitos como objetos, giram em torno desse conceito: o “outro” é visto em contraposição ao “*self*” e, portanto, com menos valor.⁵⁰

⁴⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 9.

⁴⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 10.

⁴⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 11.

⁴⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 16.

⁴⁸ WARREN, Karen. *The Power and Promise of Ecological Feminism*, p. 214.

⁴⁹ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast: Feminism and the Defense of Animals*. New York: Continuum, 1995, p. 71.

⁵⁰ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 72.

Adams afirma que comumente se fala que a opressão desumaniza⁵¹, isto é, que o humano é reduzido ao *status* de animal. Assim, ela reflete que os animais não podem ser “desumanizados”, eis que justamente o que os diferencia dos humanos é a falta de qualidades que assim os definam e, por isso, são chamados não-humanos. Assim, a resistência contra a opressão de humanos é feita a partir da negação antropocêntrica.⁵² Os animais são citados em contrarreferência à humanidade.

Filiada à Patricia Hill Collins, Adams afirma que perceber a raça, a classe e o gênero como sistemas interligados de opressão permite uma mudança paradigmática na visão de outras formas de opressão, como em relação à idade, à orientação sexual, a religião etc.⁵³ Dessa forma, Adams afirma que não se interessa pelas analogias que são feitas entre o *status* dos humanos oprimidos e o *status* dos animais. Para ela, o que interessa são as interseções: “no pensamento interseccional nós apreendemos as crenças ideológicas compartilhadas que existem como fundamento do machismo supremacista branco e especista.”⁵⁴

Além disso, Adams afirma, assim como Warren, que o ecofeminismo não pressupõe uma única voz das mulheres. A “unidade” reside na solidariedade contra a opressão. Adams chama a atenção para o fato de que em sistemas de opressão, pode-se ser a vítima ou o beneficiário da opressão, quando não o próprio agente. Privilégio e opressão coexistem em sistemas interligados de opressão. Mulheres, por exemplo, podem ser

⁵¹ Paulo Freire, na *Pedagogia do Oprimido*, afirma que os humanos vivem o problema de sua humanização que, conseqüentemente, envolve também sua desumanização, eis que são “seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.” Entretanto, Freire afirma que a desumanização não é a vocação dos homens ou um destino dado, mas um resultado injusto que gera a violência dos opressores sobre os oprimidos, que deve ser superada. A grande tarefa humanista e histórica é os oprimidos se libertarem e, nesse processo, libertarem também os opressores. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 40-41

⁵² ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 77.

⁵³ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 79.

⁵⁴ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 80.

oprimidas pelo machismo e, ao mesmo tempo, beneficiarem-se da opressão de animais.⁵⁵

1.2 FILOSOFIA ECOFEMINISTA

Ao reconhecer o nexos conceitual entre os sistemas de opressão (racismo, classismo, heterossexismo etc.), Warren afirma que o movimento para erradicar a opressão machista (movimento feminista) deve comprometer-se com a abolição de todas as formas de opressão. Assim, a autora formula sua proposta de filosofia ecofeminista, caracterizada por cinco afirmações:

(1) existem importantes conexões entre a dominação injustificada das mulheres, dos outros Outros humanos e dos Outros terrestres; (2) a compreensão da natureza dessas conexões é necessária para qualquer compreensão adequada da opressão das mulheres e da opressão da natureza; (3) a filosofia feminista deve incluir *insights* ecofeministas sobre as interconexões entre mulheres, Outros humanos e Outros terrestres; (4) soluções para questões de gênero devem incluir *insights* ecofeministas sobre as conexões entre mulheres e natureza; e (5) soluções para os problemas ecológicos devem incluir *insights* ecofeministas sobre as interconexões entre mulheres e natureza.⁵⁶

A filosofia ecofeminista, portanto, baseia-se: 1) no feminismo; 2) na ecologia e no ambientalismo; e 3) na filosofia, com sua análise dos sistemas humanos de dominação injustificada, o que a autora chamada de “ismos” de dominação. Considera-se que tal dominação não é justificada, tampouco inevitável.⁵⁷

O feminismo, um “ismo” de libertação, refere-se ao uso

⁵⁵ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 81.

⁵⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 43.

⁵⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 43.

da análise de sexo/gênero como ponto de partida para criticar os “ismos de dominação”. A ecologia e o ambientalismo, por sua vez, usam *insights* sobre as interações humano-natureza, em sua teoria e prática. Como filosofia, usa a análise conceitual e a justificação argumentativa.⁵⁸ A filosofia ecofeminista não deve se limitar a descrever a realidade, pois “ela implica em avançar nas posições, defender estratégias e recomendar soluções. Esse aspecto prescritivo da filosofia ecofeminista é central para se fazer filosofia.”⁵⁹

A versão ecofeminista defendida pela autora surge a partir da intersecção de três áreas: 1) feminismo; 2) natureza (entendida como o ambiente natural), ciência, desenvolvimento e tecnologia; e 3) perspectivas locais ou indígenas. Desse modo, quaisquer políticas ou práticas que não englobem as três áreas serão consideradas, *prima facie*, inadequadas ou inaceitáveis da perspectiva filosófica ecofeminista de Warren.⁶⁰

A autora considera a intersecção necessária dessas três áreas como “*prima facie*” tendo em vista que no atual contexto socioeconômico, marcado pela opressão machista, determinada decisão tomada para garantir a sobrevivência das mulheres pode manter intactas as estruturas machistas. Por exemplo: uma decisão para garantir às mulheres os meios de manter a economia doméstica pode garantir sua sobrevivência enquanto, ao mesmo tempo, pode contribuir para a manutenção da forma de economia machista e exploratória. A autora afirma que “[q]uando as próprias estruturas institucionais são injustas, muitas vezes é difícil tomar decisões verdadeiramente justas.”⁶¹

Warren deixa claro que a justaposição dessas três áreas é necessária para caracterizar a ética ecofeminista, mas ela não conceitua cada uma delas. À luz do seu arcabouço teórico, pode-se compreender que o feminismo pressupõe a ausência de discriminação ou opressão baseada no gênero. A natureza, a ciência, o desenvolvimento e a tecnologia visam considerar

⁵⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 43.

⁵⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 43.

⁶⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 44.

⁶¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 45.

moralmente o ambiente natural a partir da ecologia científica,⁶² considerando que o desenvolvimento não pode se sobrepor aos demais interesses. Por fim, as perspectivas locais e indígenas fazem parte da análise contextual, da autora, fortemente presente ao longo de sua proposta teórica.

1.2.1 Estruturas conceituais opressoras

Ao tratar das interconexões entre as mulheres e a natureza, Warren enfatiza a conceitual, conforme visto anteriormente. Dessa forma, a conexão entre as mulheres e a natureza é demonstrada pela autora por meio das estruturas conceituais⁶³ entendidas como um conjunto de crenças básicas, valores, atitudes e pressupostos que dão forma e refletem como alguém vê a si mesmo e ao mundo. “Uma estrutura conceitual funciona como uma lente socialmente construída através da qual a pessoa percebe a realidade.”⁶⁴

Estruturas conceituais não são intrinsecamente opressoras. Contudo, a partir do momento em que passam a ser afetadas por fatores como gênero, raça, classe, idade, orientação afetiva, nacionalidade, formação religiosa etc., elas passam a ser opressoras, ou seja, elas são usadas para explicar, manter e “justificar” as relações de dominação e subordinação injustificadas. Assim, uma estrutura conceitual opressora de viés machista “justifica” a subordinação das mulheres pelos homens.

A autora identifica cinco características em tais estruturas:

⁶² No item 1.3.2, explica-se a relação que Warren faz entre a filosofia ecofeminista e a ecologia, especialmente com a teoria da hierarquia, que advém da ecologia dos ecossistemas.

⁶³ Um esboço sobre as estruturas conceituais e suas consequências, bem como as conexões conceituais entre a opressão das mulheres e da natureza, foi traçado por Warren no artigo *Feminism and Ecology: Making Connections*, publicado em 1987, mas claramente sua teoria é melhor desenvolvida na obra *Ecofeminist Philosophy*, de 2000.

⁶⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 46.

- 1) pensamento de valor hierárquico (*up-down*), no qual se valoriza, confere mais *status* ou prestígio mais os “de cima” (*up*) e menos os “de baixo” (*down*),⁶⁵
- 2) dualismos de valor opostos (*oppositional value dualisms*), marcados por características opostas e excludentes, ao invés de complementares e inclusivas, valorizando mais uma característica em detrimento de outra;
- 3) poder entendido e exercido como poder de dominação (“*power-over*” *power*), como poder dos “de cima” (*up*) sobre os “de baixo” (*downs*),⁶⁶
- 4) criação, manutenção ou perpetuação da concepção e prática de privilégio concedido aos “de cima” (*ups*) e negado aos “de baixo” (*downs*);⁶⁷ e
- 5) uma estrutura de argumentação que visa justificar a subordinação (lógica da dominação).⁶⁸

Warren explica que essas características são de um tipo de pensamento que sanciona a opressão.⁶⁹ É a partir de Elizabeth Dodson Gray, que Warren escreve sobre o pensamento de valor hierárquico. Comumente, mulheres, pessoas de cor (*people of color*), natureza e corpo são associados com os “de baixo”, enquanto homens, brancos (*whites*), cultura e mente são relacionados com os “de cima”. Assim, a partir de Gray, Warren afirma que esse pensamento de valor hierárquico legitima a desigualdade ao invés de afirmar somente que existe a diversidade.⁷⁰

⁶⁵ A autora afirma, entretanto, que o pensamento hierárquico ou de valor hierárquico não é inerentemente problemático em contextos não opressivos. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 47.

⁶⁶ A autora adverte que o poder de dominação só é opressivo em contextos de dominação sobre subjugados. Uma mãe que age para salvar a filha de algum risco, por exemplo, não incorre em tal característica. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 47.

⁶⁷ “Quando o privilégio dos “de cima” (*Ups*) funciona para manter as relações entre dominador-subordinado *Up-Down* intactas [...] eles são parte de uma estrutura conceitual opressora”. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 47.

⁶⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 47.

⁶⁹ WARREN, Karen. *Feminism and Ecology*, p. 6.

⁷⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 46.

Os dualismos de valor opostos, da mesma forma que o pensamento de valor hierárquico, prestigiam os “de cima” (homens, brancos, racionalidade, mente), em detrimento dos “de baixo” (mulheres, negros [*black*] emoção, natureza), de forma a fomentar a necessidade de ser identificado com os “de cima”, não com os “de baixo”.⁷¹

A autora afirma que existem diferentes tipos de poder (dos pais sobre os filhos, dos tiranos sobre os cidadãos, dos juizes sobre as partes [*defendants*], dos estupradores sobre as vítimas etc.). Assim, Warren assevera que alguns tipos de poder podem ser justificados, como o dos pais sobre seus filhos, mas outros, não. Quando o poder é entendido e exercido como poder de dominação, ele serve para reforçar o poder dos “de cima” sobre os “de baixo”, injustificadamente subordinados.⁷²

Com a criação, manutenção ou perpetuação da concepção e prática de privilégio concedido aos “de cima” e negado aos “de baixo”, Warren afirma que aos “de cima” são dadas oportunidades que mantêm sua posição, justamente por eles estarem nela, que é negada aos “de baixo”. Com isso, não nega que aos “de baixo” também são conferidos privilégios, mas eles são consideravelmente menores.⁷³

No entendimento da autora, as mulheres têm poder, valor, prestígio e privilégio, mas o que caracteriza a posição delas no machismo⁷⁴ é que elas têm menos poder e privilégio “institucional” do que os homens. Warren argumenta que esse poder e privilégio conferido aos grupos dominantes (por exemplo, homens ou brancos) são herdados pelo nascimento com tais características. Portanto, não são baseados no mérito, na habilidade, no esforço ou na necessidade individual; logo, não é algo pelo qual os indivíduos mereçam elogios ou culpa.⁷⁵

Os benefícios criados, mantidos e sancionados

⁷¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 46.

⁷² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 46-47.

⁷³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 47.

⁷⁴ Warren usa, em seus escritos, o termo *patriarchy*, que é comumente traduzido, em português, como patriarcalismo ou patriarcado. No entanto, acredita-se que, no Brasil, o termo machismo refere-se ao mesmo conceito e é mais difundido (em termos conceituais e de compreensão de suas características e consequências).

⁷⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 64.

institucionalmente refletem o poder e o privilégio dos “de cima” sobre os “de baixo” e perpetuam os “ismos de dominação” (sexismo, racismo, classismo, heterossexismo, etnocentrismo).⁷⁶

Esse foco no poder e privilégio institucional, ao invés de individual ou pessoal, é importante por três razões: 1) propicia o entendimento do porquê a filosofia ecofeminista não é inerentemente antimasculina, nem pró feminina, pois ela é focada nos sistemas de poder e privilégio dos “de cima” sobre os “de baixo”; 2) embora os “de cima” não possam evitar os benefícios institucionalizados, eles são responsáveis por perpetuá-los com seus comportamentos e linguagem; e 3) visto que os sistemas de dominação são relacionados, o poder e o privilégio institucional que os “de cima” recebem varia conforme o grupo ao qual pertencem (classe, orientação sexual, idade, religião etc.), e portanto existem diferentes graus de poder e privilégio em diferentes contextos culturais.⁷⁷

Por fim, pela importância filosófica que Warren confere à lógica da dominação em sua teoria, ela será melhor desenvolvida a seguir, mas já é possível perceber que as características das estruturas conceituais opressoras se entrelaçam e são construídas e desenvolvidas ao longo de toda a teoria de Warren.

1.2.1.1 Lógica da dominação

A lógica da dominação, conforme visto, é uma das características das estruturas conceituais opressoras. Tendo em vista que ela fornece a premissa moral para justificar eticamente a subordinação dos “de baixo”, nas relações de dominação e subordinação, pelos “de cima”, ela é basilar para as estruturas conceituais opressoras, por quatro razões.

Em primeiro lugar, assim como a lógica da dominação serve para explicar e justificar relações de dominação e subordinação, ela é mais do que simplesmente uma estrutura lógica, é um sistema de valor substantivo. “O sistema de valor está imbuído na lógica da dominação na forma de uma premissa moral – *Superioridade justifica subordinação.*”⁷⁸ É esse sistema

⁷⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 64-65.

⁷⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 65.

⁷⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 48.

de valor que gera a suposta distinção moral entre os “de cima” e os “de baixo”, valorando mais os “de cima”. Essa construção da inferioridade se traduz de diferentes formas, de acordo com o contexto histórico e social.⁷⁹

Em segundo, sem a lógica da dominação, uma descrição de similaridades e diferenças seria somente uma descrição, sem que houvesse discriminação moral na forma como um grupo é tratado ou nas oportunidades que lhes são ofertadas.⁸⁰ Para demonstrar claramente como o desvio da conclusão sobre a dominação justificada da natureza está na aceitação de duas questões importantes (a superioridade moral dos humanos sobre não-humanos e a lógica da dominação), Warren formula o argumento “A” (argumento do naturismo):

- (A) (1) Humanos têm, e plantas e minerais não têm, a capacidade de, consciente e radicalmente, mudar de determinadas maneiras as comunidades nas quais vivem.
- (2) O que quer que tenha a capacidade de, consciente e radicalmente, mudar de determinadas maneiras a comunidade em que vive é moralmente superior ao que não tem essa capacidade.
- Assim, (3) Humanos são moralmente superiores a plantas e minerais.
- (4) Para qualquer X e Y, se X é moralmente superior a Y, então X está moralmente justificado em subordinar (dominar) Y.
- Assim, (5) Humanos estão moralmente justificados em subordinar (dominar) plantas e minerais.⁸¹

Ela chama atenção para a premissa (2) desse raciocínio, que até pode ser verdadeira, mas mesmo que seja, sem a lógica da dominação, premissa (4), o que há são diferenças, ainda que

⁷⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 48.

⁸⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 49.

⁸¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 49.

morais, entre humanos e alguns não-humanos. No entendimento da autora, a superioridade moral dos humanos sobre não-humanos, se existe, não justifica a dominação por si só. Pelo contrário, poder-se-ia argumentar que tal superioridade moral impõe responsabilidades aos humanos para com outros menos capazes.⁸²

Em terceiro, historicamente, pelo menos nas sociedades ocidentais, as estruturas conceituais opressoras que justificam a dominação das mulheres e da natureza não-humana têm sido machistas.⁸³ Warren formula o argumento “B” para revelar essa questão e demonstrar como as estruturas conceituais machistas têm funcionado historicamente para sancionar o sexismo e o naturismo (argumento do sexismo):

- (B) (1) Pelo menos nas sociedades ocidentais, sempre que um grupo é historicamente identificado com a natureza e a esfera física, é conceituado como moralmente inferior a qualquer grupo historicamente identificado com a cultura e a esfera mental.
- (2) Pelo menos nas sociedades ocidentais, mulheres têm sido historicamente identificadas com a natureza e a esfera física, enquanto os homens, pelo menos

⁸² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 49. Nesse sentido, Sônia T. Felipe explica que Andrew Linzey “propõe que a noção convencional de *domínio* (rada) – o domínio dado por Deus ao homem na primeira saga do Gênesis – tão cara à tradição da Igreja Católica, seja interpretada como *responsabilidade* e não como direito de matar, nem para comer, nem para punir, nem para livrar-se a si mesmo de um peso insuportável.” FELIPE, Sônia T. *Ética e experimentação animal: Fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007, p. 233.

⁸³ Segundo Warren, Carolyn Merchant é uma das autoras que demonstra essa conexão. Ela afirma que, pelo menos nas sociedades ocidentais, as mulheres são identificadas com a natureza, o corpo, o físico, ao passo que os homens são identificados com a cultura, a razão e a esfera mental. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 50.

os dominantes, têm sido identificados com a cultura e a esfera mental.

Assim, (3) Pelo menos nas sociedades ocidentais, mulheres são conceituadas como moralmente inferiores aos homens dominantes.

(4) Para qualquer X e Y, se X é conceituado como moralmente inferior a Y, então Y é justificado em subordinar (ou dominar) X.

Assim, (5) Pelo menos nas sociedades ocidentais, homens dominantes estão justificados em subordinar (ou dominar) as mulheres e a natureza.⁸⁴

Similar ao argumento anterior, sem a premissa (4), a lógica da dominação, o argumento é falso. Warren ressalva que pode ser verdadeiro como uma descrição de como as mulheres, os homens e a natureza têm sido historicamente conceituados e tratados nas culturas ocidentais, mas o argumento B deve ser rejeitado.⁸⁵

Sobre as premissas (1) e (2), a autora enfatiza que elas não declaram que as mulheres estejam mais próximas da natureza do que os homens, ou que todas as mulheres sejam sempre associadas com a natureza inferior e todos os homens com a cultura superior, respectivamente.⁸⁶ Warren filia-se a Sherry Ortner, que argumenta que as mulheres são desvalorizadas e subordinadas justamente porque são vistas como mais próximas à natureza do que os homens que, por sua vez, são associados com a cultura. A partir dessa lógica, assim como a cultura controla a natureza, os homens controlam as mulheres.⁸⁷

Por outro lado, Warren expõe que a antropóloga Peggy Sanday defende que a subordinação das mulheres não é universal, como alega Ortner, tampouco associada a uma

⁸⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 50-51.

⁸⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 51.

⁸⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 51.

⁸⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 51.

inferioridade da natureza.⁸⁸ Baseada em um estudo com 150 sociedades tribais, Sanday argumenta que nas sociedades nas quais as forças da natureza são sacralizadas, as mulheres detêm um poder que os homens não têm. Entretanto, considerando a afirmação de Sanday de que quando os homens dominam as mulheres geralmente ocupam um papel inferior ao deles, Warren afirma que as premissas (1) e (2) referem-se a sociedades não-primitivas (*nonprimal*), como a ocidental, o que justifica seu recorte no argumento B: “[p]elo menos nas sociedades ocidentais”.⁸⁹

Continuando a avaliação sobre as premissas (1) e (2), Warren explica que, historicamente, assim como nem todos os grupos de homens ocuparam posições de poder e privilégio (relação entre negros e brancos, por exemplo), alguns grupos de mulheres ocuparam posições de poder, especialmente em relação a outras mulheres. É o caso, por exemplo, de mulheres brancas que contratam mulheres negras como empregadas domésticas; de Margaret Thatcher, que ocupou o cargo de primeira-ministra britânica etc. Entretanto, Warren explica que essas diferenças entre as mulheres se refletem na forma como as premissas são formuladas. As duas premissas devem ser observadas no contexto histórico “no qual” e “quando” há separação entre as esferas da cultura e da natureza (premissa 1) e há associação de homens, os “de cima”, com a cultura superior, e, mulheres, as “de baixo”, com a natureza inferior.⁹⁰

Warren enfatiza que mesmo as mulheres ocidentais que ocupam posições de poder e privilégio são comumente reportadas em termos de gênero, ambíguos, associadas a características “masculinas” ou têm mais poder e privilégio do que outras pessoas, mas menos do que os homens.⁹¹

No que tange à premissa (3), Warren argumenta que as filósofas ecofeministas concordam que as mulheres foram falsamente conceituadas como inferiores aos homens, com base em três suposições equivocadas: determinismo biológico, essencialismo conceitual e universalismo.⁹²

⁸⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 51.

⁸⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 51-52.

⁹⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 52.

⁹¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 52.

⁹² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 52-53.

O determinismo biológico posiciona incorretamente as mulheres como biologicamente mais próximas à natureza do que os homens, especialmente em virtude de suas capacidades reprodutivas, ou estabelece uma essência biológica às mulheres (“a natureza da mulher”). O essencialismo conceitual pressupõe erroneamente que o conceito de mulher é unívoco, que capta condições essenciais da mulher ou da feminilidade. O universalismo supõe incorretamente que todas as mulheres compartilham um conjunto de experiências simplesmente pelo fato de serem mulheres.⁹³

Embora as filósofas ecofeministas concordem com a existência dessas três suposições (determinismo biológico, essencialismo conceitual e universalismo), elas vêem diferentes implicações para cada uma delas. Segundo Warren, Victoria Davion, por exemplo, rejeita a noção de “fêmea” (*female*) ou “feminino” (*feminine*), pois esses termos reforçam o universalismo e o determinismo biológico. Davion chama essas posições de “ecofemininas” e não de “ecofeministas”.⁹⁴

Segundo Warren, Chris Cuomo concorda com a distinção de Davion e diferencia também “ecofeminismo” e “feminismo ecológico”, associando a filosofia ecofeminista com o feminismo ecológico e distanciando-se do ecofeminismo. Com isso, Cuomo visa à distinção da filosofia ecológica feminista de visões espirituais do ecofeminismo ou que tenham noções problemáticas da mulher e da feminilidade, ligadas essencialmente à natureza. Val Plumwood também critica as ecofeministas que supõem, baseadas no determinismo biológico, que as mulheres estejam mais próximas da natureza.⁹⁵ Warren ressalva que, ao contrário de Cuomo, ela utiliza os termos “filosofia ecofeminista” e “filosofia feminista ecológica” alternativamente.⁹⁶

A quarta razão pela qual a lógica da dominação é básica para as estruturas conceituais opressoras é a conexão entre a “dominação” das mulheres, dos outros “Outros” humanos e da natureza, em razão da premissa (4) dos argumentos (a lógica da

⁹³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 53.

⁹⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 53.

⁹⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 53.

⁹⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 53.

dominação), e que implica na diferença entre “opressão” e “dominação”.⁹⁷

A opressão consiste em estruturas institucionais, estratégias e processos pelos quais alguns grupos (*downs*) são limitados, inibidos, coagidos ou impedidos de mobilizar recursos para determinados objetivos, limitando suas escolhas e opções. Instituições opressoras usam várias ferramentas de subjugação (por exemplo, violência, ameaças, exploração, colonização, exclusão) para reforçar o poder e o privilégio dos “de cima” em sistemas opressores e para impor a subordinação ou dominação dos “de baixo.”⁹⁸

A dominação, por sua vez, é uma dessas ferramentas de subjugação, pois ela reforça o poder e os privilégios dos “de cima” sobre os “de baixo” em relações de dominação e subordinação. “Toda opressão envolve dominação. Em contrapartida, nem toda dominação envolve opressão.”⁹⁹ A opressão implica em tolher a liberdade de fazer escolhas e opções. Portanto, não-humanos, por não terem tal liberdade, não podem ser “oprimidos”, apenas “dominados”. Para Warren, apenas alguns animais não-humanos podem ser oprimidos¹⁰⁰, embora não especifique quais.

A autora conclui: “[d]ado que, no contexto cultural ocidental, presume-se que minerais e rios não têm a capacidade de fazer escolhas ou entreter opções, nesses casos, o que é fundamental é a lógica da dominação, não a lógica da opressão.”¹⁰¹

Warren afirma que, ao longo de sua proposta teórica, ela usa os termos com critério. Assim, essa distinção entre os conceitos é importante ao analisar suas formulações, ou seja, ela conscientemente emprega o termo “estruturas conceituais

⁹⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 55.

⁹⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 54.

⁹⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 55.

¹⁰⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 54.

¹⁰¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 55.

opressoras” para tratar das relações de dominação e subordinação. Da mesma forma, as estruturas conceituais opressoras geram a lógica da dominação, e não a lógica da opressão.¹⁰²

Warren esclarece que a lógica da dominação pressupõe que existem diferenças relevantes entre os grupos, sejam eles humanos ou não-humanos, que os tornam superiores ou inferiores em determinados aspectos. Contudo, dessas diferenças não devem derivar juízos morais. Nesse contexto, a racionalidade é uma característica que torna humanos dotados dela superiores a seres não racionais, mas isso não implica que os humanos tenham permissão moral para agir de qualquer forma com aqueles. Para tanto, seria necessária a lógica da dominação.¹⁰³ Ademais, a rejeição da lógica da dominação também não especifica o que os “de baixo” podem fazer para abolir a dominação exercida pelos “de cima” (o uso de violência, por exemplo).¹⁰⁴

Resumindo, Warren afirma que existem quatro razões para se rejeitar a lógica da dominação, a saber:

- 1) a superioridade, ainda que moral, não justifica a subordinação;
- 2) a diferença, por si só, não justifica a dominação;
- 3) historicamente, pelo menos nas sociedades ocidentais, as estruturas conceituais opressoras que justificam a dominação das mulheres e da natureza têm sido machistas; e
- 4) a lógica da dominação conecta a dominação das mulheres, dos outros “Outros” humanos e da natureza, ainda que conecte também a opressão das mulheres, dos outros “Outros” humanos e de alguns animais não-humanos.¹⁰⁵

Warren conclui que o foco nas estruturas conceituais pressupõe que elas são aprendidas e podem ser mudadas, não são geneticamente programadas. Contudo, tendo em vista que mudar a estrutura conceitual geralmente implica em alterar crenças profundamente arraigadas, a tarefa pode tornar-se

¹⁰² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 55.

¹⁰³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 54

¹⁰⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 54.

¹⁰⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 54.

simples, mas não fácil. Mudar ou abandonar um sistema de crenças familiar e confortável, assim como desmanchar as instituições e comportamentos que ele justifica, pode envolver um profundo exame de consciência, o que é perfeitamente possível para a versão da filosofia ecofeminista defendida por ela.¹⁰⁶

Como exemplo, é possível citar a desvalorização do trabalho da mulher, que pode ser vista como reflexo de uma estrutura conceitual opressora segundo a qual as mulheres são vistas do lado “de baixo”, com menos valor e privilégio, sujeitas ao poder exercido pelos homens. Da mesma forma ocorre com as esferas animal e ambiental: com o uso de animais em experimentos ou a construção de uma usina hidrelétrica em uma área de preservação ambiental. Ambos, animal e ecossistema, são associados ao lado “de baixo” e são sujeitados à mesma lógica da dominação. Desconstruir tal lógica e abandonar esses sistemas de exploração das mulheres, dos animais e da natureza é possível sob a ótica da filosofia ecofeminista de Warren, mas demandam grande reflexão.

1.2.2 A reformulação do feminismo na filosofia ecofeminista

A partir da análise das cinco características das estruturas conceituais opressoras vistas anteriormente,¹⁰⁷ Warren defende a necessidade de reconceber o feminismo, a filosofia feminista e a ética ambiental. Assim, formula o argumento “C”:

- (C) (1) O feminismo é, minimamente, um movimento para pôr fim ao sexismo.
 Mas (2) O sexismo é conceitualmente ligado ao naturismo.
 Assim,(3) O feminismo é (também) um movimento para pôr fim ao naturismo.¹⁰⁸

¹⁰⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 56.

¹⁰⁷ Cf. item 1.2.1.

¹⁰⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 56.

Com esse argumento, a lógica do feminismo tradicional leva ao acolhimento do feminismo ecológico, ou seja, do ecofeminismo. Warren propõe que o feminismo incorpore a consideração moral de não-humanos, isto é, as feministas devem se comprometer com a abolição do naturismo, entendido como sistema de dominação.¹⁰⁹

Contra o argumento de que as feministas devem se opor à lógica da dominação somente quando ela se aplica a humanos,¹¹⁰ Warren defende que essa é uma objeção à ética ambiental *per se*, não somente ao ecofeminismo. A autora parte do pressuposto de que o princípio da ética ambiental é de que a natureza não humana merece consideração por parte dos humanos. É isso que propicia o qualificativo “ambiental” em uma ética.¹¹¹

Contra outra forma de oposição, baseada na premissa de que a ligação entre o sexismo e o naturismo é conceitual, Warren responde que existe um enredamento histórico profundo sobre os conceitos de mulher e natureza. A compreensão dessas associações negativas entre ambos permite compreender como elas continuam a permear, reforçar e justificar comportamentos, políticas, teorias, instituições e sistemas de dominação.¹¹²

Warren alega que os conceitos de mulher e natureza são construídos socialmente,¹¹³ ou seja, o significado desses conceitos “inclui e reflete fatores tais quais raça/etnia, classe, idade, orientação afetiva, capacidade, religião (ou sua falta), localização geográfica e nacionalidade.”¹¹⁴

Warren ressalta também a importância filosófica das diferenças linguísticas. Em contextos ocidentais, a linguagem

¹⁰⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 56.

¹¹⁰ A autora explica que essa objeção pode ser feita na tentativa de rejeitar o seu argumento C, invocando, por exemplo, a diferença entre dominação e opressão, segundo a qual a lógica da dominação se justificaria somente no caso de não-humanos por ser uma situação somente de dominação e não opressão. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 57.

¹¹¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 57.

¹¹² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 57-58.

¹¹³ Entretanto, Warren esclarece que alegar que esses conceitos são socialmente construídos não nega a existência real de mulheres e não-humanos. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 58.

¹¹⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 58.

sexista-naturista reforça e perpetua a dominação injustificada da natureza e das mulheres.¹¹⁵ “A linguagem sexista-racista-naturista é a linguagem da dominação. Linguagens de dominação são cruciais para implementações eficazes da lógica da dominação por colonizadores.”¹¹⁶

Warren conclui que além de ligar conceitos linguisticamente, a linguagem que uma pessoa usa pode também ligar conceitos conceitualmente, por isso as conexões linguísticas têm significância conceitual. Dessa forma, não é possível objetar o argumento C.¹¹⁷

Warren defende que sua filosofia ecofeminista envolve uma revisão, tanto da filosofia feminista quanto da ética ambiental. A autora formula o argumento “D”, sobre a reconcepção da filosofia feminista:

(D) (1) Minimamente, a filosofia feminista é um compromisso com a eliminação do sexismo e do viés masculino de gênero na filosofia, colocando em seu lugar posições filosóficas e práticas que não sejam sexistas nem baseadas no gênero masculino.

Mas, (2) O viés de gênero masculino, na filosofia, é conceitualmente ligado ao viés naturista.

Assim, (3) A filosofia feminista deve (também) envolver o compromisso com a eliminação do naturismo e o viés naturista na filosofia e colocar no seu lugar posições filosóficas e práticas que não sejam naturistas nem baseadas no naturismo.¹¹⁸

Warren ressalta que embora haja divergência entre as filósofas sobre os conceitos de sexismo, viés masculino, naturismo e viés naturista, a reconceitualização

¹¹⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 59.

¹¹⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 60.

¹¹⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 61.

¹¹⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 63.

(*reconceptualization*) se justifica pelo fato de o sexismo e o naturismo estarem conceitualmente ligados por uma estrutura conceitual opressora e machista, pela lógica da dominação.¹¹⁹

Nesse sentido, Warren elabora o argumento “E”, para a ética ambiental:

(E) (1) Minimamente, a ética ambiental é um duplo compromisso com a considerabilidade moral da natureza não humana e com a eliminação do naturismo na teoria e prática ética.

Mas, (2) O naturismo é conceitualmente ligado ao sexismo.

Assim, (3) A ética ambiental deve (também) implicar o compromisso com a eliminação do sexismo na teoria e prática ambiental.¹²⁰

Warren afirma que justifica o argumento “E” ao longo de toda sua teoria, mas reforça que a justificativa ecofeminista para reconceber a ética ambiental ocorre porque o naturismo, ao qual todos os eticistas ambientais se opõem, é conceitualmente ligado ao sexismo, por meio de uma estrutura conceitual opressora e machista que funciona com a lógica da dominação.¹²¹

Warren formula esses três silogismos (“C”, “D” e “E”) para mostrar, logicamente, a necessidade de reformular o feminismo (silogismo “C”) e a filosofia feminista (silogismo “D”), a partir da filosofia ecofeminista e seus preceitos, e a ética ambiental (silogismo “E”), a partir do feminismo e seu compromisso com a abolição do naturismo. Assim, ela afirma que há uma conexão conceitual entre o sexismo e o naturismo e, dessa forma, tanto o feminismo deve incorporar a abolição do naturismo, quanto a ética ambiental deve se comprometer com o fim do sexismo. Aliás, esse é o momento em que Warren ressalta a necessidade de atualização da ética ambiental, pois o foco de sua proposta é o feminismo, que deve ser re-concebido. Contudo, ressalta-se que, nesse momento, Warren não especifica nenhuma corrente do feminismo, tampouco da ética ambiental.

¹¹⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 63.

¹²⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 63.

¹²¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 63.

Deve-se observar, também, que os silogismos “A” e “B”, expostos no item anterior, são formulados de forma diferente desses últimos, pois eles são os argumentos do naturismo e do sexismo, respectivamente, presentes no contexto da lógica da dominação e, portanto, visam demonstrar como funciona essa lógica, que deve ser rejeitada.

1.3 CONSIDERABILIDADE MORAL

Conforme demonstrado anteriormente, um dos pressupostos do ecofeminismo é a ética ambiental, que por sua vez tem foco nas questões sobre o modo pelo qual os humanos devem tratar a natureza. Warren, por conseguinte, situa sua versão ecofeminista dentro da ética ambiental e conclui que sua perspectiva não é tão somente distinta, mas transformativa no que tange às relações humanidade-natureza.¹²²

Warren explica que a base das éticas ambientais é a considerabilidade moral dos animais não-humanos e/ou da natureza, isto é, o fato de que merecem consideração moral por parte dos humanos.¹²³

Normalmente, duas estratégias são usadas para defender a considerabilidade moral da natureza. A primeira baseia-se no fato de ela possuir determinada característica que a torna moralmente considerável. Os critérios utilizados podem ser a racionalidade, a senciência, a habilidade para uso da linguagem, estar vivo, dentre outras.¹²⁴

A segunda é a de possuir valor intrínseco (em contraposição ao valor extrínseco, ou seja, instrumental). Comumente, a justificativa para o fato de a natureza possuir valor intrínseco encontra-se em características que ela possui, por exemplo, a racionalidade, a senciência, ser sujeito de uma vida.¹²⁵

Dessa forma, Warren observa que as duas estratégias conduzem ao mesmo caminho, de estabelecer características que determinem a considerabilidade moral da natureza. Assim, a autora se filia a Joel Feinberg e defende que a considerabilidade

¹²² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 73.

¹²³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 74.

¹²⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 74.

¹²⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 74.

da natureza pode não ter fundamento, da mesma maneira como o valor humano também não tem. A saída defendida pela autora é a atitude de respeito pela natureza, que, por sua vez, não pode ser justificada, mas incita a vontade por parte dos humanos em ver animais não-humanos como sujeitos, e não simplesmente como recursos ou objetos de propriedades.¹²⁶

Embora Warren sustente que a considerabilidade da natureza possa ser explicada, mas não provada, a defesa que a autora faz, em seu livro, é que um mundo no qual os humanos respeitam a natureza é um mundo mais justo. Nesse momento, Warren não expõe argumentos para provar a considerabilidade da natureza, além de todo o substrato teórico que fornece ao longo de sua teoria. Em resposta ao cético que não aceita quaisquer razões para considerar moralmente a natureza, ela afirma que se deve simplesmente manifestar oposição a ele e voltar a atenção àqueles que avaliam a possibilidade de considerar moralmente os não-humanos.¹²⁷

1.3.1 Éticas ambientais

Warren identifica quatro tendências de pensamento na ética ambiental ocidental que representam as tendências éticas na forma como as questões ambientais são tratadas: 1) familiar (*house*); 2) reformista; 3) mista; e 4) radical.¹²⁸ A primeira posição, a familiar, é a mais conservadora e abrange diversas posições que abrigam fundamentos em comum. Uma das suas características é a desconsideração moral da natureza. Portanto, elas não geram uma ética ambiental. Warren as divide em duas correntes: a consequencialista, que considera as consequências das condutas humanas, e a não-consequencialista, que parte de outros pressupostos, tais quais dever, direitos, valor intrínseco, virtude etc.¹²⁹

A posição reformista, ao contrário, gera uma ética ambiental. Segundo Warren, ela é “extensionista moral”, pois aumenta o círculo de consideração moral para além dos humanos, conquanto nem todos os não-humanos sejam sempre

¹²⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 75-76.

¹²⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 76.

¹²⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 76-77.

¹²⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 77

incorporados. Sujeita-se também à divisão entre consequencialistas e não-consequencialistas.

Warren argumenta que as duas posições reformistas ocidentais mais populares são as versões consequencialista e não-consequencialista do bem-estarismo animal (*animal welfarism*). Segundo ela, o bem-estarismo utilitarista de Peter Singer elege a senciência¹³⁰ como critério de considerabilidade moral. Singer fundamenta-se no trabalho do utilitarista Jeremy Bentham e partilha com ele a ideia de que o critério da capacidade dos seres para sofrer é o que os torna moralmente consideráveis. Para Singer, o especismo é o preconceito ou a atitude de quem não considera moralmente os animais. Assim, Warren considera Singer reformista em virtude de ele basear seu critério na proximidade dos animais aos humanos.¹³¹

A outra posição bem-estarista que Warren critica é a versão baseada em direitos, de Tom Regan. Ela afirma que, tal qual Singer, Regan defende a considerabilidade moral de não-humanos com relação à proximidade ética deles com humanos. Entretanto, o critério de Regan é o ser “sujeito-de-uma-vida”.¹³²

Warren afirma que além dessas duas versões bem-estaristas, existem outras posições reformistas, dentre as quais ela analisa quatro. A primeira é a de Donald VanDeVeer que, segundo ela, defende uma ética consequencialista baseada em interesses protegidos ou promovidos. Para VanDeVeer, existem os interesses básicos e os não-básicos, que se subdividem em sérios e periféricos. A partir desses três tipos de interesse (básicos, sérios e periféricos), o autor propõe a solução para conflitos de interesses entre humanos e não-humanos. De acordo com sua posição, chamada “igualitarismo de dois fatores” (*Two-Factor Egalitarianism*), os interesses dos humanos podem se sobressair sobre os não-humanos, especialmente quando interesses básicos conflitam.¹³³

A segunda posição reformista é a ética biocêntrica do respeito pela natureza, de Paul Taylor, para quem os seres vivos

¹³⁰ Para Aristóteles, o critério é a racionalidade, ao passo que para Descartes, é a capacidade e uso da linguagem. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 77.

¹³¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 77-78.

¹³² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 79.

¹³³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 80.

são centros teleológicos de vida (*teleological centers of life*), que tem bem inerente (*inherent worth*) e merecem a atitude de respeito, por parte dos humanos.¹³⁴

A terceira posição é a de Jay B. McDaniel, que defende a ética do pastoreio (*stewardship ethic*), de base teológica, comumente com fundamentação judaico-cristã. O domínio, nessa proposta, é visto como pastoreio, não como dominação, pois os pastores têm responsabilidade moral pelo bem-estar do seu rebanho (humanos com relação aos não-humanos).¹³⁵

Segundo Warren, McDaniel faz uma distinção entre o uso amável (*kindly use*) e o manejo prudente conservacionista (*prudent management*). O pastoreio baseado no manejo prudente não é adequado para uma teologia da natureza, pois visa somente o manuseio, desde que prudente, de recursos não-humanos, com reconhecimento de seu valor extrínseco (instrumental).¹³⁶

A quarta posição é uma versão moderna da antiga ética da virtude grega. Warren explica que a ética da virtude é uma ética do caráter, “buscando descrever características de pessoas moralmente boas em termos de disposições humanas e traços de caráter”, em contraposição às consequências de suas ações ou direitos.¹³⁷

Nesse sentido, Albert Schweitzer propõe uma ética da reverência pela vida (*reverence for life*), segundo a qual os humanos devem reverenciar a vida não-humana da mesma forma como o fazem com relação à vida humana. Para Warren, a ética de Schweitzer é uma ética da virtude, pois “aborda questões de responsabilidades humanas em relação à natureza em termos de o que pessoas moralmente boas fazem ou deveriam fazer.”¹³⁸

O terceiro tipo de posição exposto por Warren é a mista, entre reformista e radical. O exemplo trazido pela autora é o da ética da terra (*The Land Ethic*), de Aldo Leopold, de 1949. Warren argumenta que a proposta de Leopold possui três pressupostos para qualquer ética ambiental: “humanos são

¹³⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 80.

¹³⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 80.

¹³⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 80.

¹³⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 81.

¹³⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 81.

comembros da comunidade ecológica; humanos devem amar e respeitar a terra; e, é errado destruir a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica.¹³⁹

Para Warren, a proposta de Leopold é mista, pois o terceiro pressuposto de sua ética é uma posição consequencialista. Contudo, assim interpretada, ela seria somente uma posição reformista, em virtude da extensão da consideração moral para animais, árvores, rios e ecossistemas, compreendidos no conceito de “terra” de Leopold.

Warren defende que a ética da terra de Leopold não deve ser filosoficamente interpretada dessa maneira. Ao contrário de posições reformistas, a ética de Leopold é holista, pois enfatiza que os ecossistemas merecem consideração moral. Warren ressalta que o holismo de Leopold não é exclusivista, pois, segundo ela, o autor não exclui a importância dos indivíduos.¹⁴⁰ Ademais, Leopold propõe um princípio moral constitutivo da sua ética: deve-se amar e respeitar a terra (segundo pressuposto). Dessa forma, a proposta de Leopold caracteriza-se por envolver um processo tanto intelectual quanto emocional.¹⁴¹

A quarta posição é a radical, que abrange diversas propostas. Elas se caracterizam por ser mais abrangentes e não limitadas à ética *per se*. Exemplos de propostas comumente identificadas como radicais são a ecologia profunda, o biorregionalismo, a ecologia social ou política e o ecofeminismo.¹⁴²

Warren afirma que a ecologia profunda abrange diversas posições,¹⁴³ que surgiram a partir dos escritos de Rachel Carson e Leopold. O termo foi cunhado por Arne Naess, em 1973, com o propósito de trabalhar a consciência ecológica. O filósofo Warwick Fox também contribui para a construção da ecologia

¹³⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 82.

¹⁴⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 95.

¹⁴¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 83.

¹⁴² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 83.

¹⁴³ Na filosofia, há um extenso debate entre ecologistas profundos e ecofeministas. Parte desse debate é retomado no artigo “Olhares ecofeministas à ecologia profunda”, no qual se trabalha especialmente com as críticas e propostas de Ariel Salleh. ROSENDO, Daniela. Olhares Ecofeministas à Ecologia Profunda. In: *Fazendo Gênero 9*, 2010, Florianópolis. Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero 9, 2010.

profunda e afirma que não se pode fazer uma divisão ontológica no campo da existência, entre as esferas humana e não-humana. A partir disso, Naess desenvolveu dois princípios: autorealização e igualdade biocêntrica. A auto-realização surge em contraposição a uma visão atomista e isolada do *self*, ao passo que a igualdade biocêntrica pressupõe que todas as coisas que estão na biosfera têm o mesmo direito de viver e florescer.¹⁴⁴

O biorregionalismo enfatiza a importância do local ou da região, compreendido como espaço geográfico e contexto cultural, para a ética ambiental. A ecologia social ou política, por sua vez, alega que a individualidade, a razão e a liberdade emergem da natureza, e não em oposição a ela.¹⁴⁵

Por fim, Warren argumenta que reconhecer as similaridades e diferenças entre as quatro posições (familiar, reformista, mista e radical) tem valorosas ramificações práticas. Assim, juízos sobre o capitalismo, os princípios éticos na ética ambiental, o vegetarianismo moral e a superpopulação, por exemplo, serão diferentes de acordo com cada posição. Tais diferenças surgem em virtude das diferentes estruturas conceituais de cada uma.¹⁴⁶

1.3.1.1 Crítica ecofeminista à teoria de direitos

Conforme exposto acima, Warren critica algumas propostas éticas ambientais. Segundo a autora, a partir de diferentes critérios (senciência para Singer e ser-sujeito-de-uma-vida para Regan), esses filósofos estendem a considerabilidade moral para outros seres, além dos humanos. Warren considera as duas posições bem-estabilistas, e as classifica como reformistas. Segundo ela, as posições reformistas geram uma ética ambiental limitada. Outras autoras ecofeministas também criticam Regan e Singer, por isso acredita-se que seja um ponto em comum em algumas propostas ecofeministas e que serão aqui analisadas.

Josephine Donovan explica que Singer e Regan apresentam teorias diferentes, mas na prática suas posições são similares, pois ambos se opõem à experimentação animal, à

¹⁴⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 84.

¹⁴⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 84.

¹⁴⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 87.

exploração dos animais para produzir roupas e alimentos, à agropecuária, à caça, aos rodeios e aos circos com animais.¹⁴⁷ Donovan usa a expressão “teoria dos direitos animais” para se referir à teorização acerca do tratamento humano dado aos animais, independentemente de quais sejam os fundamentos filosóficos.¹⁴⁸

Tanto Regan quanto Singer afastam de suas teorias os sentimentos e a emoção e as fundamentam em argumentos racionais, pois segundo os filósofos, não são os sentimentos que compelem os humanos ao reconhecimento do igual valor inerente dos animais e seu direito de serem tratados com respeito. Donovan ressalta que essa rejeição dos sentimentos e da emoção na ética não é exclusiva desses autores, pois eles expressam justamente a direção para a qual caminha a teoria contemporânea dos direitos animais, o racionalismo, que, segundo Donovan, paradoxalmente é a principal justificativa teórica para o abuso dos animais, baseada no objetivismo cartesiano.¹⁴⁹

Donovan expõe que embora Regan rejeite a determinação kantiana da racionalidade como base para a considerabilidade moral, ele usa esse mesmo critério para fundamentar sua teoria, pois privilegia seres com um nível mais complexo de consciência, como os mamíferos.¹⁵⁰

Embora Donovan inclua o utilitarismo de Singer, o qual ela chamou inicialmente de “teoria dos direitos animais”, ela explica que Singer se distancia da noção de direitos animais de Regan e é mais flexível na tomada de decisões. Contudo, para ela, essas propostas ainda são limitadas e por isso há necessidade de se recorrer ao “feminismo cultural”.¹⁵¹ Em suas palavras:

A perspectiva dos direitos naturais e o

¹⁴⁷ DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*. In: DONOVAN, Josephine; ADAMS, Carol. *Beyond Animal Rights: A Feminist Caring Ethic for the Treatment of Animals*. New York: continuum, 1996, p. 54.

¹⁴⁸ DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*, p. 52

¹⁴⁹ DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*, p. 35.

¹⁵⁰ DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*, p. 37-38.

¹⁵¹ DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*, p. 39-40.

utilitarismo apresentam argumentos filosóficos usuais para o tratamento ético dos animais. No entanto, também é necessário fundamentar tal ética em uma conversa emocional e espiritual com formas de vida não-humanas.¹⁵²

Filiando-se a Horkheimer, Adorno e Merchant, Donovan explica que o afastamento dos sentimentos, usualmente associado às mulheres pela divisão do trabalho a elas imposta pelos homens, bem como a caça às bruxas no início da era moderna, influenciam a visão e subjugação da natureza, associada ao feminino.¹⁵³ Dessa forma, ela defende que o feminismo cultural pode ajudar a pensar a relação dos humanos com os animais em outras bases que não sejam essas, racionais, que podem reforçar relações desiguais.

Carol Adams, por sua vez, ao refletir sobre o papel da emoção e dos sentimentos na moralidade, afirma que a teoria feminista questiona a tradição filosófica ocidental que enfatiza a lógica e desvaloriza as emoções como fonte legítima na tomada de decisões, desvalorizando também as mulheres. Apesar disso, o discurso em prol dos animais enfatiza a racionalidade como argumento em favor da senciência ou dos direitos animais.¹⁵⁴

Adams critica a teoria dos direitos animais porque essa parece não reconhecer a profundidade do dualismo cartesiano razão/emoção e seus impactos nas noções de racionalidade baseadas no gênero. Por outro lado, um ponto forte das teorias de Singer e Regan, reconhece a autora, é que parte de suas discussões envolve justamente o que acontece com os animais. Eles restabelecem o que Adams chama de referente ausente (*absent referent*), pelo reconhecimento dos animais em sua individualidade, ao contrário da tendência das feministas, que, ao repudiarem a defesa dos animais baseada em direitos, transformam os animais em referentes ausentes.¹⁵⁵

Adams afirma que as opressões inter-relacionadas não podem ser eliminadas se forem atacadas individualmente:

¹⁵² DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*, p. 52.

¹⁵³ DONOVAN, Josephine. *Animal Rights and Feminist Theory*, p. 42-43.

¹⁵⁴ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 136.

¹⁵⁵ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 137/139.

não é a psique feminina ou nossa biologia como tal que irá determinar o desenvolvimento de uma teoria alternativa, mas um discurso que evolui a partir da experiência de seres que têm sido excluídos da maior parte das posições de poder na cultura ocidental.¹⁵⁶

Assim, Adams conclui que feministas e ambientalistas não devem simplesmente desconsiderar a defesa animal baseada em teorias de direitos e interesses. É necessária uma resposta mais sofisticada, capaz de separar essa solução da análise esclarecedora que a defesa animal faz sobre as forças sociais que destroem os animais. Segundo a autora, identificar e questionar essas forças é justamente o primeiro passo de integração do feminismo, da defesa animal e do ambientalismo.¹⁵⁷

1.4 A FILOSOFIA ECOFEMINISTA E SUA RELAÇÃO COM A ECOLOGIA

Warren faz a conexão entre a teoria feminista e a ecologia¹⁵⁸ a partir de duas questões.¹⁵⁹ A primeira é a teoria da

¹⁵⁶ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 139.

¹⁵⁷ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 140.

¹⁵⁸ Warren diferencia os termos: “preocupações ‘ecológicas’ tendem a focar em inter-relações entre seres naturais não-humanos, espécies e comunidades, enquanto preocupações ‘ambientais’ tendem a focar em inter-relações entre humanos e seres e substâncias naturais não-humanos. Estabelecer a fundamentação ecológica da filosofia ecofeminista envolve demonstrar que a filosofia ecofeminista é informada e compatível com a visão científica, ecológica da natureza não-humana.” WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 147.

¹⁵⁹ Uma versão preliminar da conexão entre o ecofeminismo e a ecologia foi publicada originalmente em 1991, no artigo *Ecological Feminism and Ecosystem Ecology*, escrito por Warren e Jim Cheney. Nesse artigo, os autores demonstram as conexões entre o ecofeminismo e a teoria da hierarquia. KAREN, Warren. CHENEY, Jim. *Ecological Feminism and Ecosystem Ecology*. In: WARREN, Karen (Ed). *Ecological Feminist Philosophies*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, p. 244-262.

hierarquia, que ela entende ser a principal teoria sobre a ecologia dos ecossistemas. “A teoria das hierarquias centraliza a importância de conjuntos de observações e escala espaço temporal nos estudos dos ecossistemas.”¹⁶⁰ Tal visão contraria a visão tradicional opositora, exclusivista dos ecossistemas, dividindo-os em objetos e processos. Leva, ainda, em consideração duas questões: o que está sendo observado e o observador.

A segunda é a ética da terra, de Aldo Leopold, a qual Warren julga ser o texto mais popular da ética ambiental, dentre os ecologistas de campo. A autora propõe uma atualização da ética da terra, que torne as questões básicas ecológicas, compatíveis com a perspectiva da ecologia dos ecossistemas provida pela teoria da hierarquia. A ética da terra apresenta três características: 1) humanos são comembros da comunidade ecológica; 2) humanos devem amar e respeitar a terra; e 3) é errado destruir a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. Warren defende que qualquer posição que negue as sensibilidades expressas nessas três premissas não constitui uma ética ambiental genuína.¹⁶¹

Warren conjuga essas duas teorias e afirma que, juntas, elas fornecem a base para considerar a filosofia ecofeminista uma posição ecológica. Por outro lado, ela argumenta que a filosofia ecofeminista pode contribuir tanto para a ecologia quanto para a ética da terra. O elo entre as três perspectivas (teoria da hierarquia, ética da terra e filosofia ecofeminista) é a orientação ecológica para o mundo, sobre a qual cada um contribui à sua maneira.¹⁶²

Warren identifica seis pontos de convergência entre a teoria da hierarquia e a filosofia ecofeminista: 1) elas oferecem considerações altamente contextuais da teoria e das observações; 2) a premissa de que uma coisa (pessoa, comunidade, população, espécie, animal, rio) é a função de “onde” ela é; 3) ambas entendem o discurso ecológico como sempre contextualizado;¹⁶³ 4) epistemológica, sobre o conhecimento, conhecedor e objetos do conhecimento; 5) elas

¹⁶⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 150.

¹⁶¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 159-160.

¹⁶² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 147-148.

¹⁶³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 152-153.

são estruturas inclusivistas (*inclusivists*), integrativas, para mediar abordagens dualísticas historicamente opostas; e 6) ambas ocupam um lugar central para a diversidade (ou diferença) e similaridade.¹⁶⁴

Da mesma forma que a autora assinala as convergências entre a teoria da hierarquia e a filosofia ecofeminista, ela o faz entre ambas e a ética da terra. Ao considerar o primeiro ponto de convergência, Warren identifica três pontos em comum com a ética de Leopold: 1) o impacto duradouro dos escritos de Leopold deve-se, em parte, à sua capacidade de mostrar como a ecologia contribui para a contextualização do pensamento moral; 2) a interpretação ecológica da história é central para o desenvolvimento do conceito da Terra como uma comunidade, e a extensão da ética à terra; 3) Leopold contextualiza as questões ecológicas e éticas utilizando explicitamente escalas espaço temporais, como uma norma para avaliar o impacto humano direto na natureza não-humana.¹⁶⁵

A segunda e a terceira áreas em comum entre a teoria da hierarquia e a filosofia ecofeminista referem-se à sua insistência de que não há somente um modo correto de estudar os ecossistemas (uma postura metodológica), tampouco uma visão ontologicamente privilegiada dos ecossistemas. Transpor isso para a ética de Leopold pode ser complicado, pois sua teoria antecede em algumas décadas a formação da teoria da hierarquia. Nesse sentido, Warren afirma que há uma preocupação em considerar que Leopold assumiu uma visão ontologicamente privilegiada dos ecossistemas, ou se assumiu que indivíduos fossem redutíveis a fluxos de energia.¹⁶⁶ Warren alega que Leopold escreve tanto sobre indivíduos quanto sobre organismos (a terra, coletivamente). Portanto, a leitura mais fiel de Leopold é a que considera ambos, indivíduos e fluxos de energia, reais. Assim, Warren rejeita a crítica que usualmente é feita a Leopold de que o holismo da ética da terra não considere moralmente os indivíduos, argumento usualmente apresentado por Baird Callicott, por exemplo.¹⁶⁷

O quarto ponto em comum entre a teoria da hierarquia e

¹⁶⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 156-157.

¹⁶⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 160-161.

¹⁶⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 161.

¹⁶⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 161-162/164.

a filosofia ecofeminista é epistemológico. “Não há conhecimento independente de contexto”, afirma Warren. Essa posição epistemológica ressalta a importância das relações particulares, dependentes do contexto entre nós e os objetos com os quais nos preocupamos. Segundo Warren, essa visão também é encontrada em Leopold.¹⁶⁸

A quinta área em comum se refere às estruturas inclusivistas e integrativas para mediar abordagens dualistas, historicamente opostas, sobre as relações entre natureza e humanos. Leopold, assim como a teoria da hierarquia e a filosofia ecofeminista, reconhece tais dualismos, mas, diferentemente das ecofeministas, o autor defende um dos membros envolvidos no dualismo. No entanto, Warren afirma que essa não é uma razão suficiente para separar o ecofeminismo da ética da terra, pois a ética da terra foi a primeira proposta ética ocidental a incluir e considerar sistematicamente os não-humanos, sendo, portanto, uma ética inclusivista.¹⁶⁹

O último ponto de convergência, a centralização da diversidade e similaridade em contextos ecológicos e humanos, está também presente na proposta de Leopold: 1) o autor vincula diversidade cultural e biodiversidade; 2) formas embrionárias de justiça social e questões de gênero podem ser encontradas em seus escritos; e, 3) ele se preocupa com questões relacionadas à ecologia urbana e com a preservação do valor de conhecimento daqueles que trabalham com a terra e a conhecem.¹⁷⁰

Sobre a ética da terra, Warren conclui que ela não é uma proposta suficientemente sensível às questões de gênero e de justiça ambiental. Por conseguinte, ela não defende uma ética feminista baseada na ética leopoldiana. Ela argumenta que existem pontos de convergência entre as tais teorias, mas é a filosofia ecofeminista que pode fornecer boas contribuições à teoria de Leopold, não o contrário.¹⁷¹

1.5 CARACTERÍSTICAS DA ÉTICA ECOFEMINISTA

Conforme exposto anteriormente, as éticas familiares não

¹⁶⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 164.

¹⁶⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 165-166.

¹⁷⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 166-167.

¹⁷¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 168/170.

geram éticas ambientais e, portanto, não entram na consideração da autora. Entretanto, mesmo as demais posições podem ser rejeitadas pelas ecofeministas, em virtude de quatro características comuns, presentes nos discursos de defesa da natureza: 1) absolutismo ético; 2) monismo ético; 3) objetivismo moral; e 4) essencialismo conceitual.¹⁷²

A versão da filosofia ecofeminista defendida por Warren rejeita essas características. A autora desafia tanto o absolutismo quanto o relativismo ético. Ela afirma que essa dicotomia é falsa e defende um contextualismo ético, segundo o qual pode existir princípios absolutos, mas, se eles existem, são relativamente poucos e não aqueles dados pela ética tradicional ocidental. Embora defenda a universalização de princípios morais, ela argumenta que eles residem na particularidade, ou seja, na expressão dada aos valores morais significativos, tais quais direitos, deveres, utilidade, cuidado, amizade, cujos significados e aplicações são fundamentados nas particularidades e contingências da vida real das pessoas, em circunstâncias reais históricas e materiais. Nas tradições filosóficas ocidentais, o absolutismo ético pode parecer ter uma postura de gênero neutra quando, de fato, possui um viés de gênero masculino.¹⁷³

Do mesmo modo, o monismo ético é rejeitado, a favor do pluralismo ético. “O monismo ético é a posição na qual existe somente um princípio supremo da moralidade”,¹⁷⁴ em oposição ao pluralismo ético. “Na tradição ocidental, o monismo ético presume um sistema hierarquicamente ordenado de princípios, regras e direitos, com uma regra ou direito básico no topo da hierarquia”.¹⁷⁵ Segundo a autora, o pluralismo ético não implica necessariamente a rejeição de princípios éticos ou o relativismo ético, mas sim a rejeição da visão tradicional ocidental da natureza e do papel dos princípios na tomada de decisão ética.¹⁷⁶

A questão da objetividade do ponto de vista moral, que deve ser desinteressado, imparcial e racional, também é questionada pela autora. Ela argumenta que sua teoria é

¹⁷² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 88.

¹⁷³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 88-89.

¹⁷⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 89.

¹⁷⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 89.

¹⁷⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 89.

formada a partir de uma estrutura conceitual particular e com certos valores, crenças e atitudes que a impedem de ser neutra ou imparcial. Essa rejeição leva também a questionar o individualismo abstrato, caracterizado por indivíduos solitários, separados, isolados, atomísticos. Warren afirma que em sua teoria, os humanos são incorporados socialmente, são seres relacionais, não abstratos.¹⁷⁷

A autora endossa, ainda, o essencialismo estratégico, em detrimento do essencialismo conceitual, para o qual conceitos como agente moral e teoria ética são definíveis por um conjunto de condições a-históricas, necessárias e suficientes. O essencialismo estratégico é a visão de que muitas vezes é prático (ou estratégico) falar sobre pessoas morais, teorias morais, inclusive mulheres e natureza.

Assim, Warren expõe que sua filosofia ecofeminista é incompatível com qualquer proposta que endosse qualquer dessas posições que ela rejeita. Por esse motivo, a autora não considera sua proposta “radical”, conforme visto anteriormente, pois algumas teorias radicais endossam alguns desses pontos.¹⁷⁸

Depois de elucidadas essas questões, Warren afirma que sua versão da filosofia ecofeminista gera uma *ética ambiental transformativa*, que genuinamente vai além das posições atuais (reformista, radical e mista), sem herdar suas fraquezas. “A filosofia ecofeminista acrescenta uma perspectiva explicitamente feminista à ética ambiental, ausente nas outras abordagens.”¹⁷⁹ A autora expõe três motivos pelos quais o rótulo “feminista” está presente em sua proposta:

- 1) existe a questão acadêmica do que precisamente representa a realidade histórica e empírica das conexões entre a dominação das mulheres e da natureza, que ocorre pela linguagem (feminilização da natureza e animalização de humanos);
- 2) a dominação das mulheres e da natureza é justificada por uma estrutura conceitual opressora e machista, caracterizada pela lógica da dominação; e
- 3) tendo em vista que o feminismo é um movimento para abolir todos os sistemas de dominação injustificados, o

¹⁷⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 90.

¹⁷⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 91.

¹⁷⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 91.

uso do prefixo feminista auxilia a elucidar os meios nos quais o fim da dominação e exploração da natureza está ligado com o fim da dominação e exploração das mulheres, pessoas de cor (*people of color*), dos pobres, e outros grupos de humanos subordinados.¹⁸⁰

Para Warren, um dos objetivos do feminismo é a erradicação de todas as formas de opressão de sexo-gênero e a criação de um mundo no qual a diferença não implique em dominação.¹⁸¹ Dessa forma, ao apresentar esses três motivos, Warren reforça o viés crítico da teoria feminista e a necessidade de seu comprometimento com a abolição de todas as formas de discriminação, seja contra humanos ou não-humanos, conforme defende, especialmente, em seus argumentos “C” e “D”, expostos anteriormente.

1.5.1 *Quilting*

Segundo a forma pela qual Warren concebe a filosofia ecofeminista, ela rejeita as concepções de teoria que tenham condições necessárias e suficientes. Ela explica que “[n]o uso filosófico, condições ‘necessárias e suficientes’ são condições ‘se e somente se’”. Para dizer que algo, *y*, é condição necessária para qualquer outra coisa, *x*, é dizer que não se pode ter (conseguir, obter, conseguir) *x* sem *y*.¹⁸²

Esse tipo de teoria pressupõe que tais condições possam ou precisem ser especificadas para que uma visão particular conte como uma teoria. Na concepção de teoria proposta por Warren, ela concede que existe algumas condições necessárias para a teoria feminista, caso contrário não haveria como chamá-la de teoria. Todavia, não é possível especificar quais são as condições suficientes para uma conduta humana moralmente aceitável; para isso, seria necessário conhecer os contextos histórico, material e social de cada uma das condições.¹⁸³

Desse modo, ao desenvolver sua teoria, Warren utiliza a

¹⁸⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 92.

¹⁸¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 93.

¹⁸² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 65.

¹⁸³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 66.

metáfora do *quilt*.¹⁸⁴ Teorias são como *quilts* e as condições necessárias para a teoria são como os limites do *quilt*. Eles delimitam as fronteiras da teoria sem ditar antecipadamente o interior, o *design* do *quilt*, que surge a partir da diversidade de perspectiva dos que contribuem com ele. “Teoria não é algo estático, pré-ordenado, ou esculpido em pedra; é sempre *teoria em processo*”,¹⁸⁵ passível de receber apliques e ser redesenhada.

Um *quilt* ecofeminista filosófico é formado por diferentes remendos (*patches*), por pessoas (*quilters*) de diferentes contextos (social, histórico, material).¹⁸⁶ Assim, Warren aponta três características pelas quais julga a metáfora apropriada para sua teoria: 1) *quilts* são altamente contextuais e refletem contextos históricos, sociais, econômicos e políticos;¹⁸⁷ 2) auxiliam a visualizar o papel das generalizações na teoria de um modo em que a teoria tradicional (com um conjunto de condições necessárias e suficientes) não o faz;¹⁸⁸ e 3) sua confecção é uma atividade historicamente identificada com as mulheres.

A autora afirma que os *quilts* são uma forma de discurso, pois eles contam histórias, registram a vida das pessoas, fornecem retratos daquelas que o fazem. Além disso, são práticos, pois fornecem calor, são parte da produção doméstica e proveem recursos para quem os faz, são recordações históricas, estéticas e declarações políticas. “A filosofia ecofeminista cresce a partir dessas formas de discurso e as reflete.”¹⁸⁹

A metáfora do *quilt* e as características que Warren atribui a ela são importantes para compreender sua proposta teórica, especialmente a concepção de teoria em processo, que será vista adiante, bem como a importância dos contextos, seja social, histórico ou material, por exemplo. Passe-se então, no

¹⁸⁴ *Quilt* é o trabalho manual, geralmente feito por mulheres, por meio do qual se unem diferentes retalhos de tecidos, formando uma única peça. O *quilt* também pode ser a aplicação de um tecido sobre a estampa ou parte da estampa de outro, dando-lhe uma nova textura e tornando-o tridimensional.

¹⁸⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 66.

¹⁸⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 67.

¹⁸⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 67.

¹⁸⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 68.

¹⁸⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 68.

capítulo seguinte, a expor a proposta de Warren.

CAPÍTULO 2

2 FILOSOFIA ECOFEMINISTA WARRERIANA: A ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO

Warren elabora sua ética ecofeminista como uma ética sensível ao cuidado que, segundo ela, é uma ética universal. O propósito de uma ética feminista envolve dois aspectos principais: uma crítica ao viés machista das éticas tradicionais, e o desenvolvimento de uma ética que não tenha esse viés. A análise crítica pela lente de gênero também caracteriza a crítica feminista.¹⁹⁰

Warren explica que a exclusão virtual das mulheres da esfera intelectual gerou um viés de gênero masculino que deve ser eliminado. Entretanto, duas formas pelas quais essa eliminação pode ocorrer são defendidas: por meio de reforma, ou de revolução. Aceitando-se que uma reforma é suficiente, não seria necessário formular novas teorias, somente reaplicar as antigas de modo a excluir o viés de gênero. A perspectiva da revolução, d'outro vértice, pressupõe que o viés de gênero é estrutural e somente a construção de novas teorias pode dar conta das mudanças necessárias.¹⁹¹

As propostas éticas feministas podem basear-se na perspectiva da reforma, da revolução, ou em ambas, dependendo de sua posição em relação à ética ambiental. A versão defendida por Warren, afirma ela, é uma posição mista entre reforma e revolução.¹⁹²

A teoria de Warren é baseada em oito características-chave para a ética ecofeminista, a saber:

- 1) a teoria ética é concebida como uma teoria em processo, que muda com o passar do tempo e se baseia em generalizações, como toda teoria. “A coerência de uma teoria feminista é dada nos contextos histórico e conceitual e em um conjunto de crenças, valores, atitudes e suposições sobre o mundo”,¹⁹³

¹⁹⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 97.

¹⁹¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 97-98.

¹⁹² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 98.

¹⁹³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 99.

- 2) nada que promova o sexismo, o racismo, ou qualquer outra forma de dominação, integra a ética ecofeminista;¹⁹⁴
- 3) é uma ética contextualizada, de acordo com diferentes “vozes” e circunstâncias históricas, que passa de um foco monista (regras e direitos absolutos) para um foco pluralista;¹⁹⁵
- 4) é uma ética inclusivista (*inclusivist*), que reflete e cresce em função da diversidade de perspectivas das mulheres e de outros Outros, que pressupõe e mantém a diferença, mas também reconhece semelhanças;¹⁹⁶
- 5) não tenta fornecer um ponto de vista objetivo, uma vez que pressupõe que na cultura contemporânea não existe tal ponto de vista;
- 6) fornece um lugar central para os valores tipicamente despercebidos, minimizados ou deturpados pela ética tradicional, tais quais cuidado e amizade, sem necessariamente afastar regras e direitos;¹⁹⁷
- 7) envolve a re-concepção do que é ser humano e o que significa participar nas tomadas de decisão éticas, pelo que rejeita o “individualismo abstrato”,¹⁹⁸ e
- 8) reconcebe (*reconceives*) o conceito tradicional de razão, entendida como “faculdades mentais que permitem acolher princípios abstratos e objetivos, escolher entre cursos de ação concorrentes, desenvolver um plano de vida ou escolher os melhores meios para um fim desejado.”¹⁹⁹ Warren propõe que, ao invés de se utilizar a razão, seja utilizada a categoria inteligência, dividida em dois aspectos: racional e emocional, que serão vistos adiante.²⁰⁰

Após apresentar as características da ética ecofeminista,

¹⁹⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 99.

¹⁹⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 99.

¹⁹⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 99.

¹⁹⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 100.

¹⁹⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 100-101.

¹⁹⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 101.

²⁰⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 101.

Warren ressalta que no contexto atual, estruturado por diferentes “ismos” de dominação, não é possível manter plenamente uma ética ecofeminista. Enquanto houver estruturas machistas, não será possível viver plenamente de maneira ecológica. Dessa forma, a autora observa, ainda, que os sistemas de dominação limitam a liberdade dos “Outros”, mesmo que eles não tenham consciência disso e, portanto, Warren retoma sua metáfora do *quilt* para mostrar a necessidade de refletir sobre as estruturas e instituições, bem como compreender a construção da teoria em processo.²⁰¹ Assim, antes de entrar na proposta da ética sensível ao cuidado, de Warren, será apresentado o trabalho de Carol Gilligan, que exerce forte influência no desenvolvimento da ética do cuidado.

2.1 A ÉTICA DO CUIDADO E A INFLUÊNCIA DE CAROL GILLIGAN

A ética do cuidado é uma proposta pensada como alternativa a outras formas de se pensar a ética. Teorias éticas podem ter diferentes bases, como as consequências, as obrigações, a virtude, a comunidade etc. O cuidado é a base de uma dessas teorias, chamada ética do cuidado.

Na concepção de Beauchamp e Childress, “*cuidar* significa gostar de, ter um compromisso emocional com e ter a disposição para agir em benefício das pessoas com as quais se tem um relacionamento significativo”.²⁰² Dentre os valores que permeiam essa ética, encontram-se o cuidado, a responsabilidade, a confiança, a fidelidade e a sensibilidade, em detrimento de regras universais e cálculos imparciais utilitaristas, por exemplo. Assim, ao invés de enfrentar problemas com o conflito entre princípios e direitos, a ética do cuidado tem conflitos entre responsabilidades.²⁰³

Por sua vez, ao fazer uma análise conceitual do cuidado, Darlei Dall’Agnol explica que cuidar pode ser “uma forma de valorar intrinsecamente aquele que é, por assim dizer, ‘objeto do

²⁰¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 102.

²⁰² BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Princípios da ética biomédica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 106.

²⁰³ BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Princípios da ética biomédica*, p. 106.

cuidado'.²⁰⁴ Dessa forma, o cuidado é entendido como uma atitude, cujo resultado beneficia aquele que é cuidado, por ele mesmo. Segundo o autor, é essa condição que faz do cuidado um fenômeno tipicamente altruístico, pois se faz o bem ao outro, por ele mesmo. Dall'Agnol define o cuidado, no sentido moral, como “uma atitude motivada pela simpatia de incremento do bem-estar do outro por ele mesmo”.²⁰⁵

Um dos estudos marcantes, que propiciam o surgimento da ética do cuidado, é o da psicóloga Carol Gilligan, retratado em seu livro *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, publicado em 1982. Com sua pesquisa, Gilligan demonstra que existem duas vozes diferentes quando se trata da moralidade, a dos homens e a das mulheres. Ambos tendem a reagir de formas distintas quando enfrentam conflitos morais e buscam dirimi-los com argumentação igualmente distinta. Warren não cita diretamente o trabalho de Gilligan, mas ele merece ser analisado pela influência e crítica que exerce sobre a análise do desenvolvimento moral masculino e feminino.

Segundo Gilligan, a psicologia aponta um problema no desenvolvimento das mulheres. Mas, na verdade, esse é um problema de representação, ou seja, a psicologia falha ao ignorar a voz diferente das mulheres.²⁰⁶ Assim, nas pesquisas sobre o desenvolvimento moral, a tendência é ver o comportamento masculino como norma, e o feminino como desvio da norma, fazendo com que o comportamento das mulheres seja visto como algo problemático.²⁰⁷

Gilligan afirma que o desenvolvimento das mulheres oferece uma concepção alternativa de maturidade, mas não em grau menor do que o desenvolvimento masculino.

O enganoso mistério do desenvolvimento da

²⁰⁴ DALL A'GNOL, Darlei. Uma análise conceitual do 'cuidado' e suas implicações éticas. *Ethic@*. v. 9, n. 3, set. 2010, p. 30.

²⁰⁵ DALL A'GNOL, Darlei. Uma análise conceitual do 'cuidado' e suas implicações éticas, p. 33.

²⁰⁶ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*. Tradução Natércia Rocha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 10.

²⁰⁷ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 29.

mulher reside no reconhecimento da persistente importância do afecto (sic) no ciclo da vida humana. O papel da mulher no ciclo de vida masculino é proteger este reconhecimento enquanto a litania do desenvolvimento canta a celebração da separação, da autonomia, da individualização e dos direitos naturais.²⁰⁸

Assim, a partir de diferentes estudos com crianças, Gilligan observa que tanto meninos quanto meninas, diante de um problema, reconhecem a necessidade de chegar a um acordo, mas os termos dele diferenciam. Os meninos apelam para um processo impessoal, lógico e legal, enquanto as meninas prezam pela pessoalidade e pela comunicação nas relações.²⁰⁹ Dessa forma, Gilligan critica Kohlberg que, em sua pesquisa, elabora as perguntas de sua entrevista e, esperando determinadas respostas para elas, não é capaz de reconhecer a moralidade que conduz a outras respostas.²¹⁰

O imperativo moral que aparece repetidamente nas entrevistas com mulheres é uma ordem para *cuidar dos outros*, uma responsabilidade de discernir e aliviar “os problemas reais e reconhecíveis” deste mundo. Para os homens, o imperativo moral aparece mais como uma ordem para *respeitar os direitos* dos outros e assim proteger de interferências os direitos à vida e à realização pessoal. A insistência das mulheres na preocupação com os outros é, a princípio, mais autocrítica do que autoprotectora (sic), enquanto que os homens primeiramente concebem as obrigações para com os outros de uma forma

²⁰⁸ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 42-43.

²⁰⁹ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 53.

²¹⁰ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 56.

negativa, em termos de não interferência.²¹¹
(grifo nosso)

Gilligan, afinal, defende que o desenvolvimento moral de homens e mulheres pode integrar direitos e responsabilidades, em virtude da descoberta da complementaridade de ambos.²¹² A moralidade baseada nos direitos prioriza a igualdade e a justiça, enquanto a ética da responsabilidade centra-se na equidade e no reconhecimento de diferenças nas necessidades. Dessa forma, a maturidade ocorre quando a complementaridade entre as duas moralidades é alcançada.²¹³

Beauchamp e Childress explicam a concepção da psicóloga:

Gilligan, portanto, identificou dois tipos de relacionamentos e dois tipos de pensamento moral: uma ética do cuidar em contraste com uma ética de direitos e da justiça. Ela não sustenta que esses dois tipos de pensamento estão estritamente vinculados ao gênero, ou que todas as mulheres ou todos os homens falam na mesma voz moral. Mais exatamente, ela acredita que os homens *tendem* a adotar uma ética dos direitos, usando uma terminologia aproximada da terminologia legal e princípios imparciais, acompanhados da avaliação e da solução de conflitos também imparciais, enquanto as mulheres *tendem* a afirmar uma ética do cuidar centrada na responsabilidade e numa rede interligada de necessidades, cuidados e de prevenção de dano. Cuidar de outros é a noção essencial, e ela é moldada nos relacionamentos tais como existentes

²¹¹ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 158-159.

²¹² GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 159.

²¹³ GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*, p. 255.

entre pais e filhos.²¹⁴ (grifo dos autores)

Nesse mesmo sentido, Tânia Kuhnen pondera que Gilligan não propõe substituir a moralidade tipicamente masculina pela feminina, mas afirma que a maturidade no desenvolvimento moral de homens e mulheres é completa quando ambos compreendem a existência dessas diferenças e conseguem conciliá-las.²¹⁵ Ademais, quando apenas uma das vozes é prelevada, “leva-se adiante a estrutura conceitual da lógica da dominação, baseada em relações de poder que objetivam subjugar um sexo ao outro.”²¹⁶

2.2 ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO

Warren afirma que na ética feminista há um conflituoso debate entre justiça e cuidado. A perspectiva da justiça avalia condutas morais em termos de direitos e deveres, e regras ou princípios morais. Da perspectiva da justiça, o agente moral é visto como racional, imparcial, desinteressado; ao passo que a moralidade é vista como uma questão de direitos, regras ou princípios relevantes; e a resolução de conflitos morais é julgada pelo direito, regra ou princípio mais básico. Por outro lado, a perspectiva do cuidado avalia a conduta moral em termos de valores, como cuidado, amizade, confiança, os quais não são redutíveis à consideração de direitos ou regras.²¹⁷

Feministas que propõem a perspectiva do cuidado apresentam seis críticas à perspectiva da justiça, conforme esquematizadas por Warren:

(1) é baseada em uma concepção errada do “eu” como indivíduo atomístico, ao invés de seres em relacionamentos; (2) preserva um conceito equivocado ou limitado da moralidade como fundamentalmente uma

²¹⁴ BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Princípios da ética biomédica*, p. 107.

²¹⁵ KUHNEN, Tânia A. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios. *Ethic@*. v. 9, n. 3, set. 2010, p. 159.

²¹⁶ KUHNEN, Tânia A. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios, p. 160.

²¹⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 106.

questão de direitos, regras e princípios absolutos e universais; (3) supõe que a resolução de conflitos morais é sempre relativa ao julgamento e competição de interesses, direitos ou regras de agentes morais independentes em um modo hierárquico, adversarial, ganhador-perdedor; (4) falha ao avaliar em que medida outros valores, particularmente valores de cuidado, entram na real tomada de decisão de mulheres (e outros) reais confrontados com situações morais genuinamente ambíguas; (5) deturpa a moralidade como não-ambígua, simplificada e abstrata, quando, para a maioria de nós, é ambígua, complexa e concreta; (6) sua metodologia tende a reproduzir o status quo, consolidando o poder existente e as relações de autoridade, através da ocultação metodológica dessas relações.²¹⁸

Sobre a sexta crítica, Warren se filia a Kathryn Pyne Addelson para afirmar que a tradição da justiça não trata adequadamente um dos seus vieses. A justiça pressupõe que o ponto de vista de quem está no topo da hierarquia funciona como um ponto de vista invisível, despercebido e privilegiado, de forma que os problemas morais são definidos a partir desse ponto de vista superior. “A tradição da justiça não capta adequadamente o ponto de vista daqueles que estão na base de várias hierarquias *Up-Down*.”²¹⁹

A partir das críticas que Warren faz à ética baseada na justiça (na qual se baseiam as éticas ambientais tradicionais), a fim de demonstrar seus limites, ela propõe a ética sensível ao cuidado, que também não é uma ética do cuidado, em sua acepção mais tradicional.

Warren esclarece que a literatura sobre a ética do cuidado é extensa e, embora a proposta dela concorde com as críticas acima, sobre a perspectiva da justiça, a ética sensível ao cuidado não é uma “ética do cuidado”.

Ao contrário da ética do cuidado, que localiza a

²¹⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 106-107.

²¹⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 107.

significância moral em uma ética separada (a do cuidado), Warren situa a significância moral do cuidado em três características da chamada ética sensível ao cuidado: 1) capacidade para o cuidado; 2) universalismo situado; e 3) práticas do cuidado.²²⁰

Warren relata os estudos do psicólogo Daniel Goleman sobre a inteligência emocional e afirma que, se as pesquisas dele e de outros pesquisadores são plausíveis, então a razão sem a emoção (inteligência racional sem inteligência emocional) é inadequada para a ética, para a tomada de decisões e a ética prática. Portanto, a inteligência emocional é necessária, na qual a capacidade para cuidar é uma das habilidades básicas. Cuidar do outro, expressa uma capacidade cognitiva, uma atitude em direção àquele que está sendo cuidado, que merece tratamento respeitoso e independe de ter sentimentos positivos em direção a ele. Além do mais, a capacidade para cuidar de si e do outro não é uma simples deliberação ética, mas um elemento da inteligência emocional.²²¹ Warren utiliza o seguinte argumento para defender tal raciocínio:

(1) A capacidade para o cuidado de si e dos outros (quando o sistema límbico está intacto) é fisicamente possível, causalmente necessária, e, na prática, desejável para a motivação moral e o raciocínio. Mas, (2) se ter uma determinada capacidade é fisicamente possível, causalmente necessária, e na prática desejável para a motivação moral e o raciocínio, então essa capacidade deve ser incluída como parte adequada em qualquer ética. Assim, (3) a capacidade de cuidar deve ser incluída como parte de qualquer ética adequada.²²²

Para Warren, as implicações das pesquisas sobre inteligência emocional são significativas para a ética, por cinco razões. Em primeiro lugar, por demonstrar que a separação entre razão e emoção, a razão em *status* superior à emoção, e os

²²⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 108.

²²¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 110.

²²² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 110.

predicados da ética, o conhecimento ético e a ação ética livres de emoção, estão equivocados. A pesquisa de Goleman demonstra que é necessário um equilíbrio entre razão e emoção, para o efetivo raciocínio moral.²²³

Em segundo lugar, Goleman constata que a habilidade para a empatia pelo cuidado faz parte da inteligência emocional, o que passa a sustentar cientificamente a reivindicação das eticistas que enfatizam a importância das emoções, especialmente do cuidado, na ética.²²⁴

Em terceiro, a pesquisa do psicólogo corrobora a reivindicação das eticistas do cuidado em basear a ética na psicologia humana, como o faz Rita Manning, segundo Warren. “Emoções importam para a racionalidade. O que nós psicologicamente podemos fazer e o que moralmente devemos fazer na vida são ambos dados pelo inter-funcionamento da inteligência emocional e racional”.²²⁵

Em quarto lugar, a pesquisa de Goleman sugere que uma resposta única à questão: “por que cuidar?”, é uma demanda equívoca por um princípio básico para fundamentar o cuidado, da mesma forma como ocorre com a questão “por que ser moral?”. Nenhuma resposta a essas duas questões será plausível para quem não quiser aceitar razões morais, ou para o cuidado, como razões *bona fide*.²²⁶

Contudo, Warren argumenta que a questão “por que cuidar?” não deve ser tratada da mesma maneira como a questão da moralidade. Para a autora, a resposta plausível seria:

Deve-se cuidar porque não se pode

²²³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 111.

²²⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 111.

²²⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 111. Sobre essa questão, Warren afirma que poderia ser arguida a controvérsia *is-ought* (is-ought controversy), ou seja, se é possível derivar a premissa de que alguém deve cuidar, a partir da premissa empírica que alguém pode, de fato, cuidar. Ela acredita que a resposta seja negativa, pois a defesa da ética sensível ao cuidado, tampouco da condição da habilidade para o cuidado, é a defesa de um princípio moral absoluto, supremo de cuidado. De outro lado, a partir da premissa fática “um é capaz de cuidar”, não é possível derivar o princípio ético “deve cuidar”.
WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 111-112.

²²⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 112.

raciocinar moralmente, estar motivado para agir moralmente, escolher agir moralmente, ou valorar certas práticas como morais e outras como imorais ou amorais – *a menos que se tenha inteligência emocional* – ou, como eu tenho expressado isso, *a menos que se tenha cuidado*.²²⁷ (grifo da autora)

Desse modo, a habilidade para e a necessidade de cuidado são parte do que significa ser um agente moral, a partir de uma fundamentação que não seja um valor fundamental, como a utilidade, o dever, os direitos ou a virtude.²²⁸

Em último lugar, a pesquisa de Goleman corrobora a afirmação de muitas feministas de que há um viés de gênero nas práticas do cuidado, em virtude de, historicamente, o cuidado ser associado às mulheres.²²⁹

Quanto ao universalismo situado, a segunda característica da ética sensível ao cuidado, Warren desenvolve a ideia de que existem princípios éticos universais, mas que essa universalidade não consiste em eles serem princípios abstratos, transcendentais e essencialistas, guiados somente pela razão. O princípio orientador do universalismo situado é: “a universalidade reside na particularidade.”²³⁰

Cada situação e teoria trazem consigo um mundo social, e o mesmo pode ser dito sobre o cuidado. Desse modo, mesmo que existam princípios éticos abstratos, a-históricos e racionais, firmar a ética sobre eles incorreria na perda do que a ética é e deveria ser. Warren defende que a ética é e deve ser sobre o que seres humanos imperfeitos vivendo em contextos históricos e socioeconômicos podem e devem fazer, de acordo com tais contextos. A autora elucida que o fato de rejeitar princípios universais, no sentido tradicional, não implica na rejeição dos princípios da justiça, do dever, da utilidade ou dos direitos. O que ela rejeita é o monismo ético.²³¹

Passando à terceira característica, as práticas do cuidado, Warren explica como se determina qual(is) princípio(s)

²²⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 112.

²²⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 112.

²²⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 113.

²³⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 113.

²³¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 114-115.

escolher. Ela propõe que sejam escolhidos aqueles que, quando aplicados, refletem, criam ou mantêm as práticas do cuidado, assim definidas:

Práticas do cuidado são práticas que mantêm, promovem ou elevam a saúde (bem-estar, *flourishing* de partes relevantes, ou pelo menos não causam mal desnecessário para a saúde (bem-estar, *flourishing*) de partes relevantes. A condição das práticas do cuidado funciona como um princípio universal situado para ser escolhido dentre os princípios éticos [...] e para ajudar a resolver conflitos morais.²³²

Da mesma forma como o universalismo situado pressupõe uma relação próxima entre o particular e o geral, a condição das práticas do cuidado (como um princípio universal situado), também presume uma conexão entre o particular e o geral.²³³

Warren argumenta que a ética sensível ao cuidado prima pelos valores tradicionais, como a utilidade, o auto-interesse, o dever e os direitos, como características de situações éticas moralmente notáveis (ainda que não primordiais). Desse modo, os princípios são moralmente apropriados e estão disponíveis para serem aplicados em determinadas situações. Qual princípio é adequado para cada contexto depende do atendimento da condição das práticas de cuidado.²³⁴

Warren argumenta que o uso das práticas do cuidado pode auxiliar na escolha dos princípios mais adequados para cada situação, no contexto atual pré-feminista. Ademais, apresenta seis vantagens do uso das condições de práticas do cuidado, para resolver conflitos morais:

- 1) alguns conflitos morais podem não corresponder a padrões gerais, como agir de forma justa, por exemplo. Agir com base no cuidado, afirma Warren, pode não corresponder necessariamente a padrões de justiça. Warren cita o exemplo de uma pessoa que salva seu

²³² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 115.

²³³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 115.

²³⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 108-109.

próprio filho ou filha de um afogamento, quando outra criança também está se afogando, mas não pode salvar ambas. Essa decisão, tomada a partir de um cuidado preferencial, pode conflitar com a perspectiva da justiça, da equidade, da imparcialidade ou da igualdade de direito à vida, mas ainda assim pode ser a decisão certa a ser tomada;²³⁵

- 2) alguns conflitos podem ser resolvidos por meio de princípios tradicionais reformulados como universais situados, como princípios de direitos ou utilidade, por exemplo. Diferente de uma ética que vê tais princípios como universais, as práticas do cuidado os elegem como princípios válidos, mas que podem ser aplicados ou não a cada caso. As estratégias de resolução de conflitos baseadas no compromisso, na negociação ou no consenso, nesses casos, devem ser utilizadas. São as condições das práticas de cuidado que possibilitam decidir qual estratégia deve ser utilizada em cada caso. Nesse sentido, a melhor estratégia é a que mantém, promove e aumenta a saúde (bem-estar, *flourishing*) de partes relevantes ou, ao menos, não causa dano desnecessário a elas;²³⁶
- 3) alguns conflitos são resultado de estruturas simbólicas e institucionais. Um princípio monista pode falhar em um determinado caso justamente porque ele é mal-adaptado aos conflitos morais que resultam de instituições e estruturas deficientes. Warren cita o exemplo de uma estrutura ética de tomada de decisão que dicotomiza razão e emoção, e cuidado e justiça, por exemplo, nos quais os próprios conflitos são definidos em termos opostos e, portanto, necessariamente conflitam. É o caso da disputa ética sobre florestas, que são normalmente retratadas como uma questão exclusivista (*either-or*) entre madeireiros e defensores da floresta (*tree huggers*). Essas representações reduzem uma questão complexa a um dualismo exclusivista, oposicional. As condições das práticas do cuidado, nesses casos, auxiliam a compreender e a resolver esses conflitos, além de

²³⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 116-117.

²³⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 117.

desafiar os próprios modelos que constroem os conflitos de forma dualista, nos quais as próprias características simbólicas e estruturais precisam ser questionadas;²³⁷

- 4) alguns conflitos são sensíveis ao gênero. Assim, pelo fato de as práticas do cuidado serem historicamente associadas com o feminino, elas têm o potencial de reconhecer esses contextos nos quais atividades relacionadas às mulheres têm valor, sem, no entanto, reforçar estereótipos de gênero;²³⁸
- 5) nem todos os conflitos podem ser resolvidos racionalmente sem que haja perda de valor, de modo que a condição de práticas do cuidado permite que se observem mais questões relevantes para a compreensão e resolução de um conflito moral. Por exemplo, Warren cita o caso de mulheres “pró-escolha” que às vezes se afligem com o fato de terem realizado um aborto, mesmo acreditando ter tomado uma decisão correta baseada em justificativas defensáveis racionalmente. Ou seja, para essas mulheres, algo valioso também é perdido, sendo a inteligência emocional importante para compreender a importância desses valores. Nesse sentido, as condições das práticas de cuidado auxiliam nessa compreensão, de forma que a inteligência racional e a razão tradicional sozinhas não são capazes;²³⁹
- 6) a moralidade não deve ser resumida à resolução de conflitos, razão pela qual as práticas do cuidado podem auxiliar na prevenção de conflitos por incluir a observação das realidades local e histórica das situações morais.²⁴⁰

Após explicar o que é a ética sensível ao cuidado, é possível compreender a metáfora do *quilt* que Warren emprega, especialmente quando aborda as práticas do cuidado, que permitem a escolha do(s) princípio(s) adequado(s) para cada situação e, novamente, a importância da análise contextual.

²³⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 117.

²³⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 118.

²³⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 118.

²⁴⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 118.

2.3 VEGETARIANISMO MORAL

O vegetarianismo moral, para Warren, é a posição segundo a qual um indivíduo tem uma dieta vegetariana em virtude da moral, ao invés de razões econômicas, de saúde ou ambientais, ou seja, é a atitude moralmente correta que se tem com relação aos animais. A base para o vegetarianismo moral advém do reconhecimento humano da considerabilidade moral de não-humanos; por isso, Warren o diferencia do vegetarianismo fundado em outras razões. Todavia, mesmo o vegetarianismo moral pode ter diferentes abordagens, de acordo com cada ética animal e/ou ambiental. Segundo a autora, não há consenso entre as autoras ecofeministas se o vegetarianismo é condição necessária, ou não, para a filosofia e prática feministas.²⁴¹

Warren afirma que bem-estaristas (como Singer e Regan, cujas teorias foram explicadas anteriormente) defendem o vegetarianismo moral universal. Dessa forma, ecofeministas adeptas de tais teorias, tais quais Carol Adams e Josephine Donovan, partilham da mesma posição, mas com a perspectiva de gênero incluída. Entretanto, Warren critica que nos argumentos dessas ecofeministas não há clareza sobre o motivo pelo qual há conexão entre a teoria dos direitos animais e a prática vegetariana feminista.²⁴²

Assim, Warren argumenta que a teoria de Carol Adams, por exemplo, baseia-se em uma conexão prática e estratégica, não conceitual. Enquanto a conexão prática é uma estratégia política de coalizão entre movimento de defesa das mulheres e dos animais, uma conexão conceitual situa o vegetarianismo moral no campo da tradição filosófica dos direitos e obrigações.²⁴³

Warren tece cinco objeções aos argumentos a favor do vegetarianismo moral universal. Em primeiro lugar, ela critica a extensão moral, característica do que ela chama bem-estarismo animal. Segundo ela, a mera expansão da consideração moral implica em problemas como dualismos de valor (cultura e natureza, por exemplo), manutenção da hierarquia com humanos

²⁴¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 125.

²⁴² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 125-126.

²⁴³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 126.

no ápice etc.

A segunda objeção é o que ela chama de objeção dos *selves* relacionais (*relational selves objection*). Nesse sentido, Warren critica a visão de que sujeitos morais têm uma essência independente dos contextos histórico, social e material e de qualquer relacionamento com outros sujeitos morais.²⁴⁴ Em contrapartida, a ideia dos *selves* relacionais compreende os seres em relacionamentos e valoriza os contextos, seja histórico, geográfico ou de gênero, classe, orientação sexual. Essa objeção desafia também a visão de que há um conjunto de propriedades de condições necessárias e suficientes para a considerabilidade moral de humanos e não-humanos, como o critério da sensciência, de Singer, ou o de *sujeito-de-uma-vida*, de Regan.²⁴⁵

A terceira é a objeção da universalização. Segundo Warren, o bem-estarismo animal defende a prescrição moral universal e absoluta de que não se deve comer animais. Warren afirma que essa prescrição é inaceitável, pois não admite que em determinados contextos históricos, sociais ou materiais seja possível justificar o fato de comer animais, quando alternativas à alimentação são inviáveis, ou não há alternativas genuínas, como os Inuit e Ihalmiut, tibetanos, pequenas famílias produtoras de orgânicos, mulheres pobres do hemisfério sul.²⁴⁶

Warren filia-se a Kathryn Paxton para formular a quarta objeção, que é a da norma fisiológica masculina. Warren argumenta que o fundamento do bem-estarismo animal de que os interesses de não-humanos são tão válidos quanto os de humanos, baseia-se em um padrão fisiológico adulto masculino, que não considera as diferenças empíricas entre homens saudáveis e outras pessoas (crianças, adolescentes, gestantes e lactantes etc.). Dessa forma, bem-estarmistas desconsideram que nem todas as pessoas *podem* ser vegetarianas, mesmo que assim o queiram.²⁴⁷

A última objeção é a da predação. Warren argumenta que se os bem-estarmistas se opõem à caça feita por humanos, eles devem se opor também à predação, pois ambas têm as

²⁴⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 127.

²⁴⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 128.

²⁴⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 129.

²⁴⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 130.

mesmas consequências, qual seja, a matança injustificada de animais. Warren afirma:

Além disso, uma vez que, de acordo com o bem-estarismo animal, a predação selvagem causa tanto o sofrimento da presa quanto viola os direitos dela, o bem-estarismo animal implica que os humanos são moralmente obrigados a intervir na predação. Mas isso é falso; humanos não são obrigados a intervir na predação selvagem. Assim, o bem-estarismo animal deve ser rejeitado. Argumentos do bem-estar animal não estabelecem que a caça e o consumo de animais pela caça são errados.²⁴⁸

De forma parecida, Warren objeta a versão baseada em direitos, de Regan. Ela explica que, de acordo com a proposta do autor, humanos têm o dever moral de impedir ou intervir na injustiça. Assim, como os animais têm direitos, humanos têm o dever moral de intervir quando há violação dos direitos daqueles. Logo, humanos têm o dever de intervir na predação, o que, para Warren, é inaceitável.²⁴⁹

Apontados os limites do vegetarianismo moral universal, Warren passa a defender uma versão que, segundo ela, é compatível com sua teoria, que preza a análise contextual.

2.3.1 Vegetarianismo moral contextual

Warren defende o vegetarianismo moral contextual que “reconhece animais humanos e não-humanos como indivíduos discretos e co-membros (*co-members*) de uma comunidade ecológica.”²⁵⁰ Ela aponta quatro características de sua proposta, que passa entre o holismo e o individualismo: 1) razões para o vegetarianismo moral devem considerar os diferentes contextos: gênero, etnia, classe, cultura, localização geográfica etc.; 2) não é uma prática universalmente necessária; 3) a ingestão de produtos animais, a princípio, não deve reforçar sistemas de

²⁴⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 131.

²⁴⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 131.

²⁵⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 133.

dominação; e 4) uma ética sensível ao cuidado, ecologicamente informada, auxilia a identificar a natureza das relações entre humanos e não-humanos e a resolver questões contextuais sobre o vegetarianismo moral.²⁵¹

A análise de contexto é uma questão que permeia a teoria de Warren. Dessa forma, ela explica que, com relação ao vegetarianismo, esse elemento não poderia ficar de fora. Assim, o contexto cultural, associado ao geográfico, é de suma importância na consideração do vegetarianismo. Como exemplo, a autora cita o povo Ihlmiut, que por sua localização geográfica, não têm condições de cultivo, o que inviabiliza uma dieta vegetariana.²⁵²

Warren finaliza seu artigo, *The Power and Promise of Ecological Feminism*, com um exemplo da tribo indígena Sioux, segundo a qual se deve pedir perdão e agradecer aos animais mortos na caça.²⁵³ A autora retoma esse exemplo em sua obra, *Ecofeminist Philosophy*, para destacar três características a favor do vegetarianismo moral contextual. Primeiro, nesses contextos culturais, a visão de mundo compreende humanos e não-humanos como parte da natureza e ambos são comedores (*eater*) e comida (*eaten*). Sendo parte da natureza, ambos são parte da cadeia alimentar.

Segundo, nesses contextos culturais, os animais são vistos como um alimento que já foi um animal vivo. Por isso, a compreensão é de que são alimento (*food*), com referência ao animal, e não meramente carne (*meat*).²⁵⁴ Warren se filia a Val Plumwood para corroborar a diferença entre alimento e carne, e reforçar a rejeição ao vegetarianismo moral universal. Segundo Warren, Plumwood argumenta que os humanos devem ser vistos como parte da cadeia alimentar e, portanto, são comestíveis (*edible*) e o “alimento animal é eticamente problemático somente quando se ontologiza erroneamente tudo que é comestível como ‘carne’.”²⁵⁵ Warren reafirma que quando o alimento é reduzido à carne é que se reforçam os sistemas de dominação em relação

²⁵¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 133.

²⁵² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 134.

²⁵³ WARREN, Karen. *The Power and Promise of Ecological Feminism*, p. 222.

²⁵⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 136.

²⁵⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 137.

aos não-humanos.²⁵⁶

Em relação à objeção que defensores do bem-estarismo podem fazer, alegando que, a partir da perspectiva do animal não importa como ou porque o animal é morto, pois o que importa, para o animal, é que ele será morto, Warren argumenta que disso não pode decorrer o vegetarianismo moral universal, independente da análise contextual.²⁵⁷

Em terceiro, práticas alimentares moralmente aceitáveis que incluem comer animais não reforçam sistemas de dominação injustificada, baseados no poder e privilégio dos “de cima” sobre os “de baixo”. Dessa forma, ao comer animais, devem-se evitar práticas que causem dor desnecessária e evitável, e sofrimento ao matar animais, por exemplo.²⁵⁸

Ao desenvolver sua teoria da ética sensível ao cuidado, Warren assume que o cuidado é central para a ética. Dessa forma, ele também é importante para o vegetarianismo moral contextual. Warren filia-se a Berenice Fisher e Joan Tronto para afirmar que quando “alguém se preocupa consigo ou com o outro, ele é cognitivamente atento às necessidades, bem-estar ou *flourishing* daquele que é cuidado.”²⁵⁹

Conforme visto anteriormente, Warren destaca três características do cuidado: cuidar do outro pode ou não envolver sentimentos com relação ao outro; pode-se cuidar do outro, mesmo que não haja reciprocidade; e, em terceiro, o cuidado é um processo, não um evento. Entendendo o cuidado como processo, identifica quatro fases do cuidado, cada qual com uma virtude relacionada. São elas:

- 1) cuidar (*caring about*) do ambiente natural envolve uma atenção cognitiva à saúde, ao bem-estar, ao *flourishing* e ao *status* de moralmente considerável;
- 2) tomar cuidado (*taking care of*) implica em responsabilidades com o outro, sem, contudo, vincular direitos ou deveres por parte dos Outros terrestres;
- 3) fornecer cuidado (*care giving*) envolve o exercício de competências, sejam habilidades, disposições ou

²⁵⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 138.

²⁵⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 138.

²⁵⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 139.

²⁵⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 141.

capacidades;

- 4) receber cuidado (*care-receiving*) ocorre quando o ambiente natural ou seus membros não-humanos têm a capacidade de responder às práticas de cuidado humanas, por meio da saúde ecológica da terra ou bem-estar de animais e plantas, por exemplo.²⁶⁰

Para Warren, a abordagem da ética sensível ao cuidado incentiva os humanos a se engajar nas quatro fases do cuidado, inclusive em relação ao vegetarianismo moral, embora não seja possível especificar, preliminarmente e independente do contexto, quando e como essas fases ocorrem, de fato.²⁶¹ No entanto, Warren argumenta que se pode estabelecer quais são as condições necessárias de práticas alimentares aceitáveis, com relação aos animais.

Em primeiro lugar, o cuidado é central para a vida humana, ao contrário do direito e da utilidade, pois o cuidado envolve os relacionamentos interpessoais e a consciência cultural que as questões morais requerem. Segundo, a ética sensível ao cuidado promove uma estrutura pluralista por compreender que as práticas alimentares envolvem o bem-estar e *flourishing* dos que são cuidados. Dependendo do contexto, o bem-estar e o *flourishing* serão alcançados em termos de consequências, senciência, ou direitos, por exemplo.²⁶²

Em terceiro, compreende que tanto humanos quanto não-humanos são seres em relacionamento (*beings-in-relationships*), ao contrário de seres atomísticos, que independem de contexto. Quarto, a abordagem da ética sensível ao cuidado é sempre contextual, em nível pessoal, geográfico, cultural e de gênero. Quinto, combina-se as abordagens ética e política, que reconhecem as práticas alimentares como “socialmente construídas, culturalmente incorporadas, economicamente moldadas, politicamente reforçadas”.²⁶³

Em último lugar, a abordagem do cuidado sensível reconhece a prática e a teoria ética como processos, não eventos, pois não pressupõe sistemas morais hierárquicos de

²⁶⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 141.

²⁶¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 141-142.

²⁶² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 142.

²⁶³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 143

direitos e regras fixos.²⁶⁴

Warren, embora pareça ter uma aceção teórica de vegetarianismo compatível com uma ética ambiental, eis que o situa no campo da moralidade, não esclarece a extensão de sua aplicação, ou seja, embora não fique bem esclarecida sua posição, Warren parece considerar o vegetarianismo como abstenção de comer carne, e não de todos os produtos de origem animal.

2.4 A ESPIRITUALIDADE NA TEORIA DE WARREN

Warren defende que a espiritualidade ocupa um lugar importante no ecofeminismo, embora nem todas as ecofeministas compartilhem a mesma visão sobre ela. A autora aponta duas razões principais para a divergência da visão que ecofeministas têm sobre a espiritualidade, especialmente na filosofia. A primeira se refere à visão de que a espiritualidade é algo relacionado com a religião ou a teologia e não com a filosofia. Nessa visão, baseadas no fato de que a espiritualidade é algo pessoal, da esfera privada, as filósofas ecofeministas defendem que ela não está no domínio da filosofia.²⁶⁵

A segunda razão baseia-se no fato de que uma concepção ecofeminista espiritualista é inaceitavelmente essencialista e universalista. Warren afirma que concorda com essa crítica, mas tece algumas ressalvas. Para ela, as espiritualidades ecofeministas devem ser consideradas pelas seguintes razões: historicamente, elas desempenharam um papel importante no desenvolvimento político ecofeminista; politicamente, movimentos sociais ecofeministas surgiram a partir de concepções tradicionais baseadas na espiritualidade, como o movimento Chipko; eticamente, as espiritualidades ecofeministas consideram questões importantes sobre a relevância de sistemas simbólicos e valores, presentes nas teorias éticas ecofeministas; teoricamente, elas desafiam as filósofas ecofeministas a pensar na relevância de uma “política da espiritualidade das mulheres”; conceitualmente, elas levantam questões importantes sobre a conexão entre as mulheres e a natureza; epistemologicamente, pois a espiritualidade é geralmente baseada em experiências

²⁶⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 143.

²⁶⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 193-194.

concretas de conexão entre as mulheres e a natureza; e metodologicamente, requer que teóricas ecofeministas que sejam “de fora” (que não pertencem a grupos oprimidos) se comprometam com cuidado e humildade metodológica (conceito que Warren traz de Uma Narayan) ao criticar as praticantes espirituais que são “de dentro” (integrantes de grupo oprimidos).²⁶⁶

Para Warren, espiritualidades ecofeministas possuem estas características: são feministas, pois seus mitos, rituais, símbolos, linguagem e sistemas de valor têm compromisso com a eliminação do privilégio e poder de homens sobre as mulheres; são espiritualidades, pois acreditam em um poder ou uma presença que afirma a vida, ao invés de negá-la; e são ecofeministas em virtude de expressarem o compromisso de desafiar as conexões preconceituosas entre mulheres e natureza, em favor de práticas sensíveis ao cuidado. Nesse sentido, suas práticas são contrárias à manutenção dos “ismos” de dominação, ou seja, além de a prática da espiritualidade ecofeminista não ser simplesmente uma prática individual ou privada, ela tem um contexto público e político. Warren cita Rosemary Ruether para mostrar a relação entre a re-conexão psicoespiritual das mulheres com o corpo e a natureza e a realidade do excesso de consumo e a riqueza, por exemplo. Segundo Ruether, somente 20% da população mundial desfruta 82% da riqueza, restando somente 18% para 80% da população. Mais de 1 bilhão de pessoas, que representam 20% da população mais pobre, composta desproporcionalmente por mulheres e crianças, morrem precocemente pela fome e água, solo e ar envenenados.²⁶⁷

Warren relaciona a espiritualidade com o poder e o empoderamento. Ela explica que o poder não é intrinsecamente positivo ou negativo, mas em contextos de opressão, como no machismo, o poder é usado ilegalmente.²⁶⁸

Filiada a Jo Vellacott, Warren também associa a espiritualidade com a não-violência. Nesse sentido, a espiritualidade oferece alternativas à violência, tendo como exemplo o movimento Chipko, Gandhi e Martin Luther King Jr,

²⁶⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 194.

²⁶⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 198.

²⁶⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 199.

para os quais não é legítimo usar formas violentas para a consecução de seus ideais.²⁶⁹

Conforme visto anteriormente, o cuidado é um dos elementos da teoria de Warren. Para ela, além do componente cognitivo, a capacidade para o cuidado demanda um componente espiritual. A autora se baseia em Henri Nouwen, para quem cuidar de si ou dos outros “envolve ousar ver nossos pontos em comum com ‘o outro’ que é diferente de nós”.²⁷⁰

A partir do que significa a espiritualidade para Warren, ela expõe a forma pela qual acredita que a espiritualidade pode agir em contextos de opressão machista, que ela julga ser um sistema social insalubre (*unhealthy social system*). Para ela, um sistema é “um grupo ou rede de elementos em interação que constituem uma unidade ou um todo maior.”²⁷¹ Esse sistema pode ter graus de saúde, ou mesmo a falta dela, que não tem relação com a estabilidade ou longevidade do sistema.²⁷²

Para Warren, o sistema machista é insalubre, pois é um sistema de dominação e subordinação no qual os “de baixo” têm dificuldade de ter suas necessidades básicas supridas.²⁷³

Para romper com um sistema insalubre, Warren propõe que haja uma intervenção política, econômica e social, entre outras. As espiritualidades ecofeministas, para ela, constituem um desses outros meios, pois têm o poder de ajudar a curar as feridas do machismo. Isso ocorre por meio de estratégias de sobrevivência e empoderamento no presente machista, pré-feminista. Essa cura envolve um movimento espiritual que esteja distante de comunidades baseadas em sistemas de dominação.²⁷⁴

²⁶⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 201.

²⁷⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 203.

²⁷¹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 205.

²⁷² A escravidão e o feudalismo, por exemplo, foram sistemas que tiveram longa duração mas eram insalubres, pois o bem-estar, os interesses e necessidades dos membros do sistemas eram negados. WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 205.

²⁷³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 206.

²⁷⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 211-212.

2.5 JUSTIÇA

Warren afirma que na filosofia contemporânea ocidental, o modelo de justiça social que prevalece é o distributivo, cuja premissa é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na direta proporção de sua igualdade ou desigualdade (princípio aristotélico da igualdade de tratamento).²⁷⁵ Dessa maneira, para saber como aplicar o princípio aristotélico em determinado caso, é necessário verificar duas questões: o que está sendo distribuído (direitos, impostos, trabalho, alimento etc.) e qual o critério básico para a distribuição, dado por diferentes princípios materiais da justiça. Esses critérios podem ser igualitários (igualdade básica e necessidade básica) ou não-igualitários (mérito, capacidade, compensação, utilidade, esforço).²⁷⁶

O modelo de justiça distributiva é utilizado para demonstrar que os problemas ambientais são uma questão de justiça. Em razão disso, comumente os teóricos definem justiça ambiental como justiça distributiva, assinala Warren.²⁷⁷ Ela aponta as razões para isso: 1) o modelo de justiça distributiva permite a extensão de importantes preocupações éticas sobre a justiça social e questões de justiça; 2) pode ajudar a vincular preocupações do movimento ambiental com as preocupações dos direitos civis e movimento das mulheres, assim como movimentos de justiça social; 3) é passível de utilização da conhecida análise custo-benefício para a resolução de reivindicações conflitantes sobre os resultados justos; 4) apelos à justiça distributiva podem revelar e ajudar a superar deficiências importantes nos mercados econômicos.²⁷⁸

Warren, no entanto, diz se preocupar com o fato de o modelo de justiça social distributiva ser o único modelo de justiça social, razão pela qual a autora aponta alguns limites.²⁷⁹ Filiando-se à argumentação de Iris Marion Young, ela atesta que existem três categorias de bens: contextos institucionais, definições de trabalho e ocupações e cultura. O fato é que elas não são

²⁷⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 175.

²⁷⁶ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 176-177.

²⁷⁷ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 177.

²⁷⁸ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 178-179.

²⁷⁹ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 181.

primária ou exclusivamente “coisas”, portanto não são “coisas” que podem ser distribuídas, tampouco podem ser divididas em diferentes partes para serem, ou não, distribuídas.²⁸⁰

Warren aponta três limitações no modelo de justiça distributiva. Em primeiro lugar, esse modelo normalmente tem uma visão dos humanos como agentes morais radicalmente individualistas e igualmente situados, ao passo que por vezes uma visão das diferenças e similitudes de comunidades e grupos sociais é necessária. Assim, em alguns contextos a perspectiva de direitos ligados aos indivíduos não é tão adequada, como em contextos nos quais os humanos são vistos como seres comunitários (*communal beings*), em relações com outros e nos quais o bem da comunidade é importante. Assim, pelo fato de o modelo distributivo não prestar tanto atenção aos grupos ou situações sociais, ele não considera outros contextos ou “grupos ecológicos” (espécies, populações, comunidades, ecossistemas e habitat naturais).²⁸¹ “Assim, se a sobrevivência dos ecossistemas é uma questão de justiça ambiental, então um modelo distributivo de justiça social que presta pouca atenção aos grupos sociais não é bem preparado para acomodar essa questão.”²⁸²

Em segundo, o modelo de justiça distributiva tem uma concepção essencialista dos seres humanos, por exemplo, humanos como animais racionais. Warren defende uma visão de *selves* relacionais. Como indivíduos e membros de uma comunidade ecológica ou social, os humanos são parte de um contexto mais amplo em virtude das relações das quais faz parte, que o modelo de justiça não reconhece em virtude da concepção de indivíduos cuja “essência” não inclui os contextos ecológicos.²⁸³

²⁸⁰ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 184.

²⁸¹ Quando Warren aponta os limites do modelo distributivo de justiça e defende uma concepção de seres relacionais, ela não menciona que há um extenso debate filosófico entre liberais e comunitaristas sobre essas questões. Embora possa ser feita uma análise mais detalhada da crítica de Warren sobre a questão da justiça em sua filosofia ecofeminista, em razão dos objetivos e das limitações da presente pesquisa, esse tema não será aqui desenvolvido.

²⁸² WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 185.

²⁸³ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 185-186.

Por fim, o modelo distributivo, sozinho, não pode adequadamente capturar ou expressar as considerações de cuidado em contextos nos quais o cuidado não é passível de distribuição pela justiça social. Warren afirma que a justiça também envolve o cuidado, pois ser justo é uma forma de cuidar dos outros. Contudo, a ética sensível ao cuidado pode conflitar com o que o modelo distributivo entende como justo, como nas relações entre amigos ou nas relações de dependência, como entre uma mãe e seu filho ou sua filha, e uma enfermeira e seu paciente.²⁸⁴

Para superar tais limitações, Warren sugere seis desafios a serem superados pela concepção inclusiva de justiça social: 1) incorporar as questões distributivas, tanto quanto as não distributivas; 2) reconhecer que a justiça é sempre situada; 3) distinguir as noções de igualdade e similitude; 4) eliminar a dominação e a opressão institucionais; 5) reconhecer a importância do cuidado em motivar e sustentar a justiça; e 6) repousar em uma teoria de indivíduos, sejam eles humanos ou não-humanos, como objetos distintos e seres em relação.²⁸⁵

Embora Warren critique uma ética baseada na perspectiva da justiça, que prima por regras e princípios e nega outros valores, como o cuidado, a autora deixa claro, ao explicar a ética sensível ao cuidado, que a ética ecofeminista deve incorporar tanto a ética baseada na justiça quanto no cuidado e outros valores trazidos pelas feministas, de forma que a análise contextual seja sempre observada. Ao tratar, conforme exposto nesse último item, da justiça, Warren sai da esfera da ética e passa para o campo da filosofia política. Essa distinção é importante, inclusive para a análise da proposta de ética sensível ao cuidado que faz, conforme será analisado no Capítulo 3.

²⁸⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 186.

²⁸⁵ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 187-189.

CAPÍTULO 3

3 CRÍTICA E RECEPÇÃO DA TEORIA DE KAREN J. WARREN

Conforme visto no início do Capítulo 1, a teoria ecofeminista é formada por diferentes correntes, a partir também de diferentes feminismos. Assim, como será visto ao longo do presente capítulo, Warren é recebida por diversas autoras ecofeministas, mas também recebe críticas que apontam limites de suas propostas. Contudo, além da crítica direta que ecofeministas e eticistas ambientais fazem à Warren, é possível criticar e analisar a teoria dela a partir de teorias de outros autores que trabalham com ética e filosofia política, mesmo sem o viés ambiental, ou o feminista. Além da análise da recepção e crítica das ecofeministas, a teoria de Warren será analisada também à luz de outros autores e outras autoras, que não se dirigem a ela, mas podem contribuir para a construção da análise do alcance e dos limites de suas propostas (que será realizado no Capítulo 4), chamada “crítica externa”.

Por “teoria de Warren”, entende-se aqui o conjunto de publicações que foram analisadas nos Capítulos 1 e 2 e que são fontes de crítica ou recepção para os demais autores, incluídas suas propostas e concepções. É importante ressaltar que esses autores escrevem a partir dos artigos de Warren publicados antes de seu livro *Ecofeminist Philosophy*, no qual ela desenvolve mais suas ideias e, portanto, de alguma forma rejeita algumas críticas anteriores. Ademais, alguns de seus argumentos ou conceitos são recebidos por uns e criticados por outros, de modo que não há uma disposição que separe crítica e recepção ao longo do capítulo, mas desenvolve-se cada um a partir dos temas que são objeto de apreciação, seja crítica ou recepção.

3.1 CONEXÕES PRÁTICAS E CONCEITUAL

Beth A. Dixon recebe criticamente a teoria de Warren e rejeita especialmente a comparação de similaridades entre mulheres e animais. Em seu artigo, *The Feminist Connection Between Women and Animals*, publicado em 1996, Dixon reconstitui algumas teses sobre as conexões que as ecofeministas encontram entre as mulheres e a natureza. Essas

conexões podem ser teóricas, práticas ou simbólicas²⁸⁶ e surgem a partir de dois argumentos. O primeiro é defendido por algumas ecofeministas²⁸⁷ que se baseiam na lógica da dominação exposta por Warren, segundo a qual mulheres e animais são oprimidos pelo machismo, em virtude de uma conexão teórica. O segundo argumento, por sua vez, é baseado em conexões práticas entre mulheres e animais, a partir de exemplos práticos, como a vivissecção, a domesticação dos animais e das mulheres, o consumo de animais para alimentação etc.²⁸⁸

As conexões teóricas são representadas pelos argumentos do naturismo e do sexismo²⁸⁹, de Warren, quando ela conceitua a lógica da dominação como uma estrutura de argumentação, sendo uma das três características das estruturas conceituais opressoras, ao lado do pensamento de valor hierárquico e dos dualismos de valor²⁹⁰. Dixon colaciona os argumentos do sexismo e do naturismo vistos anteriormente e, valendo-se da crítica de Karen Green, afirma que, sozinha, a lógica da dominação não é necessariamente problemática, pois

²⁸⁶ Nesse trabalho será analisada somente a conexão teórica, pela relação que Dixon faz dela com a teoria de Warren. Contudo, esclarece-se, a seguir, a compreensão da autora sobre as conexões práticas e simbólicas: Dixon se filia à Aviva Cantor para explicar a conexão prática. Segundo Cantor, a dominação pela força bruta, a escravidão e a fraude operam similarmente na opressão das mulheres e dos animais. Ela faz uma analogia entre animais de estimação (*pet animals*) e mulheres de estimação (*pet women*), dos quais é retirada a habilidade de sobreviver, são dóceis e obedientes, dependentes e acomodados. As conexões simbólicas, por sua vez, são aquelas nas quais as mulheres são retratadas como pedaços de carne e algo a ser caçado, ou animalizadas por meio da linguagem etc. DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals. Environmental Ethics*. Summer 1996, v. 18, n. 2. p. 187-188/192.

²⁸⁷ Dixon cita Carol Adams, Lori Gruen, Deborah Slicer e Greta Gaard. DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 181.

²⁸⁸ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 181-182.

²⁸⁹ Cf. o argumento do naturismo e do sexismo, apresentado por Warren, item 1.2.1.1.

²⁹⁰ Conforme visto no Capítulo 1 (p. 13), Warren, em seu livro, aponta mais duas características das estruturas conceituais opressoras, além das três expostas.

permite uma leitura aceitável (paternalista) e uma não aceitável (dominação).²⁹¹

Ressalta-se que Dixon usa o termo paternalista (*paternalist*), contudo, o termo utilizado por Green, no artigo *Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism*, é parentalista (*parentalist*). Assim, para manter a fidelidade à tradução dos textos, serão utilizados os termos utilizados no texto de cada autora, mas salienta-se que ao usar “paternalista”, acredita-se que Dixon refere-se à “parentalista”.

Green defende que há uma conexão prática entre a subordinação das mulheres e da natureza, ao invés de uma conexão teórica, conforme propõe Warren. Green argumenta que para rejeitar o argumento do sexismo bastaria rejeitar qualquer uma das premissas, não só a lógica da dominação (premissa 4 do argumento, conforme visto no Capítulo 1). Assim, para Green há uma leitura aceitável (B4p) e outra menos aceitável (B4d), traduzidas pelos seguintes argumentos, respectivamente:

Para qualquer X e Y , se X é superior a Y na capacidade de juízo racional, então X é justificado em subordinar o juízo de Y sob o juízo de X .²⁹²

Para qualquer X e Y , se X é superior a Y na capacidade de juízo racional, então X é justificado em subordinar os interesses de Y sob os interesses de X .²⁹³

O primeiro (B4p) reflete uma leitura parentalista (*parentalist*), segundo a qual os pais de uma criança podem sobrepor seus juízos ao juízo de seus filhos e, portanto, seria aceitável. O segundo (B4d), de domínio, não pode ser um princípio universal aceitável, pois justifica a exploração das crianças pelos seus pais.²⁹⁴

Dixon aponta algumas razões pelas quais é possível

²⁹¹ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 184.

²⁹² GREEN, Karen. *Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism. Environmental Ethics*. Summer 1994, v. 16, p. 118-119.

²⁹³ GREEN, Karen. *Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism*, p. 119.

²⁹⁴ GREEN, Karen. *Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism*, p. 119.

defender Warren das críticas de Green. Primeiro, a distinção entre o argumento paternalista e o de dominação é tênue, pois nem sempre é possível determinar claramente quais são as condições para atribuir juízos às crianças, em oposição aos seus interesses. Dessa forma, intervir na decisão de uma criança pode ser tanto uma decisão paternalista, quanto de dominação, dependendo da motivação.²⁹⁵

Em segundo lugar, Dixon afirma que Green foca exclusivamente no argumento do sexismo para formular sua crítica e perde de vista a proposta de Warren, de mostrar que a lógica da dominação é básica para múltiplas opressões. Dixon expõe que Warren desenvolve o argumento do naturismo considerando plantas e minerais, mas eles não têm senciência e, portanto, não emitem juízos ou preferência de interesses. Dessa forma, tanto a leitura paternalista quanto de domínio, de Green, são falsas, pois não podem ocorrer no contexto do argumento de Warren. Assim, Dixon desenvolve seu próprio argumento em relação à opressão dos animais, ou seja, o argumento do animalismo:

(A1) Humanos têm certas propriedades que os animais não têm, por exemplo, a racionalidade.

(A2) O que quer que tenha racionalidade é superior ao que não tenha essa propriedade.

(A3) Assim, humanos são superiores aos animais.

(A4) Para qualquer x e y , se x é superior a y , então x é justificado em subordinar y .

(A5) Portanto, humanos são justificados em subordinar os animais.²⁹⁶

Dixon afirma que no argumento do animalismo não é possível fazer a leitura ambígua (paternalista e dominadora) que Green atribui ao argumento de Warren, pois não se evidencia que os animais emitem juízos, o que é necessário para a leitura paternalista do argumento do sexismo. Assim, a autora explica

²⁹⁵ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 185.

²⁹⁶ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 185.

que é necessário “esclarecer exatamente quais circunstâncias nos forcem a rejeitar (A4d) como um princípio que justifica a exploração dos animais.”²⁹⁷

Para Dixon, os argumentos do naturismo e do animalismo não são paralelos ao argumento do sexismo. A subordinação das mulheres pelos homens pode constituir uma estrutura conceitual opressora, mas isso não explica que plantas, minerais e animais são subordinados pelos humanos em contextos opressores. A subordinação, para Dixon, não envolve necessariamente a opressão, de forma que uma relação de subordinação não implica necessariamente um contexto de opressão.²⁹⁸

Ademais, para ela não se pode compreender a opressão dos animais a partir da subordinação das mulheres, pois os animais não partilham com as mulheres as mesmas capacidades cognitivas e os contextos sociais e culturais que as permitem desfrutar de tratamento igualitário. Disso não decorre que “os animais não devam ser tratados de forma justa, mas o que constitui um tratamento justo e equitativo para as animais será necessariamente diferente do que constitui um tratamento justo e equitativo para as mulheres.”²⁹⁹

Dixon afirma que no argumento do naturismo de Warren, faltam ainda razões do por que plantas e minerais são oprimidos, e o que significa para eles serem explorados (porque são subordinados pelos humanos)³⁰⁰. Com essa análise, a autora conclui que os animais não são oprimidos porque as mulheres também são oprimidas, tampouco a conexão entre os dois grupos fornece, por si só, um argumento do por que é errado usar os animais. Para Dixon, as feministas têm obrigação de libertar os animais porque eles possuem interesses (como seres sencientes), mas não porque há conexões práticas, simbólicas

²⁹⁷ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 185.

²⁹⁸ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 186.

²⁹⁹ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 187.

³⁰⁰ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 187.

ou teóricas entre mulheres e animais³⁰¹.

Dixon, assim, parece confundir alguns conceitos de Warren. Em primeiro lugar, Warren não defende que há “similaridades” entre mulheres e animais. Essa parece ser a estratégia essencialista, que será vista adiante, da qual Warren se afasta. Warren defende que há uma conexão conceitual entre a dominação de ambos, mulheres e animais, em virtude da lógica da dominação que elas partilham.

Ademais, Dixon afirma que não se pode compreender a opressão dos animais a partir da subordinação das mulheres, mas Warren esclarece que os animais não podem ser “oprimidos”, mas sim dominados. Entretanto, ressalta-se que essa diferenciação conceitual é feita por Warren somente no seu livro, no ano 2000. Com relação à crítica ao paternalismo, Warren esclarece, conforme exposto no Capítulo 1, que o poder de dominação só é opressivo em contextos de dominação sobre subjugados. Dessa forma, um pai ou uma mãe que age em favor do bem-estar de um filho ou de uma filha, não incorre em um poder opressor sobre ele ou ela, isto é, essa atitude não faz parte de uma estrutura conceitual opressora.

3.2 LÓGICA DA DOMINAÇÃO

Frederik Kaufman analisa a lógica da dominação de Warren e afirma que ela tem um grande limite. Kaufman reconstitui muito bem a exposição de Warren no artigo *The Power and Promise of Ecological Feminism*, no qual ela afirma que há uma conexão conceitual entre a dominação das mulheres e a da natureza e que a lógica da dominação é uma das características das estruturas conceituais opressoras. No entanto, Kaufman não concorda com Warren que todas as feministas devem se opor à lógica da dominação, em virtude de todas serem contra o machismo, conforme ela afirma. Para o autor, não está bem claro o motivo pelo qual a lógica da dominação, entendida como o princípio de que a superioridade justifica a subordinação, é questionável. Para Kaufman, em alguns contextos a superioridade pode justificar a subordinação, como na relação entre pais e filhos, justificando o

³⁰¹ DIXON, Beth. *The Feminist Connection Between Women and Animals*, p. 194.

paternalismo.³⁰² Warren, como visto, já refutou essa crítica ao paternalismo.

Amy L. Goff-Yates, por sua vez, defende a lógica da dominação de Warren e rejeita a ambiguidade que Karen Green alega estar presente nela, já vista anteriormente. Segundo a autora, nenhuma das duas leituras que Green faz compreende de forma correta o princípio da dominação³⁰³, que não é somente uma premissa dentre outras. É dessa premissa única que decorre uma conclusão intermediária tirada das premissas do dualismo de valor e da hierarquia de valor, de modo que a crítica de Green falha ao afirmar que o princípio da dominação compõe os argumentos que justificam a subordinação.³⁰⁴

Em segundo lugar, Goff-Yates oferece duas respostas à segunda crítica de Green, de que o princípio da dominação de Warren é ambíguo e pode ser lido de duas formas (parentalista e de domínio). Para Goff-Yates, Green acredita que na versão parentalista há justificação da subordinação do “juízo”, ao passo que na versão de domínio há justificação da subordinação dos “interesses”. A subordinação do juízo pode ser justificada em determinadas situações, como no caso de pais e filhos, mas a subordinação dos interesses é moralmente questionável, pois pode levar à exploração. Assim, filiando-se à Dixon, Goff-Yates afirma que embora seja difícil estabelecer quando uma criança emite um juízo ou um interesse, em qualquer caso é possível que eles sejam subordinados ao interesse ou juízo dos pais, que agem em favor dos interesses dos filhos.³⁰⁵ Goff-Yates conclui que “questões de interesse são todas facilmente interpretadas como questões de juízo e aqueles vistos como superiores em sua capacidade de juízo racional decidem pelos outros, o que é

³⁰² KAUFMAN, Frederik. Warren on the Logic of Domination. *Environmental Ethics*. Fall 1994, v. 16, n. 3, p. 333.

³⁰³ Green chama a “lógica da dominação”, de Warren, de “princípio da dominação”, pois, segundo, ela, essa característica é, em si, um princípio. GOFF-YATES, Amy L. Karen Warren and the Logic of Domination: A Defense. *Environmental Ethics*. Summer 2000, v. 22, n. 2, p. 170.

³⁰⁴ GOFF-YATES, Amy L. Karen Warren and the Logic of Domination, p. 174.

³⁰⁵ GOFF-YATES, Amy L. Karen Warren and the Logic of Domination, p. 175-176.

de seu interesse.”³⁰⁶

Em sua segunda resposta à segunda crítica de Green, a autora alega que nenhuma das interpretações de Green compreende o significado do princípio da dominação, pois o tipo de superioridade à qual Warren se refere não é de juízo racional, mas de valor moral (*moral worth*). Goff-Yates baseia-se nos argumentos do sexismo e do naturismo de Warren e afirma que ela os identifica com hierarquias de valor e superioridade moral. Ademais, para Goff-Yates o argumento da superioridade só faz sentido se ambas as partes que estão envolvidas no argumento (X e Y) têm a mesma capacidade, na qual uma é superior à outra. Assim, no argumento do naturismo, no qual uma das partes são plantas e minerais, não faz sentido falar em “superioridade de juízo”, mas em “superioridade moral”.³⁰⁷

3.3 CONEXÃO EMPÍRICA E VIOLÊNCIA

Carol Adams defende que existe uma conexão empírica entre a exploração sexual e a violência contra animais. A partir de um modelo proposto por Warren, Adams afirma que pode demonstrar a importância de o feminismo e o movimento de defesa dos animais observarem as implicações dessa conexão.³⁰⁸

Após apresentar o argumento de Warren, de que as conexões empíricas entre mulheres e natureza auxiliam a compreensão da subordinação das mulheres e o estabelecimento do significado prático da filosofia ecofeminista, Adams defende que as conexões empíricas revelam também a ligação entre abusar de animais e abusar de mulheres. Segundo Adams, é recorrente a ameaça ou morte de animais de estimação a fim de estabelecer ou manter o controle das vítimas da violência sexual, assim como o próprio uso de animais na violência sexual contra mulheres e crianças. Além disso, a exploração sexual pode influenciar o comportamento da vítima

³⁰⁶ GOFF-YATES, Amy L. Karen Warren and the Logic of Domination, p. 176.

³⁰⁷ GOFF-YATES, Amy L. Karen Warren and the Logic of Domination, p. 177.

³⁰⁸ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 144.

em relação aos animais, causando-lhes mal.³⁰⁹

Adams defende que essas conexões empíricas têm implicações filosóficas. No que tange a análise conceitual, Adams busca o conceito de somatofobia (a hostilidade ao corpo), de Elizabeth Spelman, e afirma que a conexão entre abusar de mulheres e abusar de animais claramente demonstra que a somatofobia se aplica tanto à espécie, quanto ao gênero, à raça e à classe. É necessário, portanto, repensar as noções antropocêntricas sobre a objetificação sexual.³¹⁰

Sônia T. Felipe conceitua a somatofobia como “a forma de violência que resulta no ataque ao corpo de um indivíduo vulnerável”³¹¹, em virtude da hostilidade do agressor em face de uma diferença que considera inferior naquele que sofre a agressão. Para Felipe, dessa mesma epistemologia derivam os binômios que desmembram e hierarquizam a natureza: “corpo e alma, razão e sensibilidade, virilidade e fragilidade, força e fraqueza, feio e bonito, útil e inútil”³¹², de modo que essa dicotomia conceitual passa a não mais admitir a igualdade.

Negando-se a concepção *holista* da natureza viva, adotando-se a respeito da natureza humana, por causa da capacidade racional, a dicotomia dos conceitos metafísicos construídos a partir do dualismo cartesiano, que a cortou em duas partes (corpo e alma), as relações entre humanos, regidas por essas dicotomias, passam a constituir-se na forma hierárquica *sujeito-objeto*, porta de entrada de todas as manifestações da violência, da física à simbólica.³¹³ (grifo da

³⁰⁹ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 146.

³¹⁰ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 152.

³¹¹ FELIPE, Sônia T. Somatofobia I: violência contra animais humanos e não-humanos. As vozes dissidentes na ética antiga. *Pensata Animal*. V. 1, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.pensataanimal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=118:somatofobiai&catid=38:soniatfelipe&Itemid=1> Acesso em: 20 ago 2012.

³¹² FELIPE, Sônia T. Somatofobia I: violência contra animais humanos e não-humanos. As vozes dissidentes na ética antiga.

³¹³ FELIPE, Sônia T. Somatofobia II: violência contra animais humanos e não-humanos. A modernidade e as vozes dissidentes

autora)

Para Felipe, a violência institucionalizada contra animais pode ser considerada da mesma ordem da violência praticada contra mulheres, eis que ambos compartilham tanto o confinamento quanto a condição de vulnerabilidade. No mesmo sentido da afirmação de Adams, Felipe assevera que o racismo, o sexismo e o especismo têm a mesma matriz moral e cognitiva.³¹⁴

Adams afirma, em relação à epistemologia, que a invisibilidade de algo impede o seu conhecimento. Assim, a maior parte da violência sexual contra as mulheres, as crianças e os animais é invisível para a maioria das pessoas. Ademais, existe a invisibilidade do abuso cometido contra animais, culturalmente aceito, como o uso para alimentação, caça e experimentação. Adams aponta a epistemologia relacional como uma solução para diminuir tal invisibilidade. Adams cita o exemplo de uma mulher que ao perceber que seu marido lhe agredia, ainda que alegasse amá-la, deu-se conta de que ela alegava amar os animais e ainda assim os comia.³¹⁵

Ao abordar a filosofia política, Adams afirma que a dicotomia público/privado é prejudicial para as mulheres, que são associadas ao privado, espaço no qual tanto a violência contra as mulheres quanto as conexões empíricas entre a violência contra as mulheres, as crianças e os animais são mantidas invisíveis. Adams defende que as características das estruturas conceituais opressoras, propostas por Warren, deixam clara a forma pela qual a dicotomia público/privado opera em relação ao abuso de mulheres e de animais. O pensamento de valor hierárquico concede mais valor aos “de cima” do que aos “de baixo” e, assim, as mulheres, as crianças, os homens não-dominantes e os animais, por exemplo, que são os “de baixo” em

contemporâneas. *Pensata Animal*. V. 1, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.pensataanimal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=127:somatofobia-ii&catid=38:soniatfelipe&Itemid=1> Acesso em: 20 ago 2012.

³¹⁴ FELIPE, Sônia T. Somatofobia I: violência contra animais humanos e não-humanos. As vozes dissidentes na ética antiga.

³¹⁵ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast: Feminism and the Defense of Animals*, p. 154.

termos de *status* (público), são mais vitimizados.³¹⁶

Da mesma forma opera o dualismo de valor, outra característica das estruturas conceituais opressoras. Até pouco tempo, a violência nos espaços privados não era questionada na esfera pública. Adams cita Sara Ruddick, que afirma que não há uma divisão clara entre a violência doméstica, civil e militar, então não há também uma divisão clara entre as práticas e os pensamentos para alcançar a paz privada e pública.³¹⁷ Nesse mesmo sentido, afirma Felipe:

A dicotomização das esferas relacionais humanas em esfera política (*pública*) e esfera pessoal (*privada*), a separação entre o homem público e o homem privado, a reclusão das crianças, mulheres e animais ao âmbito do espaço *privado*, o âmbito do *confinamento*, sustentam relações de terror na esfera doméstica: bater, estuprar, ameaçar de morte, privar da liberdade física e da liberdade de expressão são formas da violência sofridas por seres confinados. Na esfera política são praticados os ataques terroristas, as invasões, os bombardeios, a devastação ambiental, o extermínio das espécies vivas, a poluição e contaminação do ambiente físico natural. Alguns homens exercem domínio tirânico apenas na esfera doméstica; outros, alçados ao poder, o fazem em escala planetária, no âmbito político e econômico internacional.³¹⁸

Adams defende, ainda, que a dicotomia público/privado funciona como parte da outra característica das estruturas conceituais opressoras, a lógica da dominação. A violência que

³¹⁶ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 156.

³¹⁷ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 156.

³¹⁸ FELIPE, Sônia T. Somatofobia III: violência contra humanos e não-humanos. As vozes dissidentes na filosofia feminista contemporânea. *Pensata Animal*. V. 1, n. 4, ago. 2007. Disponível em: <http://www.pensataanimal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=128:somatofobia-iii&catid=38:soniatfelipe&Itemid=1> Acesso em 20 ago 2012.

ocorre na esfera privada não recebe intervenção, justamente por que a esfera privada não é foco de preocupações filosóficas, como o é a justiça, relacionada normalmente à esfera pública.³¹⁹

Em relação à ética ambiental, Adams argumenta que se o abuso ambiental é uma forma de somatofobia, então a filosofia ambiental deve prestar atenção nas questões conceituais decorrentes da conexão entre abusar de mulheres e abusar de animais. Igualmente, as conexões empíricas influenciam também outras áreas da filosofia aplicada, como as políticas públicas, a ética biomédica e a psicologia filosófica.³²⁰

Embora Warren construa seus argumentos a partir de uma conexão conceitual, e não prática, parece que ela reconhece também sua importância ao mencionar a conexão empírica como uma das formas de interconexão entre mulheres e natureza. Ademais, Warren reconhece a conexão prática como uma estratégia política de coalizão entre os movimentos de defesa dos animais e o das mulheres. É nesse sentido que a autora trata do vegetarianismo moral e, inclusive, cita Adams, que se baseia na conexão prática.

Entretanto, Warren silencia sobre a conexão prática entre a violência contra os animais e a violência contra as mulheres. Além disso, Warren tem uma abordagem política em sua proposta, mas não chega a problematizar a dicotomia público/privado.

3.4 DUALISMO DE VALOR

Carol P. MacCormack afirma que os símbolos como “natureza” e “feminino” têm significados que são culturalmente relativos. “O ‘mito’ da natureza é um sistema de sinais arbitrários, assentados em um consenso social de significado”³²¹, de modo que os conceitos de natureza e cultura não estão livres dos vieses da cultura na qual são construídos.

MacCormack explica que, no século XVIII, a ciência revelou que a natureza tem suas leis, mas que ela ainda não

³¹⁹ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 157.

³²⁰ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 157-158.

³²¹ MacCORMACK, Carol P. Nature, culture and gender: a critique. In: MacCORMACK, Carol P.; STRATHERN, Marilyn (eds.) *Nature, culture and gender*. New York: Cambridge University Press, 1995, p. 6.

havia sido dominada. As mulheres eram o repositório das “leis naturais” e da “moralidade natural”, mas eram também emocionais e apaixonadas (*passionate*). A oposição entre natureza e cultura surgiu, então, como parte de uma ideologia europeia mais abrangente, característica desse século, na qual as mulheres foram definidas como algo natural, mas subordinadas como instrumentos de uma sociedade masculina.³²²

Nessa mesma linha, Christine J. Cuomo expõe que Warren e outras ecofeministas mais radicais, como Susan Griffin, Carolyn Merchant, Andree Collard e Joyce Contrucci, criticam o pensamento dualista que impregna os sistemas de dominação e subordinação ocidentais machistas.³²³ A partir do pensamento de Metzger, Cuomo afirma que é necessário dissociar a lógica da dominação desses dualismos e amplia sua crítica ao afirmar que as dicotomias existem naturalmente e descrevê-las não é algo problemático. A questão é não conceber as coisas dualisticamente:

Certas distinções tornam-se eticamente problemáticas quando os dualismos tornam-se paradigmas para qualquer realidade, quando se tornam a base para descrever, classificar e valorar praticamente qualquer coisa.³²⁴

Assim, Cuomo reconstitui as críticas feministas ao pensamento dualista. Em primeiro lugar, afirma que os dualismos são falsas dicotomias e são construídos para manter uma estrutura de poder e uma falsa concepção de realidade. Desse modo, a dicotomia masculino/feminino serve para caracterizar e limitar o comportamento em termos de gênero, quando ambos, homens e mulheres podem ter características de um ou outro gênero.³²⁵

³²² MacCORMACK, Carol P. Nature, culture and gender, p. 6-7.

³²³ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism. *Environmental Ethics*. Winter 1992, v. 14, n. 4, p. 359.

³²⁴ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 360.

³²⁵ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 360.

Em segundo, os dualismos que formam sistemas de oposição tornam-se o fundamento para sistemas de dominação e subordinação, quando estiverem em um contexto que inclua a lógica da dominação. Por último, muitos dualismos são baseados em uma visão científica do mundo que favorece a explicação mais simples das respostas buscadas pela ciência, ao invés de respostas mais complexas, que envolvam o questionamento dos próprios modelos de ciência.³²⁶ Warren, contudo, inclui o dualismo de valor como uma das características das estruturas conceituais opressoras, mas claramente ressalva que o dualismo de valor não é intrinsecamente problemático, eis que, sem a lógica da dominação, uma descrição de similaridades e diferenças é somente uma descrição, não uma valoração moral. Dessa forma, o problema não é identificar os dualismos, mas valorizar um em detrimento do outro e gerar a opressão.

Já Victoria Davion, ao escrever sobre o ecofeminismo e apontar um ponto de convergência entre as diferentes autoras ecofeministas (a conexão entre dominação das mulheres e dominação da natureza), reconstitui os argumentos mais comuns nas propostas dos feminismos ecológicos. Além de abordar as conexões históricas, explicitadas por Susan Griffin e Carolyn Merchant, Davion reconstitui o argumento dos dualismos de valor e a lógica da dominação, filiando-se a Val Plumwood e Warren. Ela explica que os dualismos de valor funcionam para legitimar a opressão em face do sexo, da raça e da classe, por exemplo. Ressalta, ainda, que nem todas as diferenças são dualismos que geram opressão, tampouco significa negar todas elas. Na mesma linha de Warren, o problema reside na relevância moral das diferenças, que leva à construção e justificativa das hierarquias.³²⁷

Assim, Davion cita Warren para tratar de sua crítica ao pensamento dualístico, parte de uma estrutura opressora mais abrangente, ou seja, os “ismos” de dominação. Davion explica que, para Warren, a dominação das mulheres pelos homens, e a dominação da natureza pelos humanos, dependem da lógica da dominação. Essa usa as diferenças como premissas para

³²⁶ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 360.

³²⁷ DAVION, Victoria. Ecofeminism. In: JAMIESON, Dale (ed.) *A Companion to Environmental Philosophy*. Blackwell, 2001, p. 235.

constituir a superioridade moral de um grupo em relação a outro, que pode subordiná-lo.³²⁸ Dessa forma, Warren constrói os argumentos do naturismo e do sexismo para mostrar que a dominação da natureza pelos homens e a das mulheres pelos homens, encontram-se na mesma estrutura conceitual. Por uma questão de coerência, as pessoas que lutam para salvar o ambiente devem combater também o machismo, e as pessoas que trabalham em prol da superação do machismo devem atuar em favor do ambiente, pois em um nível conceitual, as duas lutas são uma só.³²⁹

Carol J. Adams, embora nesse ponto não se filie expressamente a Warren, também defende que o pensamento dualístico é parte do problema, resultante de uma concepção machista que separa os humanos dos animais. O feminismo, assim, visa justamente eliminar tais dualismos reacionários.³³⁰

3.5 CRÍTICA DO FEMINISMO LIBERAL DE KAREN GREEN

A crítica de Green a Warren³³¹ vai além da exposta anteriormente, sobre o tipo de conexão entre mulheres e natureza. Green é adepta do feminismo liberal e, conforme exposto, as correntes do ecofeminismo variam conforme as próprias teorias feministas.

Green afirma que Warren rejeita as relações de subordinação e se compromete com a ecologia profunda. Assim, ela afirma que, se o argumento de Warren é válido, “ele fornece uma base sólida para a pretensão feminista de que o feminismo e a ecologia profunda são conceitualmente ligados.”³³² Contudo, Green afirma que nem todo argumento a favor do feminismo implica o comprometimento com a ecologia profunda.³³³

A partir da explicação de Warren sobre o ecofeminismo e a conexão da dominação sobre as mulheres e sobre a natureza, Green deduz o “*primeiro argumento lógico do ecofeminismo: o*

³²⁸ DAVION, Victoria. Ecofeminism, p. 235.

³²⁹ DAVION, Victoria. Ecofeminism, p. 236.

³³⁰ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 12.

³³¹ Green formula suas críticas também a partir do artigo *The Power and Promise of Ecological Feminism*, de Warren.

³³² GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 117.

³³³ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p.119-120.

feminismo implica na ecologia profunda”, só possível se o feminismo liberal e o marxista não forem feminismos genuínos, o que demanda saber o que constitui efetivamente o feminismo.³³⁴

O “segundo argumento lógico do ecofeminismo: a ecologia profunda requer (portanto, implica) o feminismo³³⁵”, é deduzido a partir da proposta de algumas ecofeministas (Green não cita quais), de que é necessário adotar valores feministas e um mundo ginocêntrico (*gynocentric*), ou seja, centrado nas mulheres. Assim, para adotar esse argumento, a ecologia profunda negaria que há valores antropocêntricos na natureza, e adotaria valores ginocêntricos. Green expõe que para as ecofeministas darem sentido a tais argumentos, elas buscam conexões históricas e simbólicas entre a dominação à qual foram submetidas as mulheres e a natureza.³³⁶

Dessa forma, Green discorda do que, no seu entendimento, é a proposta de Warren, da relação entre o ecofeminismo e a ecologia profunda. Para Green, as conexões entre o feminismo e as mudanças ambientais são práticas, assim como o feminismo liberal pode ser consistente com as questões ecológicas. Segundo Green, o feminismo liberal é criticado por seu comprometimento com a razão, que implicaria a rejeição da natureza e de valores como o cuidado, distorcendo as propostas liberais, tal qual a da feminista liberal Mary Wollstonecraft, à qual se filia.³³⁷

Green também critica Warren por afirmar que o feminismo liberal não é uma base sólida para o ecofeminismo, em virtude de sua visão ocidental de separação entre mente e corpo, razão e emoção, cultura e natureza. Green afirma que Wollstonecraft valora tanto a razão quanto os sentimentos, e pensar que sua defesa em favor da racionalidade das mulheres gera a desvalorização da natureza é aceitar esses dualismos e a identificação da razão com a masculinidade.³³⁸ Ademais, Green assevera que as ecofeministas defendem a superação de tais dualismos, mas igualmente incorrem neles ao sugerirem que se as mulheres não são inferiores, então os homens devem ser, e,

³³⁴ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 121.

³³⁵ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 122.

³³⁶ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 122.

³³⁷ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 118.

³³⁸ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 119-120.

inclusive, por aceitarem que a natureza, a emoção e o corpo são mais importantes do que a cultura, a razão e a mente. Dessa forma, Green argumenta que “insistir que a mulher é racional e tem o direito de se desenvolver como um ser racional e moral não implica que ela não tenha deveres para com as criaturas que são menos racionais do que ela.”³³⁹

Para Green, a valorização que Wollstonecraft confere à razão é plenamente compatível com a ética ambiental. O fato de seres humanos serem racionais não implica que eles tenham o direito de usar tal faculdade para explorar seres que sejam inferiores em relação a sua racionalidade.³⁴⁰

Warren, em nenhum momento propõe a incorporação da ecologia profunda ao ecofeminismo. De fato, existe esse debate entre o ecofeminismo e a ecologia profunda, conforme mencionado no Capítulo 1, mas Warren não adere a ele. Além disso, Warren critica o dualismo razão/emoção e propostas teóricas que se baseiam somente em critérios racionais e princípios, mas sua proposta reconhece ambos. Ao contrário do que afirma Green, Warren não defende uma inversão nas relações, ou seja, que as mulheres passem a ocupar o lugar de poder dos homens e os princípios sejam substituídos pelos valores de cuidado, por exemplo.

3.6 CRÍTICA AO ESSENCIALISMO

Victoria Davion explica que muitas ecofeministas (Ariel Salleh, Starhawk, Vandana Shiva, entre outras) argumentam que para solucionar a crise ecológica é necessário observar os valores que são desvalorizados nos contextos machistas ocidentais, como a femininidade (*femininity*). Para Salleh, por exemplo, as mulheres têm consciência de sua conexão com a natureza e sua experiência, como mulheres, deve ser reconhecida.³⁴¹

Davion concorda que a voz dos que sofrem deve ser central para qualquer ética ecofeminista e afirma que Warren e Plumwood estabelecem bem essa questão, mas tece sua crítica:

³³⁹ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 133.

³⁴⁰ GREEN, Karen. Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism, p. 127/132-133.

³⁴¹ DAVION, Victoria. Ecofeminism, p. 239.

para ela, é necessário cautela ao afirmar que aquele que sofre a opressão é também fonte da cura para os problemas. A opressão não deixa de ser central para qualquer movimento de libertação, mas a questão principal é que a opressão é errada justamente porque causa dano àqueles que a sofrem. Assim, sua glorificação também pode ser perigosa, pois não compreende sua complexidade destrutiva.³⁴²

Para Davion, são essas posições que geram críticas ao ecofeminismo e ao alegado essencialismo. A crítica diz respeito ao fato de as ecofeministas se referirem à “mulher” e à “natureza” como se ambas fossem categorias metafísicas com qualidades essenciais, ou seja, como se todas as mulheres, de diferentes raças, classes e identidades culturais, compartilhassem alguns atributos essenciais.

Entretanto, Davion defende que nem todas as ecofeministas têm um discurso essencialista e, mesmo que haja um argumento essencialista, é possível aprender algo com sua análise mais profunda. Ao citar Warren novamente, Davion parece entender seu argumento como essencialista:

Warren (1990) afirma que feministas ecológicas concordam que as mulheres são identificadas com a natureza, e o que quer que seja identificado com a natureza é visto como inferior ao que quer que seja identificado com o “humano”, em contextos machistas ocidentais. No entanto, ela aponta corretamente que as feministas ecológicas diferem em relação à verdade da identificação das mulheres e da natureza.³⁴³

Davion conclui que embora algumas ecofeministas sejam, de fato, essencialistas, essa não é uma característica necessária da análise ecofeminista. Ao contrário, afirmar que são é cometer essencialismo ou falsas generalizações.³⁴⁴

Roger J. H. King, ao analisar a ética feminista, também afirma que algumas ecofeministas seguem uma estratégia essencialista e afirmam que as mulheres estão mais próximas da

³⁴² DAVION, Victoria. Ecofeminism, p. 240.

³⁴³ DAVION, Victoria. Ecofeminism, p. 241.

³⁴⁴ DAVION, Victoria. Ecofeminism, p. 242.

natureza do que os homens, o que justificaria uma ética do cuidado. Por outro lado, há também ecofeministas que utilizam uma estratégia conceitual, segundo a qual é possível traçar um paralelo entre o dualismo e a associação entre homens e cultura, de um lado, e mulheres e natureza, de outro, com a opressão de mulheres e a dominação da natureza na sociedade machista.³⁴⁵

Citando Warren, King afirma que a ética ambiental baseada nessa estratégia conceitual não adere à ideia de uma voz moral essencialista das mulheres, mas fornece recursos conceituais ignorados na ética ambiental contemporânea.³⁴⁶

King concorda que a ética ambiental pode se beneficiar com alguns pressupostos da ética do cuidado proposta pelas ecofeministas, mas defende que há necessidade de esclarecer o que significa cuidar da natureza, e isso não está claro nos escritos ecofeministas.³⁴⁷

Para King, quando se fala em ética do cuidado em relação à natureza, é preciso ter bem definido o que se entende por “cuidado” e por “natureza”. Para ele, o problema não reside no fato de os humanos não cuidarem, mas sim de existir uma pluralidade de “naturezas” e formas de cuidado. As duas visões, a essencialista e a conceitual, têm problemas. No essencialismo, a preocupação é com o bem-estar dos humanos, não da natureza, afirma King. Na conceitual, não está claro o significado do cuidado com a natureza ou seus benefícios para o mundo natural.³⁴⁸

King argumenta que o essencialismo reproduz o dualismo do que é considerado moralmente e o que não é, pois estabelece uma oposição essencial entre a natureza masculina e a feminina e, conseqüentemente, uma percepção dualista da natureza.³⁴⁹

A concepção conceitual, por outro lado, rejeita os argumentos essencialistas e os dualismos, mas também se baseia na ética do cuidado. King refere-se a uma passagem na qual Warren afirma que o ecofeminismo é uma ética

³⁴⁵ KING, Roger J.H. Caring about Nature: Feminist Ethics and the Environment. In: WARREN, Karen J. (ed.) *Ecological Feminist Philosophies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p. 82.

³⁴⁶ KING, Roger J.H. Caring about Nature, p. 83.

³⁴⁷ KING, Roger J.H. Caring about Nature, p. 83.

³⁴⁸ KING, Roger J.H. Caring about Nature, p. 87.

³⁴⁹ KING, Roger J.H. Caring about Nature, p. 89.

contextualizada, que valoriza o cuidado, a amizade etc., e a questão da narrativa em primeira pessoa como um importante veículo para expressar o cuidado. Para King, essa concepção não incorre na orientação antropocêntrica do essencialismo, mas ainda assim é limitada, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque a experiência vivida depende da interpretação cultural e pessoal de cada indivíduo, e muitas pessoas não têm experiências com não-humanos. É necessário “concretizar e particularizar a referência à experiência vivida, a fim de evitar ainda outra ética abstrata.”³⁵⁰

Em segundo lugar, porque a narrativa pessoal não esclarece o que significa o cuidado com a natureza. King entende que, na narrativa de Warren, o cuidado é um sentimento subjetivo relacionado com a consciência em relação “aos sinais e sons ao redor dela e seu sentimento de serenidade”.³⁵¹ Na relação do alpinista com a rocha, King questiona quais são as consequências ou diferenças, para a rocha, de um alpinista que deseja conquistá-la e de outro que a escala mantendo uma relação de cuidado. A questão, para King, não reside na reciprocidade do objeto do cuidado, mas nas implicações práticas dessa relação,³⁵² o que demonstra a posição consequencialista de King.

3.7 CRÍTICA À ÉTICA DO CUIDADO

Conforme visto, Warren e outras autoras ecofeministas rejeitam as teorias baseadas em direitos e argumentos racionais, que negam as emoções. Dessa análise, é comum surgir a defesa da ética do cuidado. Warren, conforme exposto, propõe a incorporação da ética sensível ao cuidado à ética ambiental. Entretanto, ainda que Warren distinga sua proposta da “ética do cuidado”, alguns autores a criticam, como será visto adiante.

Cuomo analisa o artigo de Warren, *The Power and Promise of Ecological Feminism*, e nele identifica as características básicas de qualquer ética ecofeminista. A partir delas, analisa escritos de outras autoras e afirma que sua maior preocupação é com a ética do cuidado, comum nas éticas

³⁵⁰ KING, Roger J.H. *Caring about Nature*, p. 91.

³⁵¹ KING, Roger J.H. *Caring about Nature*, p. 91.

³⁵² KING, Roger J.H. *Caring about Nature*, p. 92.

ecofeministas.³⁵³

Cuomo argumenta que a ética do cuidado relaciona-se com a veneração dos valores femininos que fundamentam o ecofeminismo e promovem a lógica da dominação, ao invés de rejeitá-la. Ela afirma que, para Warren, há dois aspectos em qualquer ética feminista: a experiência das mulheres deve ser levada a sério e ela deve ser central para o desenvolvimento da teoria. Dessa forma, algumas feministas desenvolveram sistemas éticos baseados em valores associados às mulheres, como a ética do cuidado.³⁵⁴

Cuomo afirma que podem decorrer benefícios do cuidado com outro ser, mas cuidar não é sempre moralmente bom e pode ser eticamente neutro, assim como pode ser moralmente danoso para o agente moral, se ao cuidar de outro negligencia outras responsabilidades, inclusive consigo. É necessário, também, observar se o cuidado é benéfico para o outro, quando ele deseja sair de uma posição de subordinação social, de forma que é necessário saber claramente o objeto e o motivo do cuidado.³⁵⁵ A partir de Claudia Card, Cuomo argumenta que, em contextos de opressão, a ética do cuidado provoca dano moral a algumas mulheres e, portanto, cuidar não é sempre uma opção saudável e ética para um agente moral³⁵⁶.

Ademais, Cuomo afirma que muitas eticistas do cuidado baseiam-se na associação histórica feita entre mulheres e natureza, mas ela argumenta que a associação com a natureza é diferente da identificação com a natureza. Com isso, Cuomo explica que nem todas as mulheres se identificam com a natureza, ao contrário, são também responsáveis pela opressão de não-humanos. A autora conclui que uma ética ecofeminista que recomenda o cuidado pode ser útil, desde que estabeleça claramente o objeto e o contexto do cuidado ético, observados os

³⁵³ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism. *Environmental Ethics*. Winter 1992, v. 14, n. 4, p. 351-352.

³⁵⁴ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 353.

³⁵⁵ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 354-355.

³⁵⁶ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 355.

contextos histórico, social e cultural.³⁵⁷

Deane Curtin filia-se a Warren para afirmar que existem conexões importantes entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres, mas questiona qual a melhor forma de expressar a conexão moral entre humanos e não-humanos, a partir do ecofeminismo. Curtin afirma que Warren desenvolve o feminismo como uma ética feminista e ambiental, que sai da perspectiva de direitos e princípios aplicados a casos específicos, para uma ética que valoriza o cuidado, a amizade e a confiança, por exemplo.³⁵⁸

Curtin afirma expressamente que a linguagem de direitos não é a mais apropriada para o pensamento ecofeminista e que a ética do cuidado politizada é uma abordagem melhor.³⁵⁹ Assim, ele apresenta seis questões pelas quais considera a abordagem de direitos limitada para o ecofeminismo, em virtude de sua compatibilidade conceitual. Em primeiro lugar, a visão de direitos reconhece nos não-humanos apenas características que eles compartilham com os humanos, ou seja, apenas a “identidade” de interesses, não a diversidade desses. A ética feminista, ao contrário, reconhece a pluralidade e os interesses morais heterogêneos.³⁶⁰

Em segundo lugar, a abordagem de direitos é formalista: o tratamento igualitário é baseado em critérios definidos, preza pela neutralidade contextual e pela universalidade, ao passo que a ética feminista é pluralista e contextual. Em terceiro, a abordagem de direitos é inerentemente adversarial. Baseado em Joel Feinberg, Curtin explica que ter um direito é ter direito a algo “contra” alguém.³⁶¹

Em quarto lugar, direitos requerem um conceito de personalidade individualista, de um agente moral autônomo, enquanto o feminismo preza por um processo contínuo pelo qual as pessoas são definidas de forma contextual e relacional. Em

³⁵⁷ CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism, p. 356.

³⁵⁸ CURTIN, Deane. Toward an Ecological Ethic of Care. In: WARREN, Karen J. (ed.) *Ecological Feminist Philosophies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p. 66.

³⁵⁹ CURTIN, Deane. Toward an Ecological Ethic of Care, p. 67.

³⁶⁰ CURTIN, Deane. Toward an Ecological Ethic of Care, p. 69.

³⁶¹ CURTIN, Deane. Toward an Ecological Ethic of Care, p. 70.

quinto, a abordagem de direitos defende que os juízos morais são objetivos e racionais, e não dependem de aspectos afetivos. Feministas, baseadas no trabalho de Carol Gilligan afirmam que isso é um mito, que marginaliza as mulheres. Por último, a ênfase na racionalidade desconsidera a concepção feminista do corpo como agente moral e é justamente essa identificação que marginaliza as mulheres.³⁶²

Assim, contrapondo a concepção moral tradicional, baseada em direitos, e a concepção feminista, Curtin afirma que se há, de fato, uma conexão entre a opressão contra a natureza e a opressão contra as mulheres na cultura ocidental, então é necessário um olhar feminista para entender a opressão.³⁶³

A partir da concepção de Gilligan, Curtin afirma que, independentemente de os animais terem direitos, “nós” podemos e certamente “cuidamos” deles. Baseado no exemplo de Warren sobre a relação do sujeito ao escalar uma montanha, ou seja, de manter uma relação de respeito, ao invés de conquista, afirma que é possível, inclusive, estender o cuidado aos seres não-sencientes.³⁶⁴

Curtin ressalta, no entanto, que se a ética do cuidado não for “politizada”, as feministas correm o risco de ter a concepção de Gilligan voltada contra si, pois a ética do cuidado pode ser usada para privatizar os interesses morais das mulheres, ao colocar os interesses do outro acima dos seus, negligenciando-os. “Em uma sociedade que oprime as mulheres, não é bom sugerir que elas devem desinteressadamente prover o cuidado, se as estruturas sociais facilmente fazem com que se abuse desse cuidado.”³⁶⁵ Ao incluir o cuidado em uma agenda política, Curtin alega que o objetivo não é tornar pública uma ética privada, mas sim desconstruir a dicotomia público/privado.³⁶⁶

Em segundo lugar, a ética do cuidado preza por relações contextuais, ao contrário da universalidade característica dos direitos. Destarte, se a ética do cuidado não for politizada, ela pode mitigar seu impacto político, pois se pode argumentar que

³⁶² CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 70.

³⁶³ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 71.

³⁶⁴ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 71.

³⁶⁵ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 71.

³⁶⁶ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 72.

só se tem cuidado por aqueles que estão próximos.³⁶⁷

A terceira questão apontada por Curtin é a da reciprocidade, requerida como necessária por Nel Noddings. Se Noddings está correta, então não é possível ter uma ética do cuidado em relação aos não-humanos. De fato, Curtin não concorda com a autora. Para ele, a reciprocidade é importante em determinados contextos, mas não em todos. Ao contrário, ele alega que os contextos pelos quais o ecofeminismo se interessa são justamente aqueles nos quais não se pode esperar a reciprocidade. Para Curtin, é necessário distinguir a “contextualização” do cuidado da “localização” dele. Ao questionar o que se poderia esperar em troca do cuidado, Curtin afirma que justamente o que diferencia o cuidado é, muitas vezes, sua expressão desinteressada (*selflessly*).³⁶⁸

Por fim, Curtin defende que a “igualdade” ou a “desigualdade” não são necessárias para estabelecer relações de cuidado, mas é necessário desenvolver a capacidade para o cuidado, que irá refletir no empoderamento dos que cuidam e dos que são cuidados.³⁶⁹

Como uma implicação ontológica da ética do cuidado feminista, Curtin afirma que animais não-humanos não devem ser considerados alimento, e defende o vegetarianismo moral contextual. O comprometimento com o vegetarianismo moral, para ele, não significa que nunca se possa matar um animal para se alimentar, pois contextos geográficos são relevantes, como é o caso dos Ihalmiut. No entanto, quando há opção, matar um animal para consumo é desnecessário e evitável.³⁷⁰

Ao contrário de Warren, que também defende o vegetarianismo moral contextual mas silencia sobre essa questão específica, Curtin questiona tanto o consumo de carne quanto o de laticínios e ovos, ou seja, aborda o veganismo. Segundo ele, da perspectiva das mulheres, é relevante questionar o consumo desses produtos. “Como o consumo de ovos e leite têm em comum a exploração das capacidades reprodutivas da fêmea, o vegetarianismo não é uma questão

³⁶⁷ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 72.

³⁶⁸ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 73.

³⁶⁹ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 74.

³⁷⁰ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 75-76.

neutra em relação ao gênero.”³⁷¹ Dessa forma, a escolha da dieta em uma cultura machista é uma forma de politizar a ética do cuidado e opor resistência à pressão dos padrões machistas.³⁷²

Nesse mesmo sentido, Adams também problematiza a indústria de leite e de ovos, o que ela chama de “proteína feminizada”, demonstrando que essa indústria não pode ser dissociada da produção de “carne”, pois é ela que supre a produção de vitelos e vacas exaustas para “hambúrgueres” e outras “carnes”, por exemplo.³⁷³ Felipe também relata o sofrimento das vacas que são escravizadas sexualmente para, com a gestação, produzir leite, em um sistema no qual os vitelos são separados logo após o nascimento e são criados para a indústria da carne de vitela, que gera imenso sofrimento para o animal, que vive até quatro meses aprisionado e com uma alimentação pobre em ferro, que muitas vezes acarreta no adoecimento e morte do animal.³⁷⁴

Ademais, conforme exposto no Capítulo 2, Warren afirma que nem todas as pessoas “podem” ser vegetarianas. Contudo, as dietas veganas foram reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde como superiores às dietas baseadas em produtos de origem animal, o que rejeita a afirmação de Warren que nem todas as pessoas poderiam adotar uma dieta vegana. No Brasil, o Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região (São Paulo e Goiás), seguindo a orientação da OMS, também reconheceu que as dietas baseadas em alimentos de origem vegetal são saudáveis, quando respeitadas as necessidades de nutrientes variados.³⁷⁵

3.7.1 A ética do cuidado e a ética da virtude

James Rachels explica que, ao longo da história, houve diferentes argumentos (o da racionalidade e o das virtudes) para

³⁷¹ CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 76.

³⁷² CURTIN, Deane. *Toward an Ecological Ethic of Care*, p. 76.

³⁷³ ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast*, p. 36-37.

³⁷⁴ FELIPE, Sônia T. *Galactolatria: mau leite: implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino*. São José: Ecoânima, 2012, p.41

³⁷⁵ FELIPE, Sônia T. *Galactolatria*, p. 179.

justificar a subjugação das mulheres pelos homens. Isso explica porque as feministas, nas décadas de 1960 e 1970³⁷⁶, rejeitaram a ideia das diferenças psicológicas entre homens e mulheres e defenderam que a associação dos homens à racionalidade e das mulheres às emoções não passa de mero estereótipo.³⁷⁷

Rachels brevemente revisa os estágios do desenvolvimento moral propostos por Kohlberg, e a objeção de Gilligan, baseada na ideia de que meninos têm um desenvolvimento moral mais avançado em relação às meninas, porque a ética de princípios é superior à ética que valoriza relações pessoais, de intimidade e cuidado. Essa valorização ocorre justamente porque os filósofos da moral são do sexo masculino.³⁷⁸

Ao avaliar a pertinência da crítica de Gilligan, Rachels afirma que, ainda que muitas questões se mantenham obscuras, pode-se asseverar que mesmo que homens e mulheres pensem de forma diferente, essas diferenças não podem ser tão grandes, além de serem de ênfase, em vez de diferenças de valores fundamentais. Homens podem entender o valor dos relacionamentos íntimos e da empatia. No exemplo do dilema de Heinz, Rachels defende que homens e mulheres são capazes de compreender os argumentos uns dos outros e que não há um estilo exclusivamente masculino ou feminino, pois existem mulheres que consideram princípios e homens que se preocupam.³⁷⁹

Sobre os motivos pelos quais tais diferenças entre os sexos existem, Rachels responde que há duas possibilidades. A primeira é que as mulheres pensam de acordo com o papel social que lhes é atribuído, fazendo com que a ética do cuidado

³⁷⁶ Martha Chamallas explica que a teoria feminista se desenvolveu em três estágios: igualdade (década de 1970), diferença (década de 1980) e diversidade (1990 em diante). No período da igualdade, a ênfase era nas similaridades entre homens e mulheres, com forte crítica às distinções legais baseadas no sexo. CHAMALLAS, Martha. *Introduction to Feminist Legal Theory*. 2ª ed. Aspen Publishers: 2003, p. 15-16.

³⁷⁷ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado. In: RACHELS, James. *Os elementos da Filosofia Moral*. 4 ed. Barueri: Manole, 2006, p. 162.

³⁷⁸ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 166.

³⁷⁹ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 167.

seja, nesse caso, fruto do condicionamento psicológico ao qual as meninas são submetidas. A segunda possibilidade é que haveria uma conexão intrínseca entre o sexo feminino e a ética do cuidado, devido à capacidade das mulheres de gerar vidas, que é o que as diferencia dos homens e, portanto, as tornam prestadoras naturais.³⁸⁰

Ao avaliar as implicações da ética do cuidado para o julgamento moral, Rachels ressalva que nem todas as filósofas são feministas, assim como nem todas as feministas aderem à ética do cuidado. Ele afirma, ainda, que é possível entender uma perspectiva ética ao “perguntar que diferença ela faria no julgamento moral de um indivíduo e se essa diferença poderia ser uma melhoria sobre as alternativas existentes.”³⁸¹ Assim, Rachels avalia a adoção da ética do cuidado a partir de três exemplos: da família e dos amigos, das crianças desfavorecidas e dos animais.

Com relação aos animais, Rachels explica que existe um argumento racional que apela para o sofrimento dos animais criados e abatidos para alimentação humana e, portanto, as pessoas devem ser vegetarianas. Rachels passa então a avaliar a questão seguindo Nel Noddings, para quem o assunto é interessante para testar as noções básicas da ética do cuidado. Em primeiro lugar, essa ética apela para a intuição e o sentimento, ao invés de princípios. Nesse quesito, para Noddings, o sentimento dos humanos em relação a eles mesmos é diferente do que sentem pelos animais. Segundo Rachels, para Noddings “a maioria das pessoas não pensa que consumir carne é um erro ou que o sofrimento do gado seja importante.”³⁸²

A segunda noção básica é a de que existe um relacionamento individual entre o sujeito que se preocupa e o objeto da preocupação, sendo necessário que esse seja capaz de responder ao cuidado. Noddings acredita que pode existir tal relação entre humanos e alguns animais, especialmente os de estimação, de onde pode decorrer uma obrigação, diferentemente das vacas em um abatedouro, por exemplo, com quem os humanos não estabelecem nenhuma relação, ainda que

³⁸⁰ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 168.

³⁸¹ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 169.

³⁸² RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 172.

não desejem seu sofrimento.³⁸³

Rachels conclui que existem argumentos impressionantes contra a ética do cuidado. Para os opositores, a intuição e os sentimentos não são guias confiáveis da moralidade, pois em outros momentos da história a intuição sinalizava que a escravidão e a subordinação das mulheres eram aceitáveis. Outro argumento é que quando se ajuda um animal que não está em condição de responder-lhe pessoalmente, faz-se pela satisfação em ajudar, não pelas necessidades do animal ou pelo benefício que poderia ser conquistado.³⁸⁴ Esses são argumentos característicos do pensamento masculino e, portanto, são ignorados se a ética do cuidado é considerada a totalidade da moralidade, por rejeitar princípios. Entretanto, se o cuidado é apenas parte da moralidade, os princípios ainda têm importância. Assim, “Animais de corte podem entrar na esfera do interesse moral não por nossa relação de cuidado com eles, mas por outras razões.”³⁸⁵

Por fim, Rachels defende que o debate entre “ser um certo tipo de pessoa” e “fazer as obrigações de alguém” é central para uma questão mais ampla envolvendo dois tipos de teoria ética: a teoria da virtude e as teorias da obrigação. Para a teoria da virtude, a moralidade da pessoa se relaciona com seus traços de caráter, ao passo que as teorias da obrigação prezam pela obrigação imparcial, segundo a qual o agente moral age em conformidade com a razão, que lhe diz a melhor coisa a fazer. Para Rachels, um argumento favorável à ética da virtude é o fato de ela incorporar virtudes tanto da esfera pública (justiça e beneficência) quanto da privada (amor e cuidado). Dessa forma, Rachels considera a ética do cuidado uma ética da virtude: “O veredicto da ética do cuidado dependerá, no final das contas, da viabilidade da ética da virtude.”³⁸⁶

3.8 CRÍTICA AO HUMANISMO

J. Baird Callicott, ao buscar uma ética ambiental, analisa

³⁸³ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 172-173.

³⁸⁴ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 173.

³⁸⁵ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 173.

³⁸⁶ RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado, p. 174.

também o ecofeminismo e afirma, a partir de Warren, que o ponto em comum das diferentes propostas ecofeministas é que a compreensão da dominação das mulheres pelos homens ajuda a esclarecer a relação de dominação da natureza pelos homens. Callicott afirma também que se o ecofeminismo é a posição segundo a qual o machismo é a ideologia responsável pela dominação das mulheres pelos homens, então ele também é a ideologia responsável pela dominação da natureza. Assim, a libertação das mulheres automaticamente libertará a natureza do domínio dos homens e, por isso, Callicott considera que o ecofeminismo é um humanismo.³⁸⁷ Aqui, Callicott parece não ter clara a proposta de Warren, pois ela não afirma que é a ideologia machista que gera a dominação da natureza, mas que existe uma conexão conceitual entre as duas formas de dominações.

Warren, segundo Callicott, defende que o sexismo, o racismo e o antropocentrismo, por exemplo, são variações de uma estrutura conceitual opressora, da qual a lógica da dominação faz parte, de modo que não são o patriarcado ou o androcentrismo os culpados pela dominação das mulheres e da natureza. Assim, Callicott expõe que Warren não defende que a libertação das mulheres automaticamente libertará também a natureza da opressão dos homens. Na verdade, ela explica que tanto o antropocentrismo quanto o androcentrismo são expressões de uma mesma mentalidade e, portanto, suas críticas são complementares. Dessa forma, uma pessoa que se opõe à uma deve se opor à outra, unindo feminismo e ambientalismo.³⁸⁸

Callicott defende que “o ecofeminismo existe mais como uma análise e uma crítica sem uma visão de mundo consolidada ou mesmo um conjunto geral ou comum de princípios éticos.”³⁸⁹ Portanto, para ele, o ecofeminismo não constitui uma filosofia moral que estabeleça uma ética ambiental especificamente ecofeminista. Isso decorre, segundo Callicott, justamente da

³⁸⁷ CALLICOTT, J. Baird. The Search for an Environmental Ethic. In: REGAN, Tom (ed.). *Matters of Life and Death: New Introductory Essays in Moral Philosophy*. 3 ed. New York: Mc-Graw-Hill, 1993, p. 331.

³⁸⁸ CALLICOTT, J. Baird. The Search for an Environmental Ethic, p. 332

³⁸⁹ CALLICOTT, J. Baird. The Search for an Environmental Ethic, p. 332-333.

proposta do ecofeminismo, que é a de se opor ao pensamento masculino que estabelece uma teoria de valor intrínseco, direitos, critérios de considerabilidade moral, ou outros que sejam associados à ética. O ecofeminismo, afirma Callicott concordando com Warren, é contextual, pluralístico, não objetivo, particular e concreto. A característica que unifica o ecofeminismo é a rejeição do viés masculino da ética, marcado pela concepção de ética baseada em direitos, regras e princípios.³⁹⁰

Callicott conclui que o pluralismo sem teoria (*theoryless pluralism*) do ecofeminismo, em substituição à ética ambiental, ironicamente fortalece as estruturas conceituais opressoras e suas respectivas lógicas de dominação, considerando, assim, o ecofeminismo somente uma “distração”, eis que não é uma ética ambiental.³⁹¹

Callicott aponta a falta de um sistema ético, por parte do ecofeminismo, como um limite. A filosofia ecofeminista de Warren, de fato, não apresenta uma ética ambiental mas, como visto no Capítulo 1, Warren filia-se à ética da terra, de Leopold, que deve se atualizar e incorporar às características ecofeministas propostas por Warren, desenvolvidas ao longo de sua teoria. Para pensar uma nova ética ambiental, Warren aponta os limites das propostas existentes, à luz da sua teoria. A considerabilidade moral da natureza é a base das éticas ambientais e é pensada por Warren a partir da ética leopoldiana, mesmo que não em sua totalidade. Assim, a filosofia ecofeminista warreniana parece não formular uma ética ambiental inédita, mas incorporar elementos de outras já existentes, ainda que com um viés crítico.

3.9 RECEPÇÃO DO CONCEITO DE FEMINISMO TRANSFORMATIVO

A filósofa Judith M. Green, no artigo *Retrieving the Human Place in Nature*, discute qual ecofilosofia é mais viável, e até mesmo desejável, tanto para guiar rapidamente uma resposta efetiva à crise ambiental, quanto para uma transformação cultural positiva no ocidente, em favor de uma

³⁹⁰ CALLICOTT, J. Baird. *The Search for an Environmental Ethic*, p. 333.

³⁹¹ CALLICOTT, J. Baird. *The Search for an Environmental Ethic*, p. 372.

ecologia social, em longo prazo.³⁹²

Green argumenta que a estrutura ecofilosófica liberal é descontextualizada e falha ao oferecer essa alternativa viável e desejável, pois não é radical suficiente em sua análise transformativa da relação dos humanos com a natureza. Assim, ela defende que não bastam propostas específicas para solução de problemas, pois é necessária uma transformação profunda que coadune passado e presente, e celebre as interconexões simbióticas entre humanos e não-humanos.³⁹³

Ao apontar o limite da proposta liberal, de extensão dos conceitos de direitos e igualdade para a natureza, Green sugere recolocar (*re-place*) os humanos na natureza, reposicionar (*re-position*) seu entendimento sobre si em relação à terra (*land*), reparar (*re-pair*) valores intrínsecos na natureza com responsabilidades dos humanos, e redirecionar (*re-direct*) o uso efetivo de instituições democráticas de participação em transformar políticas públicas.³⁹⁴

Ao propor a estrutura de transformação verde (*Green transformative framework*), Green se filia à Warren, em especial ao conceito de feminismo transformativo, estabelecido no artigo *Feminism and Ecology: Making Connections*. Nas palavras da autora,

A estrutura conceitual verde que proponho aqui inclui as seis características que Warren criteriosamente articulou: (1) 'tornar explícitas as interconexões entre todos os sistemas de opressão,' (2) 'fornecer um lugar teórico central para a diversidade de experiências das mulheres,' (3) "rejeitar" a lógica da dominação e a estrutura conceitual machista que dá origem a ela,' (4) 'repensar ... o que é ser humano,' (5) 'reformular as preocupações éticas tradicionais a fim de tornar centrais os valores ... subestimados ou perdidos em interpretações tradicionais, particularmente modernas e contemporâneas da ética," e (6)

³⁹² GREEN, Judith M. Retrieving the Human Place in Nature. *Environmental Ethics*. Winter 1995, v. 17, n. 4, p. 381.

³⁹³ GREEN, Judith M. Retrieving the Human Place in Nature, p. 389.

³⁹⁴ GREEN, Judith M. Retrieving the Human Place in Nature, p. 382.

'desafiar o viés machista na pesquisa de tecnologia e análise" em favor "daquelas que preservam, ao invés de destruir a terra".³⁹⁵

Embora com uma argumentação diferente de Warren, Green parece tecer uma crítica, bem como uma proposta, que passa tanto pela ética (transformação ética da ecofilosofia) quanto pela política (os meios pelos quais essa transformação é colocada em prática na sociedade). Esse é um ponto de convergência entre as propostas das duas filósofas, ainda que pouco se comuniquem. Warren critica de forma diferente, mas também aponta limites da defesa dos animais pela via dos direitos, por exemplo.

Analisados os autores que se filiam ou criticam Warren, e outros que de alguma forma podem contribuir para refletir sua proposta, no Capítulo 4 serão analisados o alcance e os limites da filosofia ecofeminista de Warren, a partir de outros autores e autoras que avaliam os pressupostos para uma ética ambiental genuína. Além disso, apesar de alguns silêncios de Warren já terem sido observados ao longo do presente capítulo, outras questões serão ainda avaliadas na análise final.

³⁹⁵ GREEN, Judith M. Retrieving the Human Place in Nature, p. 383.

CAPÍTULO 4

4 ALCANCE E LIMITES DA FILOSOFIA ECOFEMINISTA DE KAREN J. WARREN

Após a exposição dos conceitos e pontos em comum das concepções filosóficas ecofeministas, da proposta teórica de Warren seguida de sua recepção e crítica, feitas nos Capítulos 1, 2 e 3, é necessário analisar o alcance e o limite de sua proposta. Por alcance, entendem-se os aspectos positivos de sua proposta, ou seja, onde Warren realmente alcança o que propõe e, mais além, qual a sua contribuição para a construção teórica de uma filosofia que questiona e visa superar sistemas de opressão. De outro lado, por limites, entendem-se os pontos nos quais Warren não avança, seja por silenciar ou por fazer propostas que não se mantêm coerentes com sua teoria ou com uma proposta ética genuína. Essa análise será feita tanto a partir do que já foi exposto nos capítulos anteriores, quanto a partir de outros textos que serão revisados a seguir, e que permitem a análise crítica de Warren.

4.1 FILOSOFIA POLÍTICA AMBIENTAL

Ao apresentar as concepções filosóficas ambientalistas, Leon Farhi Neto explica que existem diferentes propostas que se coadunam com a filosofia política ambiental. Segundo o autor, essas propostas podem ser agrupadas em três rubricas: ambientalismo liberal, libertário e socialista. O ambientalismo liberal é expresso também por três correntes: 1) ambientalismo de mercado-livre de Terry L. Anderson e Donald R. Leal; 2) ambientalismo de mercado-verde de Paul Hawken; e 3) ambientalismo liberal de Avner de-Shalit. O ambientalismo libertário, por sua vez, é representado por duas propostas: 1) ambientalismo radical de Christopher Manes; e 2) biorregionalismo de Gary Snyder. Por fim, o ambientalismo socialista se expressa também por duas correntes: 1) ecologia socialista de James O'Connor; e 2) ecologia social de John Clark.³⁹⁶

³⁹⁶ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 33.

Segundo Fahri Neto, a corrente de maior expressão atualmente é o ambientalismo liberal. Ao ressaltar que “O modo como cada corrente entende a dimensão da crise está diretamente relacionado com as mudanças que propõe”, explica que o ambientalismo de mercado-livre propõe soluções de mercado para as questões ecológicas, ao contrário do ambientalismo de mercado-verde, que embora acredite na solução de mercado, propõe que ele deve ser estruturado de forma diversa da atual. O ambientalismo liberal de de-Shalit, por fim, supera a visão econômica e propõe que a crise ecológica seja tratada na esfera política.³⁹⁷

Fahri Neto conclui que as correntes liberais, conquanto não possam ser consideradas extremamente conservadoras, mantêm a estrutura político-econômica ocidental expressa por meio de “economias de mercado mais ou menos reguladas por Estados centrais, em grandes unidades geográficas.”³⁹⁸ Distanciando-se da ideia de mercado, o ambientalismo libertário de Snyder (biorregionalista) e Manes (ambientalista radical) é caracterizado pelas novas formas de organização política das sociedades, inclusive em relação às questões ecológicas. Em síntese, explica o filósofo:

Podemos seguir os fundamentos de Snyder e dos biorregionalistas ao longo de duas séries que se cruzam numa terceira. A primeira série de fundamentos procura pontuar a referência essencial da humanidade à experiência do lugar. A segunda, articula-se em torno da crítica às estruturas centralizadoras dos Estados modernos. E, no cruzamento das duas, a terceira série se constrói, ou reconstrói, a concepção de biorregião, suporte do qual emergem as propostas biorregionalistas.³⁹⁹

Na concepção de Snyder, o lugar faz parte do modo de ser, de forma que a percepção que se tem de si é construída

³⁹⁷ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 34.

³⁹⁸ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 40.

³⁹⁹ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 40.

simultaneamente pela experiência que se tem do entorno, do qual não é possível dissociar-se. O próprio corpo expressa características do ambiente geográfico (relevos, depressões, asperezas), além da própria linguagem que reflete as expressões e pronúncias que marcam o lugar. Dessa forma, o lugar torna-se mais do que mero espaço e constitui as próprias condições de possibilidade e experiência do homem.⁴⁰⁰

Snyder questiona também a ideologia do monoteísmo que, segundo ele, é uma ideologia formada por três princípios da modernidade: uniformização, universalização e centralização. A uniformização “torna igual o diverso, e todos os lugares, semelhantes”, a universalização “refere o singular a algo mais geral, a que é atribuído um valor superior” e a centralização é a base “dos mecanismos de concentração de poder e riquezas”⁴⁰¹. Snyder critica veementemente a formação do Estado que, para ele, não produz paz nem justiça. Ao contrário, é justamente a forma de organização dos Estados nacionais que causa a destruição ambiental e gera a guerra entre os homens. Assim, Snyder propõe a ideia de biorregião, que se caracteriza basicamente por dois aspectos: território vinculado a uma cultura. Nesse conceito, portanto, vinculam-se tanto os aspectos físicos, geográficos (espécies de plantas, condições climáticas etc.) quanto a unidade política descentralizada, que rompe com a concepção de Estado nacional.⁴⁰²

O ambientalismo radical de Manes, também um ambientalismo libertário, caracteriza-se pelo uso da ação direta na defesa do ambiente físico natural e das espécies vivas, por meio da desobediência civil, da ecotagem e da ecossabotagem (que Manes diferencia do ecoterrorismo).⁴⁰³ O último tipo de ambientalismo é o socialista, cujas propostas advêm de James O’Connor (ecologia socialista) e é associado ao movimento socialista, e de John Clark (ecologia social), que se aproxima dos comunitaristas. Para O’Connor, não é possível dissociar a crise ecológica do modelo econômico e político.⁴⁰⁴

Após reconstituir brevemente as concepções de cada um

⁴⁰⁰ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 41.

⁴⁰¹ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 41.

⁴⁰² FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 41.

⁴⁰³ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 42-43.

⁴⁰⁴ FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas, p. 45.

desses ambientalismo, acredita-se que Warren se aproxime do biorregionalismo de Snyder. Assim, é a luz dessa proposta ambientalista que será analisado se o ecofeminismo de Warren se constitui como uma ética genuinamente ambiental. Para isso, serão analisados os conceitos, as filiações teóricas, as estratégias de argumentação e as propostas biorregionalistas para, em seguida, verificar seus limites e possibilidades a partir dos critérios estabelecidos por Kenneth Goodpaster e Tom Regan, para uma ética ambiental genuína.⁴⁰⁵

4.1.1 O biorregionalismo de Gary Snyder

Conforme exposto anteriormente, o biorregionalismo é marcado pela descaracterização do Estado nacional e consequente valorização da região geográfica e suas características físicas e sociais. Snyder é claro em relação a sua filiação política anarquista. Para Snyder, as regiões são anárquicas e é o local onde se vive que determina quem somos, eis que é nele que são formadas as percepções os conceitos de vida.⁴⁰⁶ Por valorizar as características ambientais da região, que não respeitam as fronteiras nacionais, a organização política deve respeitar a orientação e subordinação biogeográfica, na qual todas as formas de vida e o tempo da natureza sejam respeitados.

O conceito de *Commons*, resgatando a tradição asiática, europeia e dos povos americanos, é central na proposta de Snyder e representa “o contrato que um povo faz com seu

⁴⁰⁵ O trabalho de reconstituição das filosofias políticas ambientais pela análise de seus conceitos, suas concepções, filiações teóricas, estratégias de argumentação e propostas, para posterior avaliação como uma ética genuinamente ambiental, à luz dos critérios de Goodpaster e Regan, foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa sobre Ética e Justiça ambiental: limites e possibilidades de fundamentação, apresentado na forma de Curso de Extensão no ano de 2006 e posteriormente publicado em um volume especial da Revista *Ethic@*. Pela seriedade e profundidade da pesquisa, toma-se esse estudo como base para analisar a filosofia ecofeminista de Warren.

⁴⁰⁶ SNYDER, Gary. *The Place, the Region and the Commons*. In: SNYDER, Gary. *The Gary Snyder Reader: Prose, Poetry, and Translations*. Counterpoint, 1999, p. 196-197.

sistema natural local”.⁴⁰⁷

Snyder propõe que o uso de terras seja comunitário, sem intervenção estatal, e critica as fronteiras artificiais dos Estados-nações, impostas de forma violenta, que não consideram a biorregião. São os habitantes da região que a conhecem e têm capacidade para administrá-la.⁴⁰⁸

Quando Warren afirma que as perspectivas locais ou indígenas são condição *sine qua non* para a constituição da filosofia ecofeminista, ao lado do feminismo, da natureza, da ciência, do desenvolvimento e da tecnologia⁴⁰⁹, acredita-se que ela se aproxime da proposta biorregionalista, mesmo que não exponha a mesma vertente anarquista. Além disso, embora Warren não se posicione em relação ao nível de interferência estatal, como fazem as propostas ambientalistas vistas acima, Warren é enfática, ao longo de toda a sua construção teórica, que o “contexto” é sempre fundamental na análise de sua teoria. Esse é um ponto que a aproxima novamente de Snyder, se for possível considerar esse contexto também na esfera geográfica, além da cultural. Para Snyder, o local deve ser visto como uma experiência.⁴¹⁰

4.1.2 Critérios de considerabilidade moral para uma ética ambiental genuína

Sônia T. Felipe afirma que, em virtude da tradição moral vigente, vive-se uma trilemia moral: cada vida (vegetal, animal não-humana ou humana) é valorada de forma diferente. No entanto, Felipe afirma que a configuração biológica e a aparência exterior do ser vivo não deve ser relevante para sua valoração. “O corpo não é a causa da vida. Ele é a configuração específica na qual a vida mesma se expressa.”⁴¹¹

Assim, Felipe afirma que, no esforço para superar essa

⁴⁰⁷ SNYDER, Gary. *The Place, the Region and the Commons*, p. 187.

⁴⁰⁸ SNYDER, Gary. *The Place, the Region and the Commons*, p. 191-192.

⁴⁰⁹ Conforme item 1.2.

⁴¹⁰ SNYDER, Gary. *The Place, the Region and the Commons*, p. 183.

⁴¹¹ FELIPE, Sônia T. *Da considerabilidade moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster*. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 106.

perspectiva hierárquico-antropocêntrica, na qual a vida humana tem mais valor do que as demais, éticos críticos propõem outros critérios de considerabilidade moral: a vida (Kenneth Goodpaster), a interdependência biótica (Aldo Leopold), a autonomia prática (Peter Singer) e a vulnerabilidade ou o valor inerente (Tom Regan). “A adoção de qualquer desses critérios propostos acima, implica na redefinição da ética tradicional.”⁴¹²

A partir da crítica de Tom Regan e Paul Taylor, Felipe avalia os limites do critério da vida proposto por Goodpaster. Para Regan e Taylor, existem pelo menos quatro deveres na ética: negativos, positivos, diretos e indiretos. A liberdade dos sujeitos morais, dessa forma, é limitada pelo reconhecimento de cada um desses deveres a outros sujeitos morais (mesmo que eles sejam “sujeitos morais naturais”). Nessa senda, Regan e Taylor criticam que no sentido que Goodpaster confere à vida, como critério ético universal, geral e imparcial⁴¹³, deve-se reconhecer que há deveres morais positivos, tanto quanto há negativos, de proteção, assistência e não-maleficência, o que acaba por engessar a proposta, em decorrência de uma responsabilidade moral absoluta que vai além da preservação da vida, mas também pela promoção do bem-estar de todas as espécies vivas.⁴¹⁴

Para Regan, o critério da senciência proposto por Singer também é limitado, eis que as condições necessárias para que a vida seja expressa plenamente pelo sujeito moral podem ser limitadas, mesmo sem causar-lhe dor. Assim, Regan e Taylor elegem a vulnerabilidade como critério para considerar uma ética ambiental genuína. A vulnerabilidade indica que um ser pode sofrer, mesmo que somente na condição de paciente moral, as consequências das ações de um sujeito moral racional, ou seja,

⁴¹² FELIPE, Sônia T. Da *considerabilidade* moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster, p. 107.

⁴¹³ Do ponto de vista filosófico, Felipe afirma que a validade de um princípio ético pode ser sopesada a partir de três exigências formais (universalidade, generalidade e imparcialidade) e uma exigência substancial (benefício aos afetados pela ação). FELIPE, Sônia T. Da *considerabilidade* moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster, p. 110.

⁴¹⁴ FELIPE, Sônia T. Da *considerabilidade* moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster, p. 108.

de um agente moral. Não é mais a vida que inclui os sujeitos no círculo de consideração moral, mas o fato de poderem ser prejudicados pelas ações de sujeitos morais. A partir desse critério da vulnerabilidade, tanto animais não-humanos quanto ecossistemas podem ter seus interesses preservados.⁴¹⁵

4.1.3 Alcance e limites do biorregionalismo

Para analisar o alcance e os limites do biorregionalismo, Silvio Luiz Negrão retoma a argumentação de Snyder à luz dos critérios estabelecidos por Kenneth Goodpaster e Tom Regan, expostos acima.

Segundo Negrão, o biorregionalismo, nos termos em que é proposto por Snyder, não pode ser considerado uma ética ambiental genuína, pois não cumpre a exigência da universalidade, generalidade e imparcialidade. Ao enfatizar o papel dos povos em relação às biorregiões, Snyder fere o princípio da universalidade e generalidade. Negrão afirma, também, que o critério da vida estabelecido por Goodpaster é inadequado para a concepção biorregionalista. Se aos povos tradicionais é atribuída a capacidade de resolver os dilemas morais oriundos de conflitos entre duas ou mais vidas que competem entre si, não é possível escolher entre uma vida ou outra. “Uma situação é transpor o limite psicológico moral dos agentes morais para com os pacientes morais, outra é decidir quem deve permanecer vivo, quando os interesses de dois ou mais seres vivos entram em conflito.”⁴¹⁶

Analisando o biorregionalismo à luz do critério de Regan, Negrão afirma que Snyder reconhece o valor inerente dos povos nativos, dos membros de uma comunidade e de suas biorregiões, pois a ambos reconhece a considerabilidade moral. No entanto, por considerar o ambiente uma fonte de recursos naturais, diante de um conflito a decisão que deve ser tomada pelos povos pode se revelar utilitarista, eis que todos os envolvidos são reconhecidos pelo seu valor inerente e, conseqüentemente, a decisão pode ser tomada a partir da

⁴¹⁵ FELIPE, Sônia T. Da *considerabilidade* moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster, p. 109.

⁴¹⁶ NEGRÃO, Silvio Luiz. Biorregionalismo, ética e justiça ambiental. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 186.

avaliação do impacto do conflito, ou seja, de uma avaliação de qual sujeito tem seu valor inerente mais evidente.⁴¹⁷

No esforço para transpor essa avaliação à proposta de Warren, pode-se inferir que ela também tem limitações em relação aos critérios de considerabilidade moral, para a constituição de uma ética ambiental genuína. Se Warren comunga alguns ideais biorregionalistas, ainda que não de forma expressa, especialmente ao valorizar os povos e os contextos de cada região, ela também esbarra na aplicação do critério da vida e do valor inerente, ao ter que resolver conflitos. Contudo, é necessário ressaltar que esse pode ser um problema oriundo da própria concepção do critério de considerabilidade moral (vida, valor inerente) e dos limites de sua aplicação prática. Em sua proposta, Warren não deixa expressa sua filiação a qualquer desses critérios. Ao contrário, ela critica tanto o utilitarismo de Singer quanto a teoria de direitos de Regan, na defesa dos animais. Por outro lado, para dar o conteúdo ético ambiental à filosofia ecofeminista, Warren elege a ética da terra, de Leopold. Embora essa ética não seja objeto precípua de análise nos estudos que aqui servem de análise, Felipe afirma que Goodpaster indica a leitura de Leopold para buscar a solução de algumas questões que permanecem abertas em sua proposta. Nesse sentido, Felipe assevera que Goodpaster se afasta de uma ética de mero gerenciamento ou manejo, e se aproxima de uma ética genuinamente ambiental, de respeito pela diversidade.⁴¹⁸

Warren critica as éticas de Singer, Regan e Taylor, por exemplo, por serem extensionistas morais, e escolhe a ética da terra, de Leopold, como uma das bases da sua ética ecofeminista. Warren argumenta que Leopold é holista, pois os ecossistemas merecem consideração moral. Contudo, Warren pode incorrer no problema do holismo de valorizar o todo ao invés do indivíduo. Isso fica claro quando Warren denomina os animais, as florestas e a terra como “Outros terrestres”. No mesmo conceito, Warren inclui seres sencientes e não-sencientes. Em nenhum momento Warren se propõe a trabalhar

⁴¹⁷ NEGRÃO, Silvio Luiz. Biorregionalismo, ética e justiça ambiental, p. 187-188.

⁴¹⁸ FELIPE, Sônia T. Da *considerabilidade* moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster, p. 114.

somente com a ética animal, mas a escolha da ética da terra como pressuposto da ética ambiental ecofeminista pode explicar por que ela não se posiciona sobre questões éticas relevantes em relação aos animais, como a experimentação animal, por exemplo, ou sua exploração para extração de produtos (ovos, leite, lã, mel etc.).

Ademais, ao fazer a distinção entre dominação e opressão, Warren afirma que não-humanos não podem ser oprimidos, somente dominados, pois a opressão implica em impedir a liberdade de fazer escolhas. Warren pressupõe, assim, que animais não podem fazer escolhas. Novamente, Warren deveria distinguir animais, minerais e rios: animais, enquanto seres senscientes podem fazer escolhas, diferentemente de rios e minerais.

4.2 RELATIVISMO CULTURAL

Conforme visto anteriormente, a ética sensível ao cuidado possui alguns pontos em comum com a ética do cuidado, conquanto possua também características de uma ética imparcial. Ademais, Warren enfatiza que o contexto é sempre relevante, o que leva a questionar se sua ética é ou não relativista. Essa análise será feita à luz das considerações de James Rachels e Peter Singer, a seguir.⁴¹⁹

Partindo da afirmação de que diferentes culturas possuem diferentes códigos morais, Rachels analisa o desafio do relativismo cultural. Segundo o filósofo, a estratégia de argumentação dos relativistas parte da discussão dos fatos, para avaliar as diferenças culturais, a fim de chegar, então, à moralidade.⁴²⁰

Para Rachels, o argumento de que diferentes culturas possuem diferentes códigos morais e, portanto, não há verdade objetiva na moralidade, é falso. Não é possível deduzir uma conclusão sobre uma questão moral meramente a partir do fato

⁴¹⁹ A questão do relativismo na teoria de Warren também é avaliada no final do item 4.3, centrado no debate sobre o conflito justiça *versus* cuidado, a partir das reflexões de Darlei Dall'Agnol.

⁴²⁰ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural. In: RACHELS, James. *Os elementos da filosofia moral*. 4 ed. Barueri: Manole, 2006, p. 19.

de as pessoas discordarem sobre ela. “O ponto lógico é somente que a conclusão não *resulta* da premissa.”⁴²¹

Contudo, mesmo após rejeitar essa formulação mais simples do argumento das diferenças culturais, Rachels afirma que o relativismo cultural ainda pode ser verdadeiro. Assim, ele elenca três consequências de assumir o relativismo:

*1. Não poderíamos dizer que os costumes de outras sociedades são moralmente inferiores aos nossos próprios. [...] 2. Poderíamos decidir se as ações estão certas ou erradas apenas por meio da consulta aos padrões de nossa sociedade. [...] 3. A ideia (sic) do progresso moral é posta em dúvida.*⁴²² (grifo do autor)

O primeiro argumento, se realmente levado a sério, implicaria na rejeição de qualquer prática social como imune a críticas. Isso pode se tornar problemático quando essas práticas envolvem questões que parecem ser erradas em “qualquer” sociedade, como o antissemitismo, por exemplo. O segundo argumento impede que os padrões de nossa própria sociedade sejam questionados. Se o certo e o errado são relativos, isso deve se aplicar internamente também. Por fim, a ideia do progresso moral também é problemática, eis que segundo os preceitos do relativismo, os padrões sociais de uma época não podem ser utilizados para julgar os padrões de outra época. Assim, não há um critério a partir do qual seja possível avaliar o progresso. Por essas razões, o relativismo cultural continuou sendo negado por muitos pensadores.⁴²³

No entender de Rachels, as diferenças entre as sociedades residem mais em seus sistemas de crenças do que propriamente em seus valores. Os valores são apenas um fator dos costumes de uma sociedade. Isso faz com que as divergências sejam menores do que elas aparentam. Dessa forma, os costumes podem diferir entre uma sociedade e outra em virtude das pressões que a vida lhes impõem. Por exemplo, os esquimós aceitam, entre eles, a prática do infanticídio. Isso

⁴²¹ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 21.

⁴²² RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 21-22.

⁴²³ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 22-23.

pode ser justificado pela limitação que a mãe tem de amamentar mais de um filho ou filha ao mesmo tempo (considerando que elas costumam amamentar por até quatro anos), a necessidade de manter um equilíbrio entre homens e mulheres, eis que são os homens que saem para caçar e, portanto, estão mais vulneráveis ao risco de morte etc. Se esses fatores forem levados em conta, o infanticídio não significa uma diferença fundamental na consideração da criança, pelo contrário, pode ser uma atitude necessária à sobrevivência da família.⁴²⁴

Após essa avaliação, Rachels pontua que, para que as sociedades existam, algumas regras morais devem estar presentes nelas. Um exemplo é o da proibição do assassinato. Somente as exceções a algumas regras podem variar de uma sociedade para outra, não as próprias regras.⁴²⁵ Assim, o critério para estabelecer a adequação de qualquer prática social pode advir do questionamento da prática social, ou seja, se ela promove ou impede o bem-estar das pessoas afetadas por ela.⁴²⁶

À guisa de conclusão, Rachels pondera que mesmo apresentando os erros do relativismo, essa teoria ainda parece chamativa. Assim, o filósofo destaca duas lições que podem ser aprendidas com ela. Em primeiro lugar, é importante lembrar que nem todas as preferências são baseadas em um padrão racional absoluto. Nesse sentido, é fundamental diferenciar as questões morais das meras convenções sociais, que não devem ser classificadas como certas ou erradas, do ponto de vista moral. Em segundo lugar, Rachels alerta que é necessário manter a mente aberta para identificar quais os preconceitos das sociedades, a partir dos quais somos formatados. “Podemos vir a entender que nossos sentimentos não são necessariamente percepções da verdade – eles podem ser nada mais do que o resultado do condicionamento cultural.”⁴²⁷

Também ao abordar o tema do relativismo, Peter Singer afirma que a melhor abordagem é a da Engels, que se afasta do debate relativista e afirma que a moralidade de uma sociedade será sempre relativa à classe que lhe é dominante. Singer afirma

⁴²⁴ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 24-25.

⁴²⁵ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 26.

⁴²⁶ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 29.

⁴²⁷ RACHELS, James. O Desafio do Relativismo Cultural, p. 31-32.

que as crenças e os costumes podem exercer forte influência, mas disso não decorre que as pessoas decidam sempre de acordo com eles. No mesmo sentido de Rachels, Singer afirma que o ponto de vista segundo o qual a ética é sempre relativa a uma sociedade tem consequências implausíveis, eis que não existe realmente conflito no relativismo. A título de exemplo, Singer menciona a escravidão: se uma sociedade a aceita e outra não, em uma análise relativista não há uma base a partir da qual se poderia afirmar o que é certo ou errado.⁴²⁸ “Para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases mais amplas, pois a noção de ética traz consigo a idéia de alguma coisa maior que o individual.”⁴²⁹

Nesse sentido, Singer defende a universalidade da ética. Para ele, embora muitos filósofos discordem entre si (Kant, Hare, Hume, Adam Smith, Bentham, Sartre e Habermas, por exemplo), algo de suas concepções os aproxima: “Todas concordam que a justificação de um princípio ético não se pode dar em termos de qualquer grupo parcial ou local.”⁴³⁰ Contudo, embora a ética seja universal, disso não decorre que um juízo ético particular seja universalmente aplicável. O juízo ético deve superar preferências a aversões pessoais.

Ao admitir que os juízos éticos devem ser formados a partir de um ponto de vista universal, estou aceitando que os meus próprios interesses, simplesmente por serem meus interesses, não podem contar mais que os interesses de uma outra pessoa. Assim, a minha preocupação natural de que meus interesses sejam levados em conta deve – quando penso eticamente – ser estendida aos interesses dos outros.⁴³¹

Singer retoma essas questões quando, no último capítulo de *Ética Prática*, questiona por que se deve agir moralmente. Ele

⁴²⁸ SINGER, Peter. *Ética prática*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 13-14.

⁴²⁹ SINGER, Peter. *Ética prática*, p. 18.

⁴³⁰ SINGER, Peter. *Ética prática*, p. 19.

⁴³¹ SINGER, Peter. *Ética prática*, p. 20.

afirma que não se pode sustentar a universalidade dos juízos morais e, ao mesmo tempo, eleger os princípios éticos de uma determinada pessoa como predominantemente importantes, quando eles não poderiam ser universalizáveis.⁴³² Singer conclui que se o objetivo é buscar uma vida com sentido, para além dos interesses pessoais, é necessário adotar um ponto de vista ético. Portanto, é preciso ultrapassar o ponto de vista parcial e adotar a imparcialidade: “ver as coisas eticamente é uma maneira de transcender as nossas preocupações subjetivas e de nos identificar com o ponto de vista mais objetivo possível”.⁴³³

Diante do exposto, é necessário analisar se a ética sensível ao cuidado incorre, ou não, nos problemas do relativismo. Quando Warren defende sempre o contexto como fundamental e elenca o universalismo situado como uma das características da ética sensível ao cuidado, surge esse questionamento. Embora Warren afirme que “a universalidade reside na particularidade”⁴³⁴, sua proposta não exclui os princípios éticos universais. Conforme exposto no Capítulo 2, o que ela nega é o monismo ético. Assim, os princípios se mantêm universais, mas Warren amplia o rol e inclui valores como o cuidado, por exemplo. Isso não torna Warren uma relativista: se os princípios são os mesmos, cada situação demandará a escolha de um deles como o melhor, a ser aplicado de um determinado modo em determinado caso. Essa questão, no entanto, pode ser rejeitada com base nas próprias críticas que são dirigidas à ética do cuidado. Ou seja, o problema pode não resistir no fato de Warren ser relativista ou não, mas no cuidado não ser adequado à exigência de imparcialidade na ética.

Por outro lado, no Capítulo 1, ao discorrer sobre as características da ética ecofeminista, ressaltou-se que a teoria de Warren é formada a partir de uma estrutura conceitual particular e com certos valores, crenças e atitudes que a impedem de ser neutra ou imparcial. Ao contrário do que ela parece defender como universalismo situado, Warren pode incorrer no relativismo.

⁴³² SINGER, Peter. *Ética prática*, p. 333.

⁴³³ SINGER, Peter. *Ética prática*, p. 351.

⁴³⁴ WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy*, p. 113.

4.3 PRINCÍPIOS E CUIDADO

Helga Kuhse, Peter Singer e Maurice Rickard analisam a possibilidade de conciliar a ética do cuidado com a moralidade imparcial. Inicialmente, os autores afirmam que é necessário fazer essa análise a partir da tensão que existe entre o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença. O debate surge justamente do debate entre justiça e cuidado como perspectivas éticas imparciais e parciais, respectivamente, e como conciliá-las.⁴³⁵

Kuhse, Singer e Rickard afirmam que a ética do cuidado deve se adequar ao feminismo da igualdade, embora também pareça se adequar ao feminismo da diferença. Os autores reconhecem que há um grande debate entre esses dois feminismos, mas defendem que, na verdade, eles interagem na medida em que demandam questões um do outro, eis que cada feminismo, a partir de sua perspectiva, tem seu alcance e seus limites.⁴³⁶

O feminismo da diferença pode ser facilmente associado à ética do cuidado, pois são justamente as diferenças que são reconhecidas, respeitadas e, inclusive, promovidas. Isso parece se adequar à ética parcial do cuidado.⁴³⁷ Por outro lado, o feminismo da igualdade preza valores como a justiça, o universalismo, a igualdade de respeito e tratamento, associados a uma perspectiva moral imparcial.⁴³⁸ Assim, ao analisar a melhor forma de abordar esse conflito, os autores ponderam que há três formas possíveis de considerar a relação entre as duas abordagens:

Em primeiro lugar, podemos argumentar que ambas as abordagens são abordagens morais genuínas, mas essa moralidade é

⁴³⁵ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care. *The Journal of Value Inquiry*. v. 32, 1998, p. 451.

⁴³⁶ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p. 452.

⁴³⁷ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p. 453.

⁴³⁸ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p. 456.

fundamentalmente dividida. Em segundo lugar, pode ser argumentado que a moralidade não é fundamentalmente dividida porque uma das abordagens não é, afinal de contas, uma abordagem verdadeiramente moral. Ou, em terceiro lugar, poderíamos argumentar que a moralidade é unificada e que ambas as abordagens se sustentam moralmente, e que o conflito entre elas não é, no fundo, um conflito real. A primeira opção deve ser evitada, eis que ela envolve uma conclusão bastante radical e inquietante sobre a moralidade. Das opções restantes, a terceira parece preferível porque ela nos permite preservar o posicionamento moral de ambas as perspectivas.⁴³⁹

Nesse sentido, os autores defendem que, em muitas circunstâncias, uma decisão parcial pode ser legítima. Às vezes faz sentido prezar o bem estar de pessoas próximas, ao invés de prezar o de estranhos, por exemplo. Por outro lado, uma decisão parcial nem sempre é aceitável, como é o caso do nepotismo. Assim, aparentemente, as pessoas têm um juízo intuitivo do que é moralmente aceito como parcial, e o que deve ser regido pela imparcialidade e os princípios da equidade, do mérito etc. “Isso sugere que nossas convicções intuitivas sobre alguns dos limites da parcialidade podem ser explicadas apelando para a perspectiva da imparcialidade e supondo que ela provê algo como um conjunto de restrições mais importantes e fundamentais sobre o cuidado e a parcialidade.”⁴⁴⁰

Dessa forma, a análise do que pode ser regido pela parcialidade é sempre feita à luz da imparcialidade. Se o requisito da imparcialidade é fundamental, a questão é avaliar se a imparcialidade pode ter qualquer *status* moral: é a imparcialidade que determina quando a parcialidade é legítima.⁴⁴¹ Assim, não existem dois tipos de pensamento moral,

⁴³⁹ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p. 457.

⁴⁴⁰ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p. 457.

⁴⁴¹ KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p.458.

mas dois níveis, sendo a imparcialidade relacionada ao nível crítico e a parcialidade ao nível intuitivo. “De acordo com essa visão, resultados ou decisões morais corretas seriam tomadas por meio de raciocínios baseados em princípios, abstratos e imparciais.”⁴⁴²

Warren deixa bem claro em sua proposta que a ética sensível ao cuidado não é uma ética do cuidado, nos termos em que é tradicionalmente formulada. Warren concorda com as críticas do cuidado à ética de princípios, mas sua proposta é uma forma de conciliar ambas: tanto valores normalmente associados com a ética de princípios (ou justiça) quanto os valores do cuidado são princípios éticos válidos, nos quais uma decisão moral pode ser baseada. Dessa forma, acredita-se que à ética sensível ao cuidado não podem ser direcionadas as críticas que comumente lhe são feitas, especialmente vindas do feminismo. Warren, em nenhum momento, adere à concepção essencialista da mulher, ou a vê como mais próxima da natureza, como fazem outras ecofeministas. Warren parece se aproximar do que Kuhse, Singer e Rickard propõem: a conciliação entre a parcialidade e a imparcialidade. É preciso reconhecer que certas decisões são tomadas pelo agente moral com base na empatia, por exemplo. Disso não decorre que sua decisão não seja ética. A motivação para um sujeito tornar-se vegetariano, por exemplo, pode ser parcial, no sentido de que ele se preocupa com o bem-estar do animal e a ele não quer infligir dor, sofrimento ou tirar-lhe a vida, mesmo que desconheça, racionalmente, razões éticas para tanto, como o princípio da igual consideração de interesses semelhantes (Singer) ou que o ser é sujeito-de-uma-vida (Regan). Nesse caso, o sujeito até pode se beneficiar de uma dieta que não lhe causará doenças, mas ainda que sua decisão seja parcial, pois é baseada no cuidado com o outro, ela não deixa de ser ética ou moral.

Essa mesma análise da proposta de Warren pode ser feita à luz do conceito de cuidado de Dall’Agnol, exposto anteriormente, como uma forma de valorar intrinsecamente um indivíduo vulnerável. Dall’Agnol ressalta que o cuidado pode ser paternalista “quando a pessoa cuidadora impõe valores ou algum procedimento específico ou certa concepção de bem que não é

⁴⁴² KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care, p. 460.

partilhada pelo indivíduo vulnerável que está sendo cuidado.”⁴⁴³ Assim, o autor propõe o conceito de cuidado respeitoso, a fim de equacionar os conceitos de cuidado e respeito. Para tanto, ambos são entendidos como expressão de um tipo de conhecimento, um “saber-como”, que se diferencia do “saber-que”.

Nesse sentido, Dall’Agnol afirma a necessidade de se construir uma epistemologia moral a fim de dar suporte ao cuidado respeitoso.⁴⁴⁴ Assim, o “Cognitivismo Prático” é a teoria metaética segundo a qual há conhecimento moral, melhor entendido como “saber-como”.

Por isso, pode-se dizer, por um lado, que uma pessoa paternalista não *sabe-como* cuidar efetivamente de um indivíduo vulnerável; é possível dizer também que uma pessoa indiferente não *sabe-como* respeitar outra pessoa. Por outro lado, uma pessoa *sabe-como* cuidar de forma respeitosa.⁴⁴⁵

Assim, define-se o cuidado respeitoso como “o incremento do bem-estar de alguém sem infringir outros direitos.”⁴⁴⁶ O reconhecimento do valor moral do cuidado e o conceito de cuidado respeitoso, centrado no bem-estar, parece também se aproximar do conceito de “práticas do cuidado” de Warren. As práticas do cuidado são justamente as práticas que mantêm, promovem ou elevam a saúde, compreendida também como o bem-estar, conforme visto no Capítulo 2. Convém ressaltar que, embora o conceito de cuidado respeitoso seja formulado inicialmente no âmbito da bioética especial (bioética clínica), Dall’Agnol reconhece que o cuidado respeitoso pode ser estendido aos não-humanos, ampliando para a bioética geral, nos termos em que foi originalmente formulada por Jahr e Potter, em virtude da valoração intrínseca de todo e qualquer ser vivo.⁴⁴⁷

As construções teóricas de Warren e Dall’Agnol parecem

⁴⁴³ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar: atitudes fundamentais na bioética. *Revista Bioethikos*. v. 6, n.2, p. 134.

⁴⁴⁴ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 136.

⁴⁴⁵ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 136.

⁴⁴⁶ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 140.

⁴⁴⁷ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 143.

novamente dialogar quando o autor afirma que se vive atualmente em um mundo pluralista que, no entanto, não se confunde com o relativismo moral. Nesse sentido, Dall’Agnol afirma que é necessário construir uma Moral Comumente Partilhável, “baseada no respeito recíproco entre pessoas e no cuidado para com indivíduos vulneráveis, sendo, por conseguinte, condição para uma sociedade democrática”⁴⁴⁸, na qual seja possível a “coexistência pacífica entre pessoas [...] com Estados secularizados e laicos e sociedades multiculturais”.⁴⁴⁹ O respeito mútuo é condição para a Moral Comumente Partilhável, que se diferencia da moral comum ou do senso moral comum. Duas condições são satisfeitas na Moral Comumente Partilhável: política e jurídica. A política viabiliza a “coexistência pacífica de diferentes sistemas morais”, ao passo que a jurídica “limita o pluralismo por meio e regras comuns baseadas no respeito e no cuidado.”⁴⁵⁰ Warren, conforme exposto anteriormente, também preza pela análise contextual e, dessa forma, parece se aproximar da ideia da Moral Comumente Partilhável.

⁴⁴⁸ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 140-141.

⁴⁴⁹ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 140.

⁴⁵⁰ DALL’AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar, p. 142. Ao fazer essa afirmação, Dall’Agnol cita o exemplo dos processos de finalização da vida, que segundo uma Moral Comumente Partilhável, podem ser vistos de diferentes formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionar o sistema vigente é sempre um desafio. A filosofia ecofeminista de Warren visa justamente isto: denunciar e desconstruir um sistema interconectado de opressões, pelas quais mulheres, negros, crianças, pobres e não-humanos são discriminados. Dessa forma, homens, brancos, ricos, ou quaisquer sujeitos que se julguem superiores em uma relação de poder, devem sair de sua zona de conforto e promover a igualdade.

Os objetivos do presente trabalho foram cumpridos, no seguinte sentido: Por meio da análise crítica interna da teoria proposta por Warren e da análise crítica externa de seus críticos, foi possível analisar o alcance e os limites de sua teoria. O problema da pesquisa era analisar se a ética sensível ao cuidado é factível para a superação da discriminação sofrida pelas mulheres e pela natureza, e se ela se constitui como uma ética ambiental genuína. As hipóteses, nesse sentido, foram confirmadas. A estratégia de argumentação de Warren é clara e mostra que os sistemas de opressão estão interligados, sendo necessário superar todas as formas de discriminação. Analisando a partir de Rachels, Kuhse, Singer e Rickard, a hipótese de que a ética sensível ao cuidado de Warren é relativista também parece se confirmar. Contudo, é necessário um olhar mais atento sobre a questão.

Warren, e as ecofeministas de forma geral, questionam o pensamento machista vigente e seus reflexos na defesa dos animais e da natureza. Warren não usa a mesma estratégia de argumentação de Donovan e Adams, por exemplo, que criticam as teorias dos direitos animais por serem machistas e valorizarem somente a racionalidade, em detrimento das emoções. Warren também critica essas teorias, mas por elas serem meramente extensionistas morais. Com fundamentos diferentes, as ecofeministas mostram que os argumentos racionais, ou uma ética baseada em princípios, não são suficientes para o fim da exploração, justamente porque diferentes sistemas de exploração estão imbricados e somente a partir do reconhecimento dessa relação é possível combatê-los. Isso, por sua vez, só é possível quando valores como o cuidado e a empatia, por exemplo, forem moralmente considerados. Como demonstra a pesquisa de Gilligan, e o estudo de Kuhse,

Singer e Rickard, nem todas as decisões são tomadas, pelos agentes morais, com base em argumentos racionais. Isso não implica, necessariamente, em essa decisão não ter um fundamento ético.

A filosofia ecofeminista visa desconstruir os dualismos de valor, de origem cartesiana, que promovem as divisões que perpetuam a desvalorização das mulheres e da natureza. Dessa forma, é necessário avaliar se as próprias lentes pelas quais as propostas ecofeministas são avaliadas não têm esse viés dicotomizado. O cuidado, quando associado às mulheres, é prejudicial. Essa é a crítica que o próprio feminismo faz, e por isso pode-se compreender a resistência que o feminismo tradicional pode ter em relação ao ecofeminismo. Contudo, nesse momento frisa-se novamente que Warren não tem uma concepção essencialista da mulher, como cuidadora ou mais próxima da natureza. Tampouco sua proposta é uma “ética do cuidado”. Se o fosse, a crítica seria pertinente, mas não é. Para Warren, as mulheres sabem o que é estar no lado “de baixo” do dualismo, o que é menos valorizado. Por isso, às mulheres é possível reconhecer que existem outras formas de discriminação, para além do gênero, e que se a superação do machismo é almejada, é preciso superar também o racismo, o classismo, o heterossexismo, o especismo (ou naturismo, como prefere Warren) e todas as formas de discriminação.

Ecofeministas chamam a atenção para o fato de que alguns grupos são mais afetados pela crise ambiental. Esses grupos são justamente aqueles que tradicionalmente sofrem com outras crises, como a econômica. A natureza é devastada e os animais são explorados pela mesma lógica discriminatória e exploradora que vê certos grupos de humanos, e os não-humanos, como meros objetos. O ponto ao qual se quer chegar é que, tradicionalmente, a ética sensível ao cuidado, por incorporar valores associados tanto à ética de princípios quanto à ética do cuidado, pode parecer relativista e parcial. Warren chega, inclusive, a afirmar que sua proposta não pode ser imparcial, pelas suas próprias características. Contudo, quando Warren elenca os princípios que podem ser escolhidos diante de uma decisão moral a ser tomada, e elege critérios para sua escolha, ela parece rejeitar os problemas do relativismo.

É preciso lembrar que nem sempre os argumentos baseados em princípios são suficientes para que um agente

moral tome uma decisão baseada nesses princípios. Esse é o caso de uma pessoa que assume concordar com o argumento da igual consideração de interesses semelhantes mas, por mera deliberação pessoal, não se torna vegetariana. Para o sujeito que não quer tomar uma decisão moral, qualquer princípio será rejeitado, seja baseado na justiça, na equidade ou no cuidado.

Com a ética sensível ao cuidado, não se está falando em usar meramente os sentimentos como fundamento de decisões morais, mas em considerar que não somente os princípios ditos racionais podem basear uma decisão moral. Outros valores fazem parte da moralidade: cuidado, empatia e respeito. Negar que esses valores fazem parte das decisões dos agentes morais é negar que os sujeitos são constituídos de razão e emoção. Nesse sentido, relembra-se que Gilligan, ao final de sua pesquisa, concluiu que na maturidade moral, o sujeito, independente do gênero, tem capacidade de integrar direitos e responsabilidades, por meio de sua complementaridade.

Warren possui alguns limites, devido às suas próprias concepções ou filiações ou em virtude dos seus silêncios ou dos temas que não explora, mas isso não invalida suas críticas e sua construção teórica. Como feminista, Warren avança e quebra a barreira do especismo, demonstrando a importância de considerar moralmente a natureza e a necessidade de agir moralmente em relação a ela, não por mero valor instrumental. Embora Warren mostre, por meio dos silogismos, que há uma conexão conceitual entre o naturismo e o sexismo, outras autoras vão além e mostram que há uma conexão prática, como é o caso da violência. Esse é um ponto especialmente importante para chamar a atenção das feministas, que tradicionalmente evocam o tema da violência como um dos mais importantes em relação à defesa dos direitos das mulheres. Felipe e Adams mostram que a somatofobia atinge tanto mulheres quanto animais e natureza e, portanto, há uma relação entre a violência praticada contra ambos. Assim, desconstruir o pensamento machista que viola a integridade física, psíquica e moral das mulheres implica a desconstrução de uma violência associada a esse pensamento, contra os animais e a natureza.

Afinal, quando Warren trata da espiritualidade ecofeminista, que não se confunde com uma espiritualidade transcendental, relacionada a alguma religião ou a uma concepção essencialista, ela se refere a questões históricas,

políticas e éticas. Nessa senda, Warren afirma que o machismo é um sistema insalubre que pode ser rompido por meio de uma intervenção política, econômica, social, entre outras, viabilizadas justamente pela espiritualidade ecofeminista, que se relaciona também com o empoderamento e a não-violência. Assim, o cuidado ao qual Warren se refere na ética sensível ao cuidado, pode ser visto em uma acepção política, de cuidado com a “saúde” das instituições, que, “adoecidas”, oprimem. O cuidado, nesse sentido, desnatura a opressão e sai da esfera do cuidado somente de si, para o cuidado do outro e das instituições, isto é, o cuidado político com as práticas institucionalizadas.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol J. *Neither Man nor Beast: Feminism and the Defense of Animals*. New York: Continuum, 1995.
- ALMEIDA, Julia Aschermann Mendes de. Filosofia política ambiental: propostas liberais, libertárias e socialistas. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 95-103.
- BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. *Princípios da ética biomédica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CALLICOTT, J. Baird. The Search for an Environmental Ethic. In: REGAN, Tom (ed.). *Matters of Life and Death: New Introductory Essays in Moral Philosophy*. 3 ed. New York: Mc-Graw-Hill, 1993, p. 323-382.
- CHAMALLAS, Martha. *Introduction to Feminist Legal Theory*. 2ª ed. Aspen Publishers: 2003.
- CUOMO, Christine J. Unravelling the Problems in Ecofeminism. *Environmental Ethics*. Winter 1992, v. 14, n. 4, p. 351-363.
- CURTIN, Deane. Toward an Ecological Ethic of Care. In: WARREN, Karen J. (ed.) *Ecological Feminist Philosophies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p. 66-81.
- DALL´AGNOL, Darlei. Cuidar e Respeitar: atitudes fundamentais na bioética. *Revista Bioethikos*. v. 6, n.2, abr./jun. 2012, p. 133-146.
- _____. Uma análise conceitual do ‘cuidado’ e suas implicações éticas. *Ethic@*. v. 9, n. 3, set. 2010, p. 29-36.
- DAVION, Victoria. Ecofeminism. In: JAMIESON, Dale (ed.) *A Companion to Environmental Philosophy*. Blackwell, 2001, p. 233-247.

DEEGAN, Mary Jo; PODESCHI, Christopher W. The Ecofeminist Pragmatism of Charlotte Perkins Gilman. *Environmental Ethics*. Spring 2001, v. 23, n. 1, p. 19-36.

DIXON, Beth. The Feminist Connection Between Women and Animals. *Environmental Ethics*. Summer 1996, v. 18, n. 2. p. 181-194.

DONOVAN, Josephine. Animal Rights and Feminist Theory. In: DONOVAN, Josephine; ADAMS, Carol. *Beyond Animal Rights: A Feminist Caring Ethic for the Treatment of Animals*. New York: continuum, 1996, p. 34-59.

FAHRI NETO, Leon. Concepções filosóficas ambientalistas. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006. p. 33-56.

FELIPE, Sônia T. Da *considerabilidade* moral dos seres vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 105-118.

_____. *Ética e experimentação animal: Fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

_____. Fundamentação ética dos direitos animais: O legado de Humphry Primatt. *Revista Brasileira de Direito Animal*. jan. 2006, v. 1, n. 1, p. 207-229.

_____. *Galactolatria: mau leite: implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino*. São José: Ecoânima, 2012.

_____. Somatofobia I: violência contra animais humanos e não-humanos. As vozes dissidentes na ética antiga. *Pensata Animal*. V. 1, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://www.pensataanimal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=118:somatofobiai&catid=38:soniatfelipe&Itemid=1>

_____. Somatofobia II: violência contra animais humanos e não-humanos. A modernidade e as vozes dissidentes contemporâneas. *Pensata Animal*. V. 1, n. 3, jul. 2007. Disponível

em: <
http://www.pensataanimal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=127:somatofobia-ii&catid=38:soniatfelipe&Itemid=1>

_____. Somatofobia III: violência contra humanos e não-humanos. As vozes dissidentes na filosofia feminista contemporânea. *Pensata Animal*. V. 1, n. 4, ago. 2007. Disponível em: <
http://www.pensataanimal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=128:somatofobia-iii&catid=38:soniatfelipe&Itemid=1>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GILLIGAN, Carol. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*. Tradução Natércia Rocha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GOFF-YATES, Amy L. Karen Warren and the Logic of Domination: A Defense. *Envorinmental Ethics*. Summer 2000, v. 22, n. 2, p. 169-181.

GREEN, Judith M. Retrieving the Human Place in Nature. *Envorinmental Ethics*. Winter 1995, v. 17, n. 4, p. 381-396.

GREEN, Karen. *Freud, Wollstonecraft, and Ecofeminism*. *Envorinmental Ethics*. Summer 1994, v. 16, p. 117-134.

KAUFMAN, Frederik. Warren on the Logic of Domination. *Envorinmental Ethics*. Fall 1994, v. 16, n. 3, p. 333- 334.

KUHNEN, Tânia A. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios. *Ethic@*. v. 9, n. 3, set. 2010, p. 155-168.

KUHSE, Helga; SINGER, Peter; RICKARD, Maurice. Reconciling Impartial Morality and a Feminist Ethics of Care. *The Journal of Value Inquiry*. v. 32, 1998, p. 451-463.

KING, Roger J.H. Caring about Nature: Feminist Ethics and the Environment. In: WARREN, Karen J. (ed.) *Ecological Feminist Philosophies*. Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p. 82-96.

MacCORMACK, Carol P. Nature, culture and gender: a critique. In: MacCORMACK, Carol P.; STRATHERN, Marilyn (eds.) *Nature, culture and gender*. New York: Cambridge University Press, 1995, p. 1-24.

NEGRÃO, Silvio Luiz. Biorregionalismo, ética e justiça ambiental. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 185-193.

_____. Estratégias de argumentação da filosofia ambientalista liberal, libertária e socialista. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 83-93.

RACHELS, James. O Feminismo e a Ética do Cuidado. In: RACHELS, James. *Os elementos da Filosofia Moral*. 4 ed. Barueri: Manole, 2006, p. 162-174.

_____. O Desafio do Relativismo Cultural. In: RACHELS, James. *Os elementos da filosofia moral*. 4 ed. Barueri: Manole, 2006, p. 19.

RODRIGUES, Rodrigo Cândido. O ambiente natural em crise: conceitos para uma filosofia política ambiental. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006, p. 69-82.

ROSENDO, Daniela. Olhares Ecofeministas à Ecologia Profunda. In: *Fazendo Gênero 9*, 2010, Florianópolis. Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero 9, 2010.

SALLEH, Ariel. The Ecofeminism/Deep Ecology Debate: A Reply to Patriarchal Reason. *Environmental Ethics*. Fall 1992, v. 14, n. 3, p. 195-216.

SALLES, Paulo Benincá de. Filiações teóricas do ambientalismo liberal, libertário e socialista. *Ethic@*. v. 5, n. 3, jul. 2006. p. 57-67.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SINGER, Peter. *Ética prática*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SNYDER, Gary. The Place, the Region and the Commons. In: SNYDER, Gary. *The Gary Snyder Reader: Prose, Poetry, and Translations*. Counterpoint, 1999, p. 183-199.

WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters*. Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

_____. Feminism and Ecology: Making Connections. *Environmental Ethics*. Spring 1987, v.9, n. 1, p. 3-20.

_____. Taking Empirical Data Seriously: An Ecofeminist Philosophical Perspective. In: WARREN, Karen (ed.) *Ecofeminism: Women, Culture, Nature*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1997, p. 3-20.

_____. The Power and Promise of Ecological Feminism. In: *Earth Ethics: introductory Readings on Animal Rights and Environmental Ethics*: 2000, p. 213-223.

_____. The Power and The Promise of Ecofeminism, Revisited. In: ZIMMERMAN, Michael E. [et al] *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. 4ª ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 252-279.

WARREN, Karen. CHENEY, Jim. Ecological Feminism and Ecosystem Ecology. In: WARREN, Karen (Ed). *Ecological Feminist Philosophies*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, p. 244-262.